

Nicole Fossile Alves

**RESSIGNIFICAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE MULHERES
NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Para obtenção do Grau de Mestre em Agroecossistemas.
Orientador: Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Nicole Fossile
Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na
agricultura familiar de base agroecológica / Nicole Fossile
Alves ; orientador, Valmir Luiz Stropasolas -
Florianópolis, SC, 2016.
138 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Mulher rural. 3. Agroecologia.
4. Gênero. 5. Santa Catarina. I. , Valmir Luiz Stropasolas
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada um que contribuiu para a concretização desta realização profissional e pessoal. Pela importância da presença nesta caminhada, obrigada:

A minha família, pelo apoio e dedicação constantes e, em especial, nessa fase da vida. Aos meus pais, Odair e Alcinda, a minha irmã, Thais e ao meu companheiro Caio pelo incentivo e acolhimento, sem os quais sequer teria dado início nesta empreitada. Agradeço ainda pela compreensão das muitas ausências e, especialmente, pela disponibilidade e amor empenhados no cuidado com o Téo, meu filho, sempre que se fez necessário e que foi possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas, pela oportunidade do aprendizado, pelas contribuições e pela confiança na elaboração do trabalho.

A toda a equipe do Laboratório de Agricultura Familiar – LAF e do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território - Lemate, pela confiança, amizade e auxílio no decorrer desta jornada.

As professoras, professores e aos colegas do PGA. De forma especial à: Mirta Niselli, Patrícia Cottica, Vladimir Oganaukas Filho, Hélène Chauveau, Maurício Da Trindade Viegas, Ana Paula Lazzaretti Marostega, e Monique Medeiros pelas conversas e conselhos profissionais e pessoais.

À Mirta, Patrícia, Jubi e ao Pedro pelo zelo com meu filho e pela disponibilidade de tempo, que possibilitou minha participação em disciplinas e a realização da pesquisa de campo, permitindo a conclusão desta jornada.

As agricultoras do Meio Oeste de Santa Catarina, pelo acolhimento e pela importância dos intensos momentos de aprendizado.

Às organizações, instituições e à Rede Ecovida de Agroecologia atuantes na região da pesquisa e que contribuíram nesta pesquisa, em especial, aos extensionistas da Epagri.

A CAPES e FAPESC pelo incentivo e concessão das condições necessárias para a realização da pesquisa.

E, por fim, à UFSC pela excelência de ensino.

RESUMO

Esta dissertação analisa as ressignificações havidas na posição e no papel social das mulheres inseridas no contexto da transição de um modelo de produção convencional para a agroecologia. A partir de uma fundamentação teórica que buscou correlacionar os conceitos de gênero e agroecologia, objetivou-se analisar até que ponto a participação das agricultoras familiares em atividades orientadas por princípios agroecológicos redefine as relações entre os gêneros, ressignificando os papéis sociais desempenhados pelas mulheres. Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma pesquisa qualitativa com a aplicação de entrevistas semiestruturadas envolvendo 18 agricultoras familiares residentes em localidades da região do Meio Oeste de Santa Catarina. Destarte, praticamente todos os processos de transição para a agroecologia iniciados pelas agricultoras foram conflituosos e marcados por violências de gênero. A interligação de fatores que, no geral, causou à opção pela agroecologia, engloba questões de viabilização da permanência das famílias no rural e a obtenção de renda diferenciada a partir de uma atividade já desenvolvida por elas. No que diz respeito à autonomia profissional, técnica e de conhecimento construída pelas entrevistadas, foi verificado que espaços de formação agricultora-agricultora têm sido ocupados e que trocas de experiências têm sido realizadas por elas de forma contínua. Assim, a agroecologia tem sido construída como um processo coletivo de aprendizagem que conta, principalmente, com o apoio de outras famílias agroecologistas e de determinados agentes externos ligados à agricultura familiar de base agroecológica. No geral, foi verificada a saída da invisibilidade da esfera do trabalho produtivo para a posição de chefia do empreendimento agroecológico por parte das agricultoras familiares. Em parte, pelo maior reconhecimento da mulher pela sociedade, devido à produção de alimentos saudáveis, por serem livres de agrotóxicos. E, ainda, pelo aumento da circulação da mulher no espaço público, pelo acesso à renda e pelo deslocamento do homem como única figura representativa da família no âmbito público. Desta maneira, ficou evidenciado que oportunidades de questionamento das relações de gênero, por parte das mulheres podem ser criadas no contexto da transição para modelos de produção de base agroecológica. E ainda que tal contexto funciona como uma poderosa ferramenta para a construção de igualdade de oportunidades para as mulheres no meio rural.

Palavras-chave: Mulher rural; Agroecologia; Gênero; Santa Catarina.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the resignifications that have occurred in social status and role of women in the context of transition of a conventional production model to the agroecology. Starting from a theoretical foundation that sought to correlate the concepts of gender and agroecology, is aimed to analyze till what point the participation of the women in family agriculture realizing activities guided by the agroecological principles redefine the relation between genders, resignificating the social roles played by this women. From a methodological point of view, it was realized semi-structured interviews with 18 female family agricultural workers from the mid-west of Santa Catarina. In this manner, almost every transition processes for agroecology initiated by women farmers were conflictual and marked by gender violence. The interconnection of factors that, in general, caused the option for agroecology, includes feasibility issues of families stay in rural and obtaining differentiated income from an activity already developed by them. In respect to professional autonomy, technical and knowledge built by the interviewees, it was verified that farmer-farmer training spaces have been occupied and experience exchanges have been made by them continuously. So agroecology has been built as a collective learning process that counts, especially with the support of other agroecologists families and certain external agents linked to family farming agroecological base. Overall, the output of the sphere of the invisibility of the productive work for the leading position of agroecological project by the family farmers has been verified. In part, the increased recognition of women by society due to the production of healthy foods, because they are free agrochemicals. And yet, the increase in women's circulation in public space, the access to income and the man displacement as the only representative figure of the family in the public sphere. In this manner, it was evident that opportunities questioning of gender relations, by women can be created in the context of transition to agroecological production models. And that this context serves as a powerful tool for building equal opportunities for women in the rural field.

Keywords: Rural Women; Agroecology; Gender; Santa Catarina.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Agricultura Orgânica em Santa Catarina	19
Quadro 2: Perfil das agricultoras familiares entrevistadas	54
Quadro 3: Características da produção agroecológica.....	61
Quadro 4: Vias de comercialização e certificação da produção de base agroecológica.	64
Quadro 5: Descrição parcial das atividades realizadas pelas agricultoras.	78
Quadro 6: Descrição da participação masculina na divisão do trabalho reprodutivo por famílias das agricultoras entrevistadas.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Municípios de realização da pesquisa.....	25
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APACO - Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri
CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN- Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAC - Levantamento Agropecuário de Santa Catarina
LAF – Laboratório de Agricultura Familiar
LEMATE - Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
OGM - Organismos Geneticamente Modificados
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBF – Programa Bolsa Família
PEAF - Programa de Agroindústria Familiar
PGA - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
POPMR - Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais
PTA - Projeto Tecnologias Alternativas
REA- Rede Ecovida de Agroecologia
RG - Registro Geral
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SC - Santa Catarina
SC RURAL - Santa Catarina Rural
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPM- Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PESQUISA.....	21
O CONTEXTO DA PESQUISA.....	25
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	28
CAPÍTULO 1.....	31
1. IDENTIFICAÇÕES DE GÊNERO E OS PAPÉIS SOCIAIS EXERCIDOS PELAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	31
1.1 A POSIÇÃO SOCIAL E O PAPEL EXERCIDO PELAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	31
1.1.1 As possíveis implicações da Revolução Verde para as mulheres rurais e a opção pela agroecologia	40
1.1.2 O empoderamento das mulheres e a construção da igualdade entre os gêneros	47
1.2 NOÇÕES CONCEITUAIS ACERCA DA AGROECOLOGIA	49
1.2.1 A agroecologia numa perspectiva de gênero.....	52
CAPÍTULO 2.....	57
2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	57
2.1 QUESTÕES RELATIVAS À VIABILIDADE DA PERMANÊNCIA DAS FILHAS DAS AGRICULTORAS	69
CAPÍTULO 3.....	73
3. OS PAPÉIS SOCIAIS DAS PROTAGONISTAS DAS AÇÕES DE AGROECOLOGIA	73
3.1 AS DIFICULDADES INICIAIS DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO.....	73
3.1.1 O questionamento do controle social imposto às mulheres agricultoras	80
3.2 A DIVISÃO DO TRABALHO NA FAMÍLIA.....	82
3.3 PERCEPÇÕES DAS MULHERES AGRICULTORAS SOBRE A AGROECOLOGIA.....	89
3.4 PERCEPÇÕES DAS AGRICULTORAS QUANTO ÀS PRINCIPAIS RELAÇÕES EXTERNAS VINCULADAS ÀS AÇÕES DE AGROECOLOGIA.....	91
CAPÍTULO 4.....	955
4. OS POSSÍVEIS APORTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÕES DE AGROECOLOGIA.....	955
4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELAS AGRICULTORAS FAMILIARES ENTREVISTADAS.....	95

CAPÍTULO 5	103
5. A AUTONOMIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES	103
5.1 A AUTONOMIA PROFISSIONAL, TÉCNICA E DE CONHECIMENTO.....	104
5.2 A AUTONOMIA FINANCEIRA	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
Referências Bibliográficas	116
ANEXOS	130
ANEXO I	131
ANEXO II	132
ANEXO III	133

INTRODUÇÃO

Nesta introdução são apresentadas a contextualização da problemática e a identificação do objeto de pesquisa. Também são apresentados os procedimentos realizados e a perspectiva teórico-metodológica utilizada. Por fim, segue a apresentação da estruturação da dissertação para fornecer um panorama do trabalho.

A agricultura familiar brasileira é responsável por parte significativa da produção e do abastecimento alimentar do país, bem como pela dinâmica socioeconômica dos pequenos municípios. Conforme o Censo Agropecuário, as unidades produtivas caracterizadas como familiares no Brasil representam, aproximadamente, 85% do total (IBGE, 2006). Nos aspectos produtivos, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de feijão, 46% do milho, 34% do arroz e registra também alta participação na produção de produtos de origem animal (IBGE, 2006).

A manutenção dos tecidos socioculturais no meio rural, em parte, garantidas por esta categoria social, tem gerado preocupações devido à crescente migração do público jovem, especialmente das mulheres. Nas últimas décadas, têm-se constatado que o deslocamento rural urbano vem afetando os processos sucessórios das unidades familiares e comprometendo a reprodução social da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1999; SPANEVELLO *et al.*, 2012).

No âmbito acadêmico, diversas pesquisas têm revelado preocupação com a situação das mulheres rurais. Particularmente, no sul do Brasil, destacam-se autores como Carneiro (2001), Paulilo (2009; 2004), Brumer (2004), Aguiar e Stropasolas (2010) que buscam evidenciar, entre outras questões, as condições de permanência das mulheres na atividade agrícola, sobretudo, no tocante à invisibilidade e ao reconhecimento do trabalho. Para tanto, salientam os papéis sociais das mulheres e a sua importância no trabalho agrícola e na reprodução da agricultura familiar, evidenciando as desigualdades de gênero. Conforme Scott (1995), gênero é um modo de percepção que hierarquiza as diferenças sexuais.

Segundo o último Censo Agropecuário¹, as mulheres comandam apenas 14% do total das propriedades no Brasil, embora elas

¹Incluiu pela primeira vez a variável sexo na caracterização dos responsáveis pelo estabelecimento. O conceito de agricultura familiar, adotado no Censo

sejam um terço dos ocupados em mão de obra na agricultura familiar, o equivalente a 4,1 milhões de pessoas (IBGE, 2006). Dentre os ocupados com laços de parentesco, menos de 36% são mulheres, o que pode significar uma possível subdeclaração das atividades realizadas por parte das mulheres. Conforme a mesma fonte, em Santa Catarina, são apenas 13 mil mulheres à frente de estabelecimentos de agricultura familiar, enquanto os homens nesta função correspondem à, aproximadamente, 156 mil. Ainda no estado de Santa Catarina, quanto ao quesito mão de obra, as mulheres e os homens são, aproximadamente, 364 mil e 540 mil, respectivamente (IBGE, 2006). Quanto às posições de ocupação rural, a nível nacional, verifica-se que a presença da mulher representa 29,8% do total, compondo 54,4% dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, 56,9% dos não remunerados e 14,2% dos trabalhadores por conta própria (DIEESE, 2014 *apud*. NOBRE, 2014). Apenas 20% das mulheres ocupadas na agricultura declararam que recebiam por seu trabalho, sendo que 6% recebiam entre 0,5 salário e um salário mínimo/mês (Ibidem).

Nos últimos anos, emergiram iniciativas de diversos atores sociais do campo, instituições governamentais e não governamentais, no intuito de mitigar estas desigualdades de gênero no meio rural. Dentre as proposições, figuram àquelas que trazem a agricultura familiar como possível promotora de desenvolvimento rural. Principalmente, através da realização de agriculturas menos prejudiciais ao meio ambiente, nas quais, as mulheres têm se destacado por sua forte participação e protagonismo no desenvolvimento de ações em agroecologia (KARAM, 2004; SILIPRANDI, 2009b).

Na região Meio Oeste de Santa Catarina, o atual contexto socioeconômico de parte dos agricultores familiares tem se mostrado propício à construção de alternativas que visam garantir sua permanência no meio rural. Dentre o que vem sendo desenvolvido pelos agricultores familiares, constam também as iniciativas de transição para a agroecologia. No Quadro 1(um) é concisamente apresentado um panorama da produção orgânica no estado de Santa Catarina.

Agropecuário, é o descrito na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nesta dissertação, adota-se o conceito teórico de agricultura familiar formulado por Lamarche (1993;1998) e Abramovay (1999).

Quadro 1 – Agricultura Orgânica em Santa Catarina

Documento/Ano	Estado	Região
Levantamento Agropecuário ² de SC/ 2005	1.897 produtores	Não consta
Agricultura Orgânica em SC/2003	706 produtores	307 produtores na Macrorregião Oeste
Produção Orgânica na Agricultura Familiar de SC/2012	603 produtores	68 produtores/ Meio Oeste
Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)/2015	988 produtores ³	Não consta

Fonte: Elaborada pela autora (2015), com base em Zoldan e Mior (2012), Oltramari *et al.*, 2003; Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2005; BRASIL, 2015.

Conforme Zoldan e Mior (2012), a diferença numérica entre as pesquisas, possivelmente, está relacionada à metodologia utilizada para o recolhimento dos dados, que no caso da “Produção Orgânica na Agricultura Familiar de Santa Catarina”, selecionou apenas agricultores que produziam e comercializavam seus produtos como orgânicos, sendo certificados ou não. Outro fator relevante no que concerne ao baixo número de produtores certificados pode ser relacionado à baixa popularidade dos selos de certificação orgânica e agroecológica na época de realização das pesquisas (ZOLDAN; MIOR, 2012).

A abordagem agroecológica tem uma ótica de valorização das atividades relacionadas à produção para o autoconsumo que devido à socialização, geralmente estão a cargo das mulheres. Esta abordagem realça ainda outros trabalhos, que envolvem o cuidado e a preservação da biodiversidade, possibilitando a criação de oportunidades para o reconhecimento do trabalho realizado por elas. Assim, pesquisas recentes têm relacionado à participação das mulheres em ações de agroecologia o aumento do reconhecimento profissional, a maior participação na gestão das unidades produtivas, a ampliação do acesso às informações, o acesso à renda e a saída do isolamento do âmbito doméstico (BIASE, 2007; BURG, 2005; LISBOA; LUSA, 2010; SILIPRANDI, 2009a). Portanto, a compreensão das experiências de

²Dados preliminares. Número de estabelecimentos agropecuários informantes, cujos produtores declararam possuir certificação orgânica.

³ Em consulta anterior, realizada em agosto/2015, o número era de 680 agricultores. Disponível em: Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

protagonismo das mulheres é pertinente para a sociedade por estar vinculada à melhoria da qualidade de vida e a promoção de autonomia das mulheres rurais. A identificação dos aspectos deste protagonismo pode fortalecer também novas ações diretamente relacionadas a esse público e consequentemente fortalecer a agricultura familiar, especialmente, a de base agroecológica.

Desta forma, considerando a importância de uma discussão que incorpore essa problemática, em especial, referente às questões de gênero, foi proposta a seguinte questão norteadora: Em que medida a participação das agricultoras familiares em atividades e espaços orientados por princípios agroecológicos têm causado redefinições e novos significados no exercício dos seus papéis sociais?

A partir deste questionamento, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- A adoção de princípios e práticas agroecológicos por parte das mulheres promove questionamentos nas relações de gênero. Estes questionamentos levam as agricultoras a perceberem de modo diferenciado sua própria vida e a contribuição para o bem estar próprio, familiar e coletivo. Desta maneira, ocorrem redefinições e novos significados nos papéis sociais exercidos pelas mulheres.

- O desenvolvimento de um empreendimento agroecológico influencia na participação das agricultoras familiares em novos espaços e altera a configuração da sua relação com diferentes atores sociais familiares e ligados à agricultura familiar. Estas novas experiências sociais criam condições propícias para uma maior autonomia por parte das mulheres agricultoras, com implicações em termos de ampliação na igualdade de oportunidades entre os gêneros na agricultura familiar.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar até que ponto a participação das agricultoras familiares em atividades orientadas por princípios agroecológicos redefine as relações entre os gêneros, ressignificando os papéis sociais destas mulheres.

Deste objetivo, desdobraram-se ainda os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como as mulheres vêm a sua participação nos espaços público e privado em que se viabilizam as ações de agroecologia, com foco nas implicações e mudanças trazidas ao exercício dos seus papéis sociais.

- Averiguar em que medida determinadas políticas públicas fornecem subsídios para promover o protagonismo das agricultoras nas ações orientadas para a agroecologia.

- Analisar se a participação em ações relacionadas à agroecologia tem modificado a autonomia profissional, financeira e de conhecimento construída por esse público específico nas relações sociais e familiares;

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PESQUISA

Esta é uma pesquisa qualitativa, compreendida como aquela que busca, principalmente, compreender o sentido das ações humanas, as representações, os significados e as práticas dos sujeitos pesquisados em torno de uma problemática de investigação. Tal compreensão considera, sobretudo, a singularidade das experiências e das vivências do indivíduo em seu contexto histórico e sociocultural (MINAYO, 2012). Portanto, a abordagem qualitativa trabalha com significados, motivações, valores e crenças que correspondem a noções particulares (MINAYO, 2012).

A presente pesquisa foi organizada a partir da realização dos procedimentos metodológicos, propostos em Quivy e Campenhoudt (2008). Após a elaboração da questão norteadora, considerando os princípios de clareza, exequibilidade e pertinência, foi dado início à análise documental de dados secundários para verificar a presença de estabelecimentos familiares consolidados ou em transição para a agroecologia na região Meio Oeste, em Santa Catarina.

A ecologização progressiva das práticas agrárias e o tempo decorrido desde o início do processo de transição foram considerados como parâmetros da transição de formas convencionais de produção para a agroecologia e da consolidação da produção em bases agroecológicas. Entretanto, esta delimitação teve apenas a intencionalidade de facilitar a demarcação para o recorte da pesquisa, sem ignorar que os processos de transição compõem um gradiente significativamente amplo de experiências.

Nesta etapa, foram consultados o Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (2002); os documentos produzidos por Oltramari e colaboradores (2003); por Zoldan e Mior (2012) e o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) (2015). Também foram realizadas entrevistas abertas⁴ com três extensionistas da Empresa de Pesquisa

⁴ A técnica de entrevistas abertas atende, principalmente, finalidades exploratórias e consiste em uma técnica de entrevista na qual a entrevistadora interfere minimamente e assume a postura de ouvinte (BONI; QUARESMA, 2005). A entrevista aberta é utilizada quando há interesse na obtenção do maior

Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) com a intenção de identificar as agricultoras familiares em processos de transição na região de interesse da pesquisa.

O mapeamento preliminar das unidades produtivas contou com o apoio e o repasse de informações de diversas instituições e organizações ligadas à agricultura familiar da região. Contribuíram neste momento, principalmente, as secretarias municipais de agricultura, as gerências regionais da Epagri de Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Xanxerê, a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) e a Rede Ecovida de Agroecologia⁵ (REA).

Ainda nesta fase foram realizadas duas idas a campo que propiciaram uma aproximação com a realidade das agricultoras em diferentes processos de transição de formas convencionais de produção para a agroecologia. Nestas incursões, foram empreendidas entrevistas abertas a fim de averiguar a motivação inicial das agricultoras, suas expectativas em relação à produção agroecológica e suas percepções acerca das mudanças atreladas ao processo de transição.

No segundo procedimento, a análise dos dados coletados e o embasamento teórico possibilitaram a construção da problemática, a partir dos quais, foram formuladas as hipóteses. Esta formulação precedeu a segunda incursão exploratória. Neste momento, ocorreu a opção pela realização de uma pesquisa qualitativa, cuja principal ferramenta de coleta de dados foi a de entrevistas semiestruturadas. Esta ferramenta permite que as questões, pré-definidas e de interesse da pesquisa, sejam realizadas em um tom de informalidade. Esta forma de obtenção de dados possibilita fazer perguntas adicionais e dirigir a discussão para o assunto a fim de elucidar as questões que porventura não estejam suficientemente claras (MINAYO, 2012).

De forma complementar, houve a opção pela utilização de um questionário fechado para o recolhimento de dados socioeconômicos. A aplicação do questionário possibilitou a recolha de dados mais precisos sobre a posição das mulheres, tendo em vista que estas questões abrangeram, por exemplo, quesitos relacionados à titularidade da

número possível de informações e de um maior detalhamento sobre o tema em questão (Ibidem).

5A Rede Ecovida de Agroecologia (REA) é composta por diversos atores sociais organizados em núcleos regionais, que buscam promover a agroecologia por meio da troca de informações e fornecer credibilidade aos produtos produzidos por agricultores familiares agroecologistas através da certificação participativa (ROVER, 2011).

certificação orgânica no CNPO, do estabelecimento agropecuário e do bloco de notas⁶, bem como a posse de conta bancária individual, dentre outras que foram consideradas pertinentes para cumprir os objetivos da pesquisa.

A partir das informações obtidas no mapeamento preliminar, sobre a identificação e a localização das agricultoras familiares, foram selecionadas, inicialmente, mulheres de algumas comunidades dos municípios de Água Doce, Abelardo Luz, Seara e Capinzal, no Meio Oeste de Santa Catarina. Também por intermédio das entrevistadas foi possível identificar outras agricultoras e incluí-las na pesquisa, sendo que, ao todo, foram realizadas 18 entrevistas. Deste total, três agricultoras nunca realizaram o manejo convencional em suas propriedades atuais, porém possuem relação com este modelo produtivo em suas trajetórias de vida por descenderem de agricultores familiares e por terem integrado, anteriormente, unidades de produção convencionais.

A escolha das 18 agricultoras foi fundamentada na necessidade de compor um grupo com mulheres que integrassem os processos em distintos estágios de transição para a agroecologia. Desta maneira, elas foram selecionadas por terem importância significativa para o cumprimento dos objetivos propostos na pesquisa, pois protagonizam, em seus estabelecimentos, processos de transição para a agroecologia em diferentes estágios. Assim, possibilitaram a coleta de informações pertinentes em relação ao objeto de estudo por comporem um grupo que abrange processos iniciais, intermediários e consolidados de transição de modelos convencionais de produção para a agroecologia.

Outro critério relevante na escolha das entrevistadas foi à preferência para as agricultoras sem vinculação direta com os movimentos sociais de mulheres do campo com bandeiras voltadas prioritariamente ao questionamento das desigualdades de gênero. Esta demarcação ocorreu no sentido de observar como as questões de gênero vêm sendo abordadas fora destes espaços de organização social. Assim,

⁶ Trata-se do bloco das notas fiscais para produtores rurais. Este bloco configura um meio legal para a concessão de benefícios sociais, como a aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-maternidade, dentre outros direitos previdenciários. Podem ser inscritos em conjunto com a/o titular, os ascendentes, o cônjuge ou convivente e os filhos maiores de 16 anos que desenvolvam atividades agrícolas ou agropecuárias e contemplem o estabelecido na definição legal brasileira de agricultura familiar.

somente duas agricultoras integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foram entrevistadas.

Também foi relevante a inserção na região Meio Oeste de Santa Catarina, que possui uma quantidade significativa de agricultores familiares. Neste sentido, as entrevistas foram realizadas considerando que compreender a condição das agricultoras agroecológicas poderia propiciar elementos para contribuir na sugestão de medidas de valorização da participação das mulheres na agroecologia e de promoção de igualdade de gêneros na agricultura familiar. Portanto, a intenção não foi a de realizar um comparativo entre as vivências das agricultoras, mas de viabilizar referenciais para compreender e analisar as possíveis mudanças nos papéis sociais de gênero, decorrentes da adesão à agroecologia.

Inicialmente, as agricultoras foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento é uma exigência do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC) para garantir a integridade e a dignidade dos sujeitos da pesquisa. Neste termo constaram, de forma clara e objetiva, os interesses e as finalidades da pesquisa. Além das informações de contato dos pesquisadores, como telefones e *e-mail*, para que a entrevistada tivesse a possibilidade de se retirar da pesquisa, em qualquer momento, caso considerasse necessário. Portanto, todas as entrevistas realizadas nesta investigação, foram consentidas pelas agricultoras familiares entrevistadas.

Todas as entrevistas foram gravadas e duraram em média três horas. Posteriormente, foram transcritas utilizando o *Software Express Scribe*, disponível pela NCH Software. Este software facilitou também a compilação das informações que precedeu a interpretação dos dados empíricos da pesquisa.

Vale ressaltar que em contato inicial, após a explicação sobre a intencionalidade da pesquisa, a pesquisadora disponibilizou-se para encontrar com as agricultoras onde fosse mais confortável para elas. Apenas duas das entrevistas foram realizadas na presença de outras pessoas, que no caso, eram amigas que haviam indicado as entrevistadas para a pesquisadora. Esta presença se revelou positiva para a integração entre entrevistadora e entrevistadas, possibilitando o acompanhamento de diálogos destas mulheres sobre o tema de interesse.

Para contemplar os objetivos da investigação foram consideradas como relevantes as atividades assumidas pelas mulheres, as formas como tais atividades são desempenhadas e as consequências

que acarretam para a vida social e familiar. Neste sentido, as questões foram orientadas para identificar como as agricultoras compreendem as experiências, os desafios e as demandas que consideram marcantes nas ações de transição, bem como a forma que relacionam a prática da agroecologia com as mudanças ocorridas em decorrência deste processo. O roteiro das entrevistas buscou contemplar indicadores para averiguar se houve progressão da atuação e da participação das mulheres na unidade produtiva. Para tanto, também foram consideradas as atividades que elas realizavam anteriormente à transição e nos diferentes estágios do processo no qual elas se encontravam. Desta forma, foram obtidas as informações mais subjetivas, no que concerne diretamente às mulheres em questão, e que viabilizaram as análises apresentadas nesta dissertação.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o roteiro da entrevista semiestruturada e o questionário complementar são apresentados, respectivamente, nos anexos I, II e III.

O CONTEXTO DA PESQUISA

É importante esclarecer que o Oeste de Santa Catarina está subdividido em cinco microrregiões sendo que esta investigação abrangeu, principalmente, os municípios do Meio Oeste Catarinense. Conforme mencionado anteriormente, as dezoito agricultoras familiares que compõem o grupo de interesse da pesquisa, são residentes em comunidades das cidades de Água Doce, Abelardo Luz, Seara e Capinzal.

Figura 1: Municípios de realização da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora (2016) a partir da base de dados catalográfica do IBGE.

O Meio Oeste Catarinense

O Meio Oeste de Santa Catarina possui uma população de 349.143 habitantes e uma densidade populacional de 34,1 hab./km², de acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). São 32 municípios, nos quais a atividade agropecuária é bastante expressiva, tanto na produção animal, quanto na agricultura, principalmente, nas atividades relacionadas à fruticultura e à horticultura, na produção florestal e também na produção de grãos (SEBRAE, 2013).

A forte presença da agricultura familiar está relacionada à forma de colonização da região, que também corroborou para a formação de pequenos municípios. O povoamento da região ocorreu de forma rápida, principalmente, após a década de 1920. Os núcleos coloniais criados no século XIX, foram fundados principalmente por grupos de imigrantes italianos e alemães e é sabido que a região era ocupada por indígenas da etnia Kaingang desde meados de 5.500 a. C. segundo vestígios arqueológicos encontrados na bacia do Rio Uruguai (PAIM, 2006). Posteriormente, a população de luso-brasileiros miscigenou-se à indígena e a região foi ocupada também por caboclos. Conforme Poli (2014), na medida em que os caboclos formavam suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.

A atuação das empresas colonizadoras deu-se no sentido de povoar a região para manter o território conquistado do Paraná. Anteriormente, a região já havia sido palco de disputas entre Portugal e Espanha, entre Brasil e Argentina e, ainda, entre Paraná e Santa Catarina, originando a Guerra do Contestado (1912-1916), quando se definiu que a região pertencia ao estado de Santa Catarina (PAIM, 2006). Neste processo de povoamento, os indígenas e os caboclos foram considerados pelas autoridades. Conforme Poli (2014), os caboclos se mantiveram principalmente,

[...] produzindo alimentos (milho, feijão, arroz, batata, mandioca, batatinha), além dos animais necessários para a manutenção e transporte (porco, vacas, mulas), mas sempre para o consumo próprio, porque não havia comércio, nem estradas. [...] Em todo o Oeste, o caboclo raramente conseguiu se manter como proprietário. Por isso, formou-se, em quase toda a área, a mão de obra assalariada das indústrias madeireiras.

Assim, para ‘povoar’ a região o governo estadual concedeu glebas de terras àqueles que eram política e economicamente influentes e estes beneficiários, com as concessões recebidas montaram as empresas colonizadoras (PAIM, 2006). Com a instalação destas empresas, as populações indígena e cabocla foram sendo cada vez mais marginalizadas. Este processo foi rápido, pois já na década de 1980, praticamente a metade da população regional não era oriunda do município no qual residia (PAULILO, 1996).

Com a vinda destes imigrantes, estabeleceu-se um sistema produtivo diferenciado daquele praticado por indígenas e caboclos. Este sistema era baseado na pequena propriedade, com predomínio da mão de obra familiar e como foco, principalmente, no cultivo de milho cuja comercialização era difícil e na criação de suínos que, aos poucos, passaram a ser comercializados em Curitiba e São Paulo (POLI, 2014). Conforme Rover (2009), esta base produtiva favoreceu a adesão dos agricultores familiares da região ao regime de agroindustrialização verticalizada⁷. Segundo o autor, a modernização da agricultura ganhou força na região a partir da década de 1970 e ampliou de maneira rápida e seletiva a integração de um elevado número de agricultores familiares

7 No modelo da agroindustrialização verticalizada os agricultores firmam contratos de parceria exclusiva com as agroindústrias e possuem garantia de venda dos produtos mediante cumprimento de regras, pré-determinadas pelas empresas.

ao mercado. A partir da década de 1980, vários fatores conjunturais e estruturais colaboraram para gerar uma crise regional. Esta crise influenciou na situação socioeconômica dos agricultores familiares e teve reflexos bastante significativos, dentre os quais, o êxodo rural, a concentração da atividade agropecuária nas mãos de agricultores capitalizados e do setor patronal, a perda da terra e de laços socioculturais (Ibidem). Estas mudanças provocaram a descapitalização das famílias e a diminuição progressiva da renda familiar a níveis de subsistência (ROVER; LANZARIN, 2008).

O conjunto destes fatores culminou na criação de movimentos sociais, organizações e redes com finalidades que incluíam desde a organização política às ações para garantir a viabilidade socioeconômica das famílias no âmbito rural. Conforme Paim (2006, p.134)

A partir do final dos anos 1970, muitos agricultores, liderados pelos agentes religiosos, decidiram que não era mais possível ficar calados com a exploração e opressão que viviam e, coletivamente, começaram a protestar, através de vários movimentos sociais que nasciam desses descontentamentos. Entre os muitos movimentos surgidos nesse contexto, do Oeste Catarinense, pode-se citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o movimento pela tomada dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo combativo no campo, o Movimento das Mulheres Agricultoras, O Movimento de Retomada das Terras pelos índios, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens.

Neste contexto, as alternativas das famílias tornaram-se escassas e, em geral, envolviam opções como o abandono das unidades produtivas, em busca de oportunidade nas cidades, ou o ingresso em outras atividades. Assim, determinadas atividades que, anteriormente, eram voltadas apenas para o autoconsumo, passaram a ter importância econômica. Nesta busca das famílias para realizar atividades que gerassem excedentes e que não necessitassem de grandes investimentos, foram se destacando a atividade leiteira, a participação em feiras, a organização em redes de cooperativas e a produção agroecológica (FRISON, 2012; SANTOS *et al.*, 2009).

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para além desta introdução, a dissertação está dividida em cinco

capítulos. O primeiro consiste em apresentar os conceitos teóricos que nortearam a análise dos dados empíricos. Para tanto, foram apresentadas reflexões acerca do conceito de gênero e suas implicações sobre os papéis sociais desempenhados pelas mulheres agricultoras. Ainda no decorrer deste capítulo, foi realizada uma discussão sobre a agroecologia e os seus aspectos relevantes considerando a perspectiva de gênero, sobretudo, quanto à atuação estratégica das mulheres agricultoras nos agroecossistemas de base agroecológica.

O segundo capítulo aborda as principais características das agricultoras familiares entrevistadas e a análise dos dados empíricos coletados. Adicionalmente, foi procedida uma identificação de casos de preparação e de inclusão das jovens, filhas das agricultoras entrevistadas, nos processos sucessórios.

O terceiro capítulo apresenta a análise e a discussão sobre a participação das agricultoras familiares entrevistadas em ações relacionadas à agroecologia. Este capítulo objetivou verificar em que medida tal envolvimento tem propiciado a valorização do trabalho executado por estas mulheres. Para tanto, foram consideradas as alterações em curso devido aos processos de transição de modelos convencionais de produção para a agroecologia. Constatou-se nesta análise, a forma como estas especificidades têm incidido sobre a organização familiar. Inicialmente, foram identificadas as motivações geradoras do processo de transição para a agroecologia. Na sequência, foram apresentadas as percepções das entrevistadas acerca da sua inserção social e das representações sociais de ser mulher e agricultora no contexto agroecológico.

O capítulo 4 traz uma análise sobre o acesso das agricultoras familiares entrevistadas às políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero no meio rural e ao estímulo e ao desenvolvimento da produção agroecológica. Para tanto, foi realizada a identificação das políticas mais acessadas pelas agricultoras, com base naquilo que foi levantado nas entrevistas. Para além desta identificação, foi efetuada uma ponderação sobre os desdobramentos que o acesso a estas políticas públicas pode acarretar para as realidades socioeconômicas das mulheres rurais em questão.

O quinto e último capítulo caracteriza-se pela análise dos aspectos que vêm emergindo no que diz respeito à construção e a garantia de autonomia por parte das mulheres nos sistemas agroecológicos. São abordadas, principalmente, as dimensões, profissional, técnica, de conhecimento e financeira. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados da investigação,

apontam temas que necessitam de aprofundamento com a continuidade de pesquisas no assunto e sugerem propostas para políticas públicas que estimulem novas iniciativas de transição para a agroecologia, bem como fortaleçam a continuidade do que já vem sendo realizado pelas agricultoras familiares.

CAPÍTULO 1

1. IDENTIFICAÇÕES DE GÊNERO E OS PAPÉIS SOCIAIS EXERCIDOS PELAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Nas últimas décadas, o comportamento, os valores sociais e a identidade feminina vêm sendo modificados, sobretudo por pressão dos movimentos sociais de mulheres. Estas novas percepções têm alterado também a ideia de que as diferenças entre os sexos são biológicas, fazendo emergir o conceito de gênero. Segundo este conceito, as relações sociais entre homens e mulheres são assimétricas e construídas, asseguradas e reproduzidas na sociedade em geral (SCOTT, 1995).

No âmbito rural, por vezes, as desigualdades de gênero tornam-se mais complexas, devido à forte construção social em torno do homem como o chefe da família e à invisibilização da mulher. Tomando por base essa problemática, este capítulo consiste em refletir sobre as imposições dos padrões de gênero e suas predeterminações sobre os papéis sociais desempenhados pelas mulheres agricultoras. E, pretende ainda, evidenciar a atuação estratégica destas mulheres nos agroecossistemas⁸ de base agroecológica⁹.

1.1 A POSIÇÃO SOCIAL E O PAPEL EXERCIDO PELAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma categoria social bastante diversa, cujas diferenciações internas englobam as formas de acesso e permanência na terra, o modelo de organização do trabalho e a inserção e a dependência no/do mercado. Em que pese a complexidade social do campo brasileiro, este conjunto é formado por famílias que podem ou

8 São ecossistemas com a presença mínima de uma população agrícola, sendo regulado pela intervenção humana e diferenciando-se, neste ponto, dos ecossistemas naturais.

9 São chamados de sistemas de produção de base agroecológica, aqueles que possuem como característica principal, a utilização de tecnologias que respeitam os princípios ecológicos, primando pela preservação dos espaços naturais, da reciclagem de nutrientes e conservando a biodiversidade. Esses sistemas podem ser classificados como agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura natural, agricultura orgânica e permacultura (SANTOS; SANTOS, 2013).

não terem meios de viabilizar a permanência na terra ou, por exemplo, serem economicamente consolidadas e integradas aos mercados (LAMARCHE, 1993, 1998; SCHNEIDER, 2003). Como a família mantém relação de proximidade com o trabalho, estabelece um modo diferenciado de reprodução social, que prima pela conservação do patrimônio e dos recursos necessários à execução das atividades produtivas, destinando os resultados obtidos à manutenção da família e da unidade produtiva (WANDERLEY, 1998). Assim, considera-se que a agricultura familiar envolve a gestão, a propriedade dos meios de produção e o trabalho predominantemente realizado por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco (ABRAMOVAY, 1999).

A trajetória destes atores sociais do rural é marcada por desigualdades socioeconômicas e estruturais, pois mesmo antes da modernização, a agricultura já configurava uma atividade tradicional, marcada pela presença do setor patronal e ligada à exploração da mão de obra, ao latifúndio e à destruição dos recursos naturais (WANDERLEY, 2010). O projeto de modernização da agricultura ocorreu na década de 1960 e promoveu o aumento da participação dos agricultores no mercado, incentivando a substituição das práticas tradicionais por insumos industriais. As políticas de crédito e de fornecimento de assistência técnica¹⁰ que viabilizaram a consolidação da Revolução Verde¹¹ foram voltadas para os agricultores familiares mais integrados ao mercado e ao setor patronal da agricultura. Assim, uma boa parcela de agricultores familiares não logrou se inserir de forma efetiva nas cadeias produtivas reconfiguradas pela modernização da agricultura, em parte, por não terem sido objeto primeiro da política agrícola (BOSETTI, 2013). Desta forma, muitas destas famílias vêm

¹⁰ Em 1948, o estado de Minas Gerais, em convênio com a American International Association for Economic and Social Development, fundou a Associação de Crédito e Assistência Rural, forjando novos mercados consumidores no meio rural para as empresas de produtos agropecuários. Embora houvesse uma proposta da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural para a incorporação da perspectiva educativa comunitária ao apoio técnico e financeiro ofertado nas ações de extensão, não ocorreu a concretização da proposta. Posteriormente, a extensão adquiriu a postura de difusora das inovações tecnológicas, promovidas via crédito rural supervisionado, nas regiões consideradas promissoras (CALLOU, 2006).

¹¹ Termo pelo qual também é conhecido o processo de modernização da agricultura.

desenvolvendo alternativas¹² frente às externalidades negativas do modelo hegemônico de agricultura convencional. Dentre o que têm sido proposto, constam as ações de agroecologia, nas quais são criadas distintas oportunidades de protagonismo e de questionamentos por parte das agricultoras das desigualdades entre os gêneros no rural. Portanto, o conceito de agricultura familiar adotado neste trabalho tem o intuito de reconhecer a heterogeneidade desta categoria, principalmente, no que diz respeito às mulheres rurais, devido aos preconceitos de gênero.

A idealização da família rural como uma composição harmônica ampara a invisibilização da significativa contribuição do trabalho realizado pelas mulheres (SILIPRANDI, 2009a). Esta concepção idealizada tende a ignorar as relações desiguais de poder, tais como geralmente são as relações entre os gêneros e as gerações. Estas desigualdades ancoram-se na divisão sexual do trabalho¹³ que, geralmente, resulta em excesso de atividades produtivas e reprodutivas para as agricultoras. Neste contexto, o trabalho realizado por elas na esfera reprodutiva¹⁴ é invisibilizado, pois é considerado como uma tarefa uma obrigatória às mulheres. Devido à proximidade entre unidade voltada à produção para a comercialização e para o autoconsumo, característica da agricultura familiar, este contexto torna-se ainda mais complexo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

12 Ver, por exemplo, Adão (2011), Marcondes e Mior (2012), Quadros (2011) e Medeiros (2013). Considera-se que as ações apresentadas nestes trabalhos constituem iniciativas da agricultura familiar para garantir sua reprodução social no meio rural. Destaca-se Marcondes e Mior (2012), que verificaram a maior participação de agricultoras na chefia, em comparação às outras atividades desempenhadas pela agricultura familiar, nos seguintes empreendimentos de agregação de valor em Santa Catarina: 474 das chefias em um total de 1.889 agroindústrias; dentre estas, menos de 20% tinham menos de 34 anos. E nos casos de empreendimentos de turismo rural, artesanato e prestação de serviços, 31% das chefias são do sexo feminino dos quais, apenas 12% jovens.

¹³ A divisão sexual do trabalho é baseada nas relações sociais do sexo e, portanto, é hierarquizada e caracteriza-se pela separação entre trabalhos de homens e de mulheres. Geralmente, o trabalho realizado pelos homens é mais valorizado pela sociedade por ocorrer na esfera produtiva.

¹⁴ A esfera da reprodução envolve a atividade biológica e as atividades ligadas à reprodução da família (força de trabalho) como alimentação, vestuário, educação, saúde, manejo de pequenos animais, ordenha, processamento do leite e cuidados com o quintal (HERRERA, 2015).

A noção de obrigatoriedade exclusiva para com o cuidado da família advém da vinculação da mulher à imagem de um ser naturalmente altruísta. A predeterminação de características como sendo inatas aos sexos, feminino ou masculino, são construções sociais e terminam por reproduzir e impor os papéis sociais, dando significado e legitimando as relações de poder (SCOTT, 1995). Tais relações têm implicações em todas as esferas da sociedade, de maneira que o gênero constitui uma categoria transversal de análise histórica, cultural e política (SCOTT, 1995). Conforme a mesma fonte, os elementos constitutivos deste conceito são os símbolos culturais, os conceitos normativos, as identidades subjetivas, as instituições e as organizações sociais. Portanto, as noções de gênero são construídas na sociedade em geral: família, religiões, escolas, economia, política e, inclusive na ciência, sempre sublinhando oposições entre o masculino e o feminino. Assim, a discriminação legitimada com base nos preconceitos de gênero é expressa na valorização das características atribuídas ao masculino em detrimento daquelas atribuídas ao feminino.

Assim, a percepção utilizada nesta dissertação é a de que o gênero é uma consequência da imposição de padrões sexuais, sociais e políticos, que constituem o sistema patriarcado (SCOTT, 1995). Portanto, o patriarcado é o conjunto de estruturas e práticas sociais por meio do qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres.

Os diálogos mediadores da construção das narrativas da identidade feminina são formados, sobretudo, na cultura. Em consonância com o conceito elaborado por Scott, estas identidades são, portanto, socialmente atribuídas e referidas ao sexo biológico. Desta maneira, as funções legitimadas como próprias a cada sexo são marcadas por comportamentos específicos, valorações e padrões desiguais, que fornecem elementos para a criação da identidade a partir das identificações. Conforme Louro (1995, p. 106),

Ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes e em tudo isso há diferenças quanto à distribuição do poder, o que vai significar que gênero está implicado na concepção e na construção do poder.

Assim, a construção da identidade, embora seja carregada de individualidade, engloba o indivíduo e a sociedade porque é mobilizada nas relações sociais (BOURDIEU, 1989). Ou seja, é através dos sistemas de constrangimento institucionais, simbólicos e morais, nos quais as trajetórias dos sujeitos, nos múltiplos grupos sociais aos quais

pertencem, conformam a maneira como o indivíduo se apresenta ao mundo social (Ibidem). Estas percepções ou produtos sociais são interiorizados e reproduzidos pelos próprios indivíduos, por vezes, de maneira inconsciente em processos sociohistóricos.

Cabe salientar que há uma diferença entre a percepção construída por Bourdieu e por Scott quanto às diferenças entre os homens e as mulheres. Para Bourdieu, as diferenças simbólicas são situadas em oposições que não necessariamente possuem uma relação direta e o fato de que estejam imbricadas nas formas mais básicas de organização social, levanta questionamentos quanto à possibilidade de modificações destas estruturas. Na concepção de Scott, as diferenças são apresentadas em uma lógica de complementaridade e embora ambas as noções contribuam para a compreensão das identidades de gênero, Scott (1998) salienta que:

[...] a história das mulheres, enquanto grupo considerado diferente é uma parte da história da dominação masculina. Porque são os homens que construíram as regras, que organizaram a sociedade etc.. Por outro lado, entretanto, penso que isto conduz a evitar ideias mais complexas, como as da subjetividade na história, e também à possibilidade, para as mulheres, de se organizarem contra as regras e as ideias que as aprisionaram na esfera privada do século XIX em uma história à parte. Sim, poderíamos começar falando disso, da dominação masculina, mas há também uma história a ser escrita. Uma história que toma a noção de dominação, de poder desigual, que continua a analisar a atividade das mulheres entre elas, as ideias políticas das mulheres. É verdade que a estrutura social constrói as relações homens/mulheres e a ideia da mulher, mas, ao mesmo tempo, considero que a subjetividade e a criação do sujeito são algo mais complexo do que a dominação.

As identificações, por sua vez, são processos permanentes de reconhecimentos que se constituem em articulações e sobre determinações entre o “mesmo” e o “outro” (HALL,2000). Em decorrência, podem ser ambivalentes e contraditórias à medida que são sustentadas ou abandonadas, pois se modificam conforme as situações contextuais, por não serem fixas ou permanentes (Ibidem). Este autor também propõe que a abordagem sobre a identidade cultural considere a relevância da história, da linguagem e da cultura naquilo com o qual nos

identificamos, ou seja, estas intersecções determinam as respostas dos questionamentos sobre quem somos e como nos representamos a partir do que se considera/espera que sejamos. Assim, a identificação cultural compreende o nós e abandona o eu. Não obstante, a implicação direta dos processos de identificação é o reconhecimento dos indivíduos como masculinos ou femininos e o exercício do que se determina para eles, de tal modo que assumem papéis sociais, com recursos simbólicos e materiais específicos, ligados às estruturas de desigualdade entre homens e mulheres.

Os papéis sociais são as formas de integração e de atuação dos indivíduos na sociedade, logo, são amplos, múltiplos e sobrepostos (CAIXETA, 2014). Esta multiplicidade resulta em conflitos de interesses e em consequentes ponderações e ajustes na execução das interações. Tais interações, ao passo que estruturam as relações sociais, também a sustém. Ao longo da história, as alterações ocorridas nos padrões socioculturais agregaram novas funções sociais¹⁵ sem desvincular as mulheres das responsabilidades incumbidas ao feminino, sobretudo, das funções maternas e reprodutoras, concernentes ao cuidado e à esfera privada. Portanto, não modificaram profundamente o conceito de identidade feminina de maneira que o questionamento dos papéis sociais hegemonicamente fixados como masculinos e femininos, demonstra a necessária construção de formas equitativas de interação entre homens e mulheres.

No âmbito rural e, considerando a problemática desta dissertação, constata-se mais especificamente na agricultura familiar acentuadas desigualdades de gênero evidenciadas, inclusive, no preterimento da mulher no processo sucessório, o que significa a perpetuação do papel social da mulher rural como esposa/mãe/filha de agricultor (CASTRO, 2005). Do ponto de vista conceitual, a sucessão é o processo de transferência do patrimônio, de continuação da atividade

15 Conforme Caixeta (2004) a transformação dos papéis sociais de homens e mulheres teve início no século XVIII em decorrência da ascensão da burguesia, da criação dos estados nacionais, do início da industrialização e da formação da sociedade capitalista. A família burguesa é construída a partir da ideia de identidade individual, do particular e da nucleação, assim, é “institucionalizada a característica cuidadora da mulher, refletida nas suas atuações como mãe, esposa e dona-de-casa”.

profissional e da retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 2001).

Embora nem sempre seja fruto de planejamento das famílias, a sucessão é precedida da socialização das jovens, que comumente, não são preparadas ou estimuladas a ter interesses referentes à gestão da propriedade ou aos trabalhos agrícolas (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010). Com frequência, o filho é o escolhido como sucessor, pois é sobre ele que foram feitos os investimentos na preparação para o provimento da família.

Nas regiões Planalto e Oeste de Santa Catarina, Aguiar e Stropasolas (2010) concluíram que o relativo desinteresse das moças frente à permanência na agricultura justificava-se, em parte, pela naturalização da sua exclusão na sucessão das propriedades. Os autores constataram que o controle social, familiar e comunitário, exercido com maior vigor sobre a postura moral, sexual e familiar das jovens interfere praticamente em todas as dimensões da vida das mulheres, determinando até mesmo as atividades realizadas durante o tempo livre. Neste sentido, a consciência sobre as restrições de liberdade e autonomia, bem como sobre a pouca ou nula valorização e a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, tem minado em muitas jovens a disposição para permanência na agricultura. Por conseguinte, para muitas, a migração constitui uma alternativa de realização profissional que não poderia ser encontrada no exercício da agricultura (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 2001; AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

A ideia de ser mãe e de servir ao marido e aos filhos é muito presente no meio rural, sendo ainda o elemento central da constituição da identidade feminina (STROPASOLAS, 2004). Assim, o peso do sistema patriarcal mantém a imagem da mulher atrelada a estas condições em detrimento do seu papel como produtora agrícola. Porém, a invisibilização do trabalho atinge como dito anteriormente, as esferas produtiva e reprodutiva. Dessa maneira, o trabalho destinado à manutenção do bem-estar da família é anulado por ser visto como uma obrigação, tal qual o trabalho doméstico e, logo, invisível para a economia formal; e o trabalho realizado nas lavouras comerciais, geralmente, aparece como ajuda ao pai, marido ou, até mesmo, ao filho. Não ocorre, de maneira geral, o reconhecimento de que ambos os sexos contribuem de maneira igualmente significativa no desenvolvimento das atividades agrícolas, havendo notável diferença de valorização entre a participação masculina e feminina, sustentada no paradigma de que a produção mercantil é autônoma em relação à esfera da reprodução (DI SABBATO *et al.*, 2009). Neste sentido, Paulilo (2004) afirma que, em

decorrência da divisão sexual do trabalho, apenas os esforços despendidos em atividades consideradas como econômicas passaram a ser valorizados.

Em que pese o caráter sociocultural do gênero enquanto construção social, as atribuições negativas e a invisibilidade do trabalho da mulher sofrem variações conforme a região e a cultura local (PAULILO, 1987). Entretanto, mesmo com tais variações, a agricultura familiar carrega uma noção de hierarquia subentendida na obrigação do respeito pela autoridade e identidade masculina como chefe de família. Por conseguinte, o não reconhecimento do trabalho e da própria mulher como um ser capaz, também a exclui da realização das tarefas que envolvem o espaço externo à propriedade, principalmente, daquelas relacionadas à comercialização e à gestão do estabelecimento. Assim, verifica-se a influência das imposições de papéis sociais de gênero em, no mínimo, três dimensões da vida familiar das mulheres rurais: a dimensão política, a econômica e a da socialização; das quais resultam as identidades de mãe, filha, esposa de agricultor, ajudante, agricultora, dentre outras.

Diversas iniciativas institucionais¹⁶ de desconstrução dos paradigmas de inferioridade da mulher e de promoção da igualdade entre os gêneros no âmbito rural ignoram os fatores socioculturais que limitam as possibilidades das mulheres de acederem a recursos materiais e simbólicos (HERRERA, 2015). Deste ponto de vista, trazem à tona a ocupação praticamente irrisória das mulheres nos espaços político representativos. Por exemplo, atualmente, no Brasil, 15% das vagas do senado são ocupadas por mulheres, ou seja, apenas 12 das 81 existentes (BITTENCOURT, 2016). Na Câmara dos Deputados, são menos de 10% de representatividade feminina: há apenas 51 deputadas, enquanto os homens ocupam 462 vagas (BITTENCOURT, 2016). Em Santa Catarina, dos atuais 40 mandatos de deputados estaduais, apenas quatro são de mulheres. Apenas doze mulheres ocuparam este cargo, sendo que houve ausência de mulheres por 45 anos não consecutivos¹⁷. Por conseguinte, são os homens que decidem e legislam sobre as restrições

¹⁶ Ver, por exemplo, Paulilo (2013) que faz uma crítica ao documento intitulado O Estado Mundial de la agricultura y la alimentación produzido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO (FAO, 2011).

¹⁷ Disponível em http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/todos-deputados. Acesso em 14 de janeiro de 2015.

ou ampliações das ações afirmativas, fator que, do ponto de vista da igualdade de gêneros, tem se apresentado bastante ineficiente.

Dentre as proposições que buscam promover o empoderamento das mulheres rurais, destaca-se a iniciativa do Governo Federal, em 2001, através do Programa de Ações Afirmativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que reconheceu como problema o baixo acesso das agricultoras às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar¹⁸ (PRONAF), estabelecendo uma cota mínima de 30% preferencial para as mulheres, que posteriormente concretizou-se em uma linha de crédito específica, o Pronaf Mulher¹⁹. E, posteriormente, na safra 2005-2006, também houve inclusão de uma linha de crédito específica para as assentadas da reforma agrária.

Recentemente, na safra 2014-2015, as mulheres contrataram 16,2% do total de crédito em 562 mil contratos, o equivalente a 29,6% do total²⁰ e apesar dos inegáveis avanços para a melhoria de suas condições de vida, estas medidas têm uma repercussão ainda muito incipiente frente ao universo de mulheres rurais. Verificando os possíveis entraves ao acesso das mulheres, foram identificados como possíveis fatores limitantes do acesso: a divisão sexual do trabalho, a baixa autonomia, a falta de domínio das mulheres nos espaços de gestão e de comercialização, a tolerância do marido ao tipo de atividade à qual se destina o crédito, o endividamento do marido, a falta de documentos pessoais básicos ou do título de propriedade da terra, as dificuldades para a elaboração de projetos, o acesso limitado à assistência técnica e o

18O Pronaf é um programa do Governo Federal que atualmente disponibiliza modalidades de crédito aos agricultores familiares que contemplem a Lei Nº 11.326. Este programa financia projetos individuais ou coletivos, com taxas de juros mais baixas que as do mercado e oferece descontos para estimular a adimplência por parte dos agricultores familiares. Atualmente, o programa conta com 12 linhas de crédito para as finalidades de custeio e de investimento. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-r%C3%A9dito>. Acesso em 23 de março de 2016.

19 Integrando as ações do então Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PIGRE). A linha de investimento contempla atividades como pequenas unidades de hortifrutigranjeiros, atividades não agrícolas como o artesanato rural, o turismo rural e a agroindústria familiar. A concessão do crédito independe do estado civil e contempla todos os grupos do programa.

20 Disponível em:

<https://i3gov.planejamento.gov.br/main.php?Y999=11&Y998=37743&Y777=0>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.

desconhecimento das linhas de crédito específicas por parte dos agentes financeiros (BRUMER; SPANEVELLO, 2013; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; ZORZI, 2008). Assim, verifica-se certa inadequação das propostas vigentes de desenvolvimento às necessidades reais das mulheres, por serem no geral, propostas que ignoram o próprio contexto da agricultura familiar do ponto de vista do gênero. Em parte, por não serem prioridades do Governo Federal²¹ e serem equivocadas ao oferecer políticas com base em um padrão de acesso que desconsidera as condições desiguais da categoria de maneira geral, especificamente, das mulheres. E, ainda que, revelam certo descaso quanto à sobrecarga da divisão sexual do trabalho e ao protagonismo das agricultoras na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)²² das suas famílias e comunidades. Sem atribuir valor aos interesses femininos, o desenvolvimento atual apenas reproduz as desigualdades, gera maiores índices de pobreza e permanece excludente para as mulheres (MIES; SHIVA, 1993).

1.1.1 As possíveis implicações da Revolução Verde para as mulheres rurais e a opção pela agroecologia

Em aproximação a algumas autoras e autores que têm foco ou mesmo tangenciam o papel social destinado às mulheres do campo nas propostas de desenvolvimento voltadas para o meio rural, verificou-se que há praticamente unanimidade em afirmar que o modelo de desenvolvimento hegemônico, promovido pela Revolução Verde, pode ser potencialmente desfavorável às mulheres rurais. Os efeitos prejudiciais são multidimensionais e envolvem aspectos de acesso a terra, à saúde e aos recursos necessários para a garantia da cidadania e do exercício pleno dos direitos.

21 No Brasil existem dois Ministérios voltados à agricultura. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltado ao mercado de commodities e às agroindústrias de grande porte e que recebe maior destinação de recursos do Governo Federal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujas ações têm o objetivo de apoiar a agricultura familiar (CAZELLA *et al.*, 2015).

22 SAN compreende a garantia de acesso contínuo de toda a população a alimentos com qualidades nutricionais em quantidade suficiente para garantir a vida ativa e saudável, sem comprometer outras necessidades básicas (FAO, 2014).

Embora não haja intenção de aprofundamento nas problemáticas ambientais, considera-se que o Dossiê Abrasco (2015) é um documento de alta relevância para a sociedade, por evidenciar os efeitos negativos do uso de agrotóxicos, transgênicos e Organismos Geneticamente Modificados²³ (OGM) nas lavouras brasileiras. Este documento foi construído pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em parceria com diversas organizações da sociedade civil, instituições e profissionais de saúde coletiva, com a finalidade de alertar a sociedade sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde e somar-se aos esforços da Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida²⁴. Nele, constam análises interdisciplinares dos problemas socioambientais, decorrentes do uso das tecnologias agrícolas inseridas pela Revolução Verde, além de uma quantidade significativa de estudos referentes ao tema, dentre os quais, destaca-se, especialmente, aquele realizado por Palma (2011). No referido estudo, Palma (2011) analisou amostras de leite materno de 62 nutrizes primíparas²⁵, de idade média de 26 anos, cujos níveis de detecção multiresidual de agrotóxicos atingiram 95% das amostras. A autora apresentou uma série de estudos, que fornecem uma dimensão e amplitude da problemática do uso destas tecnologias por agricultores familiares e trabalhadores rurais. Nos estudos apresentados pela autora, as mulheres residentes em áreas agrícolas, de diversas regiões do mundo, apresentam elevados índices de contaminação residual por múltiplas exposições. As mulheres contaminam-se por contato direto, devido à realização da aplicação de agrotóxicos sem o uso de equipamentos adequados; por inalação, devido à prática da pulverização aérea; pelo contato físico com os companheiros ou mesmo por lavagem das roupas de trabalho dos companheiros junto às roupas da família. Tais índices foram revelados como altamente prejudiciais, especificamente em organismos de mulheres grávidas, nos quais determinados agentes contaminantes

23 OGM é um organismo que sofreu alguma alteração em seu genoma, enquanto que transgênico corresponde a um organismo no qual foi inserido um trecho de DNA de outra espécie (S/R).

24 Desde 2011, mais de 100 entidades nacionais organizam este movimento, que tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e anunciar um novo modelo de produção de alimentos baseado na Agroecologia. Disponível em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/>. Acesso em 02 de março de 2016.

25 Mulheres que tiveram o primeiro parto e que estão amamentando pela primeira vez.

presentes nesses agrotóxicos atingem o feto através do cordão umbilical, da placenta e posteriormente, através da amamentação. Estes fatores, além de fragilizarem a saúde da mulher, podem ocasionar abortos, causando desgastes físicos e emocionais, ou demandar cuidados extras em decorrência da possibilidade do nascimento de crianças não saudáveis.

Um dos temas importantes do ponto de vista do papel social desempenhado pelas agricultoras e que é afetado pela introdução destas tecnologias na prática da agricultura, diz respeito à cultura alimentar. A simplificação dos sistemas produtivos em decorrência da opção pela monocultura, privilegiada no atual modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, compromete a reprodução de uma série de conhecimentos empíricos que as mulheres, em especial, possuem pela proximidade do seu trabalho nos policultivos, que geralmente são praticados nos quintais. Assim, além de causar a diminuição da biodiversidade e impossibilitar o equilíbrio dos agroecossistemas, prejudica a qualidade da alimentação das famílias, pois reduz os espaços destinados à produção para o autoconsumo e que normalmente estão sob a responsabilidade das mulheres²⁶. Portanto, a homogeneização da cultura alimentar pode afetar componentes significativos da participação da mulher nas atividades produtivas e reprodutivas em relação à socialização, já que as filhas e os filhos acompanham as mães desde cedo e integram-se ao trabalho, passando a dominar progressivamente as técnicas da atividade (BRUMER, 2004). E, também, nas esferas econômica e cultural, já que a produção para o autoconsumo é muito significativa na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da própria reprodução da agricultura familiar e das suas manifestações culturais expressas na diversidade alimentar (MONTIEL; NEIRA, 2013; PACHECO, 1997). Desta maneira, este modelo produtivo favorece a criação de dependências do sistema econômico dominante e de seus padrões de consumo.

Por vezes, neste contexto, a mulher rural fica alijada daquelas atividades que a identificam no campo simbólico, enquanto agricultora: preparar a terra, cultivar, colher, cozinhar, trocar alimentos, selecionar sementes, utilizar plantas medicinais, etc. Mesmo que a linha entre a casa e o local de trabalho na agricultura familiar seja muito tênue, ela

26 No meio rural brasileiro, os homens que trabalham na produção para o próprio consumo, na construção para o próprio uso ou em atividades não remuneradas somam 18,5% e as mulheres nestas mesmas atividades correspondem a 47,2% (IBGE, 2010).

não deixa de existir. Assim, a vida da mulher rural pode ser permeada pelo excesso de trabalho, pelo afastamento dos espaços de quintal (hortas e pomares), e pelo reconhecimento praticamente nulo do trabalho na lavoura comercial. Neste sentido, incorporar a mulher aos processos de desenvolvimento requer assimilar a necessidade de buscar alternativas que questionem o que tem sido proposto e aceito pela sociedade contemporânea como padrão de desenvolvimento. Nesta direção, Paulilo (2013, p. 97) afirma que,

Os grupos feministas lutaram muito para poder falar de uma exploração de gênero, porque assim como a sociedade pode ser supostamente vista como um todo orgânico em que o bem de um se transmite aos outros, a família é geralmente vista da mesma forma, o bem do “chefe”, no caso o homem, traz o bem de todos. Quando as mulheres são lembradas dentro de um contexto desenvolvimentista, as duas noções de “todo integrado” se juntam e se reforçam.

Em uma identificação parcial do papel social das mulheres do campo, Vidal (2014) dividiu, com base em Umaña (2000) e Puleo (2002), as proposições de desenvolvimento em três linhas: Mulher e Meio Ambiente; Gênero, Ambiente e Desenvolvimento e Ecofeminismos. Conforme a autora, a linha Mulher e Meio ambiente deriva da postura do Banco Mundial e da cooperação internacional dos países do Norte, na década de 1970, e teve foco na incorporação da mulher para o crescimento econômico, enfatizando seu papel na esfera reprodutiva. Apesar de salientar as relações entre ambiente, desenvolvimento e subordinação, teve baixo impacto em termos de promoção de equidade, pois não incluía os aspectos relacionados ao acesso e ao controle dos recursos produtivos. Este enfoque agregou a função de proteção do ambiente às tarefas das mulheres, sendo que as críticas também questionam a homogeneização e a insuficiente importância dada ao contexto e as variáveis locais (VIDAL, 2014).

Em Gênero, Ambiente e Desenvolvimento, foi incorporada a noção de desenvolvimento sustentável com propostas que reconheceram a pluralidade de situações entre homens e mulheres, em diferentes contextos sociais e a importância da participação em equidade (Ibidem). Houve reconhecimento dos distintos saberes facilitadores e das atividades relacionadas à proteção dos recursos naturais que as mulheres executam, sendo, portanto, reconhecidas como atrizes fundamentais no âmbito do desenvolvimento rural sustentável. Nesta perspectiva, a divisão sexual do trabalho interfere e define os padrões de acesso, uso e

distribuição dos recursos da mesma maneira como determina o exercício do poder na negociação e nas tomadas de decisões. Embora esta linha reconheça a necessidade de apoio adicional para que as mulheres participem em igualdade de oportunidades nos projetos de desenvolvimento, não questiona o sistema sexo/gênero e utiliza a dicotomia homem/ mulher como marco de referência (Ibidem).

As linhas Ecofeministas reivindicam a vinculação da mulher com a natureza e, sobretudo sua participação nas ações em defesa da vida e na criação de estratégias de sobrevivência. Estes movimentos se reconhecem feministas, pacifistas e ambientalistas por fazerem uma crítica severa ao modelo civilizatório. Para Puleo (2001, p. 42), o ecofeminismo é reflexão ética e política que incorpora os conceitos de ecojustiça e de sustentabilidade, o que possibilita que seja uma linha de pensamento crítico, que reivindica a igualdade e a autonomia das mulheres, e que tende à

Acceptar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; Fomentar a universalização da ética do cuidado com os humanos e a Natureza; Assumir o diálogo intercultural; Afirmar a unidade e a continuidade da Natureza desde o conhecimento evolucionista e do sentimento de compaixão (tradução livre).

Conforme Siliprandi as primeiras ecofeministas reinterpretam Beauvoir (1949) e Ortner (1979), a partir das quais embasaram o rechaço pela cultura androcêntrica. Estas feministas afirmavam a superioridade das mulheres e da natureza com a intencionalidade de recuperar esta relação, de um ponto de vista essencialista. Para as autoras desta linha, a agressividade, a destruição e a competitividade seriam características masculinas derivadas da incapacidade de parir (Ibidem). Assim, a capacidade de gerar e cuidar da vida faria das mulheres moralmente superiores aos homens e, portanto, predispostas à preservação da vida e da natureza.

Os movimentos de mulheres que se identificam com este enfoque são conhecidos pelas manifestações sociais pacíficas em defesa da natureza e também pela propagação de uma ginecologia natural, enfatizando a importância do conhecimento das mulheres sobre o próprio corpo e pela busca da ligação espiritual com a natureza interior (SILIPRANDI, 2009). Destas concepções, se estrutura uma das vertentes espiritualistas, das quais são expoentes a filósofa indiana Vandana Shiva e a teóloga brasileira Ivone Gebara.

Shiva (1988) pauta-se na ligação das mulheres com o meio ambiente a partir da cosmologia hindu. Ela denuncia, principalmente, as implicações diretas que a usurpação das sementes e da biodiversidade por empresas transnacionais acarreta para a vida das camponesas. Questiona a valorização exacerbada dos quesitos econômicos carregados na ideologia hegemônica de desenvolvimento, razão pela qual se justifica todo ônus ambiental provocado para atingir os mesmos níveis de necessidades, produtividade e crescimento, desconsiderando as culturas locais. Em sua perspectiva, esta proposta, sustentada pela acentuação do domínio do homem sobre a natureza e sobre a mulher, é na verdade um mau desenvolvimento, fragmentado e excludente. Principalmente, porque estaria centrado na desvalorização da cultura e dos modos de vida dos países de Terceiro Mundo, bem como na ocupação destes como colônias permanentes. Para Shiva, a recuperação do princípio feminino é o caminho para estabelecer uma democracia efetiva e um desenvolvimento baseado na não violência.

Gebara centra sua reflexão na teologia da libertação e, principalmente, na desconstrução do deus patriarcal. Em sua percepção, as mulheres são vitimizadas tal qual a natureza porque são doadoras da vida e, os homens, principalmente os da elite, tecem formas de supressão, controle e exploração sobre ambas para tentar assegurar o monopólio do poder sobre a vida para si (RUETHER, 2014). Gebara aproximou a perspectiva feminista da teologia da libertação, que embora possuísse um viés político religioso de opção pelos pobres como meio de alcançar a justiça social, não questionava profundamente às estruturas sociais sobre as quais se davam as desigualdades de gênero (Ibidem).

Por outro lado, na linha construtivista do pensamento ecofeminista, Agarwal (1992) ressalta que a posição das mulheres frente às degradações ambientais se estrutura principalmente sobre suas atribuições maiores, compreendidas nas tarefas de cuidado com as pessoas. Assim, ela considera que é necessário fortalecer a posição das mulheres frente aos homens e daqueles que protegem o ambiente frente aos que promovem a destruição para transformar as relações de poder entre homens, mulheres e natureza (AGARWAL, 1992). Nesta concepção, o gênero, a etnia e a classe influenciam na postura e na consciência ecológica que, por sua vez, são ligadas à distribuição de poder e de propriedade sobre os recursos. Portanto, considera que a destacada atuação das mulheres na proteção da natureza e na opção por modelos de agricultura de base agroecológica, relaciona-se diretamente

com seus papéis sociais de cuidadoras e provedoras do bem-estar familiar e que quanto maior a dependência em relação à natureza, mais proeminente será esta atuação.

O papel social e as atribuições na divisão sexual do trabalho podem influenciar na percepção sobre a importância dos recursos naturais que viabilizam a prática da agricultura. Neste aspecto, as distinções por gênero quanto às necessidades básicas podem ser de ordem prática e estratégica (CAIXETA; BARBATO, 2004). As noções de ordem prática têm origem na condição e nos papéis sociais exercidos na divisão sexual do trabalho e são orientadas no sentido de cumprimento destes papéis, bem como de melhoria do bem-estar (LEÓN, 2001; MOLYNEUX, 2002). Ou seja, envolvem a obtenção de recursos materiais necessários para a subsistência como, por exemplo, alimentos e moradia. Já as necessidades elencadas como estratégicas correspondem ao acesso e ao controle dos recursos produtivos. São ações originadas na posição subordinada do sujeito e orientadas no sentido de garantir maior autonomia, de aceder a recursos e de criar oportunidades de inserção nas esferas públicas (LEÓN, 2001; MOLYNEUX, 2002).

Assim, as formas de relacionamento e de percepção das mulheres frente à natureza podem primar pela continuidade e qualidade dos recursos naturais, para garantir a obtenção de alimentos e, conseqüentemente, a reprodução e o bem-estar da família (PULEO, 2002). Uma vez que as mulheres rurais determinem diferentes prioridades, conforme os contextos nos quais estão inseridas posicionam-se para construir estratégias de resistência e de enfrentamento, individuais ou coletivas, que têm evidenciado atuações politicamente ativas na defesa dos recursos naturais e, sobretudo da própria dignidade. Dentro deste contexto, destacam-se as ações voltadas à agroecologia.

A agroecologia vem sendo construída com base no resgate, na conservação da biodiversidade e na valorização dos policultivos nos agroecossistemas como formas de privilegiar o acesso das famílias a uma alimentação variada e saudável, viabilizando, primeiro, sua permanência no âmbito rural com qualidade de vida. E ainda, possibilita que tenham acesso à renda e que sejam valorizadas pelo conjunto da sociedade, por produzirem alimentos saudáveis. Além de torná-las progressivamente independentes em relação ao uso de transgênicos, de OGM e de agrotóxicos.

Dada a importância do envolvimento das mulheres no campo agroecológico, que vem incidindo inclusive no processo de transição agroecológica iniciado por novas famílias, é fundamental compreender a irradiação, cada vez maior, de práticas agroecológicas entre as mulheres agricultoras.

O trabalho realizado pelas agricultoras nos espaços de pomar, horta e quintal, revela a experiência com práticas usuais das agriculturas de base agroecológica e que são corriqueiras nos afazeres cotidianos como as podas, a cobertura de solos, a produção de adubo orgânico e a propagação a partir de mudas, enxertia e estacas, dentre outras. Assim, o saber adquirido cotidianamente sobre os agroecossistemas permite que desempenhem importantes atividades na conservação sociocultural da biodiversidade. Porém, a reflexão sobre estas contribuições precisa evidenciar também o fortalecimento da reprodução da própria agricultura familiar, enquanto categoria, frente às problemáticas enfrentadas historicamente pelo setor (BURG; LOVATO, 2007).

Quando a agroecologia propõe a diversificação das atividades dos agroecossistemas e a valorização das atividades ligadas ao trabalho cotidiano das mulheres, propicia que elas tenham acesso à renda. Neste aspecto, o diferencial do que usualmente as agricultoras familiares comercializam como produtos dos seus quintais e hortas, toma relevância na medida em que o trabalho das mulheres, dentro do contexto agroecológico, é reconhecido como um saber fazer privilegiado. Esse reconhecimento se dá também na medida em que são construídos mercados diferenciados que se voltam a tais alimentos. Ou seja, a valorização das práticas de policultivo, realizadas, sobretudo nos espaços de horta, pomar e quintal, socialmente construídos como femininos, está atrelada à visibilização das mulheres como detentoras de um conhecimento privilegiado sobre as práticas de manejo ecológico. Assim, também insere as agricultoras na esfera pública a partir da ótica da capacidade de contribuição na construção do conhecimento agroecológico a partir das trocas de experiências.

1.1.2 O empoderamento das mulheres e a construção da igualdade entre os gêneros

Considera-se que a construção de igualdade entre os gêneros requer o empoderamento por parte das mulheres e a consequente perda de poder e de posições estratégicas por parte dos homens. Apesar de o termo empoderamento estar, em diversos casos, presente nos discursos

sobre o desenvolvimento não há, obrigatoriamente, a incorporação da importância do acesso aos bens materiais por parte das mulheres. Por não ignorar que este discurso também se faz presente em parte do movimento agroecológico, realiza-se uma ressalva quanto à estreita relação entre o domínio sobre os bens materiais e a autonomia das mulheres.

As análises de gênero realizadas no meio rural têm mostrado a desvalorização do trabalho das mulheres e sua subordinação aos homens, principalmente, na esfera econômica. O controle do homem sobre a renda e a propriedade, por alijar a mulher do rendimento econômico sobre o próprio trabalho e por minar sua autonomia, edifica-se como um dos pilares da dominação sobre as mulheres. O acúmulo dos trabalhos (produtivo e reprodutivo) é também um obstáculo preponderante para a participação das mulheres em atividades no âmbito público e garante aos homens um conforto e uma liberdade à custa das privações das mulheres. Neste contexto, não apenas a autonomia financeira das mulheres torna-se um indicativo importante de qualidade de vida, mas também a distribuição equitativa das responsabilidades reprodutivas na esfera familiar. Integram-se diretamente a estes indicativos, a disponibilidade de tempo livre, bem como a capacidade de autodeterminar a forma como este tempo será utilizado.

Nesta dissertação, a perspectiva adotada de empoderamento refere-se a um processo de emancipação, no qual as mulheres constroem novas relações não subordinadas e alcançam novas posições junto à família, ao trabalho e à comunidade (DEERE; LEÓN, 2001). Assim, ao mesmo tempo em que o empoderamento é um pré-requisito para a construção de igualdade entre homens e mulheres, é também uma forma de resistência e de tomada de poder para garantir a alteração das relações sociais desiguais (Ibidem). Geralmente, são processos irregulares e conflituosos porque acarretam a diminuição do privilégio masculino na esfera familiar e no poder de determinação na vida da mulher. Portanto, envolvem o aumento das capacidades das mulheres por meio das intervenções baseadas nas necessidades de ordem estratégica, que buscam a obtenção de meios para a melhoria da sua posição na sociedade, que, retomando, ocorrem no sentido de garantir a autonomia, o livre acesso aos recursos e de criar oportunidades de inserção nas esferas públicas (LEÓN, 2001; MOLYNEUX, 1985).

Conforme o documento Empoderamento das Mulheres - Avaliação das Disparidades Globais de Gênero, elaborado no Fórum Econômico Mundial em 2005, o empoderamento tem no mínimo as dimensões de participação e oportunidade econômica, empoderamento

político, conquistas educacionais e de saúde e bem-estar (LOPEZ-CLAROS; ZAHIDI, 2005). Portanto, as ações políticas no campo sociocultural e econômico, resguardam certa significância no processo de construção de autonomia das mulheres. Apesar de haver bases legais para a igualdade de direitos entre homens e mulheres, Deere e León (2002) consideram que há uma distância bastante significativa entre a igualdade formal e a igualdade real. Esta brecha incide na cidadania das mulheres rurais e limitando inúmeras oportunidades de autonomia. Avalia-se que o acesso à propriedade dos bens de produção e o controle dos recursos materiais, permitem diminuir esta distância porque fornecem ferramentas para a negociação por parte das mulheres agricultoras e, conseqüentemente, fortalecem a sua participação na esfera decisória (DEERE; LEÓN, 2002).

Portanto, a intervenção das mulheres no campo de necessidades de ordem estratégica perpassa o campo prático, sendo que esta sobreposição imprime um sentido político às ações realizadas no sentido de melhoria da posição pessoal (LEÓN, 2001). Cabe ressaltar ainda que, o empoderamento das mulheres é diretamente relacionado à participação social ativa, pois o aumento desta também significa uma redistribuição de poder.

1.2 NOÇÕES CONCEITUAIS ACERCA DA AGROECOLOGIA

Nas últimas décadas, uma variedade de proposições, promovidas por entidades e organizações, tem indicado a agroecologia como uma estratégia de resistência e de desenvolvimento rural. Tais proposições têm incorporado o fomento às atividades que diversificam as atividades empreendidas no estabelecimento familiar, criando mais oportunidades de visualização do trabalho de jovens e mulheres.

A abrangência das ações incentivadas por estes mediadores sociais e pelo protagonismo, em especial das mulheres agricultoras, tem contribuído para fortalecer o debate sobre igualdade de gênero no movimento agroecológico. Neste contexto, a presença das agricultoras familiares tem sido significativa em atividades agrícolas e não agrícolas, por meio das quais têm proporcionado benefícios para a própria qualidade de vida, de seus familiares e, em certa medida, das suas comunidades. Tal presença no campo agroecológico ressalta os saberes privilegiados, devido às especificidades da divisão sexual do trabalho, principalmente, no que concerne a valorização dos espaços e trabalhos marcados como femininos.

No desenvolvimento da agroecologia as agricultoras familiares atuam em aspectos produtivos e sociais. Em análise sobre a presença e o foco das agricultoras no contexto agroecológico, verifica-se que, além das parcerias realizadas em nível local com grupos comunitários, elas têm firmado novas parcerias, que são facilitadoras da transição para a agroecologia. Na prática, tais ações desdobram-se em um conjunto bastante heterogêneo de iniciativas das quais convergem redes de agricultoras(es) experimentadores(as), circuitos de produção, processamento e consumo de alimentos produzidos em bases ecológicas ou oriundos de sistemas produtivos em transição (LISBOA; LUSA, 2010).

Recentemente, a crescente adoção dos princípios agroecológicos pelas unidades familiares de produção, a consolidação destas experiências, a pressão dos movimentos sociais do campo e a ainda incipiente valorização da ecologia por parte da sociedade levaram a conquistas como o reconhecimento e o aporte de políticas públicas específicas por parte do Governo Federal. Assim, os sistemas orgânicos são reconhecidos pela Lei 10.831/2003²⁷ na qual se enquadram os sistemas de produção agropecuária e industrial de base ecológica. Após a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), através do decreto nº 7.794, de 2012, surgiram definições mais operacionais sobre a agroecologia, no sentido de adequação ao acesso às políticas públicas, para as quais, conforme o Art. 2º, são definidas:

III- produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos

27 Art. 1º Considera como sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e

IV-transição agroecológica -processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Apesar da importância de tais conceitos normativos, nesta dissertação utilizam-se as conceituações acadêmicas que resguardam a complexidade da agroecologia, enfatizando seu caráter político e histórico. Considera-se que, na ausência dessas dimensões, a própria configuração da agroecologia, como uma proposta ética e socialmente justa, ficaria comprometida.

No Brasil, a construção e a divulgação inicial da agroecologia tiveram a participação significativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁸. Por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que estimulavam junto às comunidades, a construção de ambientes de vivência, reflexão e análise coletiva dos problemas locais formando olhares críticos e encorajando as ações para enfrentamento dos problemas (PETERSEN; ALMEIDA, 2011). Conforme estes autores, tais espaços ocupavam-se inicialmente de criar alternativas frente às dificuldades socioeconômicos das famílias rurais, sem abdicar do viés de estímulo à produção para autoconsumo. Principalmente, para promover uma maior autonomia das famílias frente aos mercados ou por questões relacionadas à saúde, por ser uma produção livre de agrotóxicos.

Da confluência das dinâmicas locais com o meio científico-acadêmico, de forma crítica aos processos de transformação da agricultura no país, e com o apoio da CPT, articularam-se entidades de assessoria, movimentos sociais do campo e organizações atuantes no enfrentamento dos processos estruturais da questão agrária (PETERSEN; ALMEIDA, 2011). Tais articulações culminaram na criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), ligado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), posterior Rede PTA, fomentadora e facilitadora de trocas de experiências relacionadas à agroecologia (Ibidem).

28 Criada em 1975, pautava a mobilização junto ao campesinato e, segundo estimativas não oficiais, existiam 80 mil CEBs no país no final da década de 1970 (BETTO, 1985 *apud* PETERSEN; ALMEIDA, 2011).

Paralelamente, somaram-se ao processo de construção da agroecologia, os aportes teóricos das correntes de agriculturas alternativas que são a agricultura biodinâmica, a biológica, a natural, a orgânica e a permacultura. Em comum, esses tipos de agricultura priorizam práticas de uso de cobertura de solos, a reciclagem dos nutrientes, geralmente, por meio da compostagem, bem como a rotação e o consórcio de diferentes culturas agrícolas para fortalecer o equilíbrio do agroecossistema por meio da biodiversidade. Entretanto, é preciso delimitar o diferencial relevante de que destoam na proposição de mudanças sociais mais amplas e complexas, que constituem o cerne da agroecologia (BURG, 2007).

1.2.1 A agroecologia numa perspectiva de gênero

Na concepção agroecológica, há uma abordagem voltada à incorporação dos múltiplos aspectos da vida social dos atores sociais do rural. Para tanto, a agroecologia pauta o resgate, a sistematização, a análise e a potencialização dos elementos locais de resistência frente aos processos de precarização da vida das populações rurais para, a partir deles, desenhar estratégias de desenvolvimento (GUZMÁN, 2001). Neste sentido, a agroecologia procura resgatar a complexidade presente nos agroecossistemas tradicionais, anteriores à disseminação da Revolução Verde, mas com novas bases tecnológicas e econômicas (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Estas novas bases, pautadas no resgate e na conservação da biodiversidade e na valorização dos policultivos buscam, principalmente, privilegiar o acesso das famílias rurais a uma alimentação variada e saudável, viabilizando sua permanência no âmbito rural com dignidade.

Tendo em conta as décadas decorridas desde o início da Revolução Verde, algumas gerações de agricultores familiares podem não ter experienciado o trabalho com determinadas práticas de manejo tradicionais. Portanto, é possível que desconheçam as técnicas de manejo empregadas no trabalho agrícola anterior ao período da Revolução Verde. É, inclusive, no intuito do suprimento dessas demandas, que a agroecologia busca privilegiar a construção coletiva de novas técnicas de manejo (Ibidem). Neste sentido, os papéis que as pessoas desempenham na construção destas novas tecnologias, a partir de suas condições e modos de vida, são relevantes e necessários ao processo de desenvolvimento e de construção do conhecimento agroecológico (SILIPRANDI, 2009). Neste processo, as integrações que

as famílias, geralmente, possuem nas suas comunidades, devido ao envolvimento local, reforçam a proposta da ação local como uma alternativa de resistência e de promoção do desenvolvimento (BURG, 2007).

É neste aspecto que transparece outro ponto relevante da concepção agroecológica, que é a proposta de abordagem sistêmica. Este tipo de abordagem compreende as complexidades e as subjetividades presentes nas inter-relações que compõe determinado sistema. Assim, a agroecologia trata-se de um movimento social ecológico que modifica as relações sociais e com o ambiente natural, a partir da contra posição à dominação do paradigma convencional de produção agrícola (BRANDENBURG, 2011). Por configurar um movimento social de caráter ecológico, convergem na agroecologia:

O subjetivo [que] relaciona-se aos interesses individuais de realização do ator: os sonhos, os desejos, as expectativas culturais, o sentido da saúde e do bem-estar. O instrumental [que] relaciona-se aos meios, que de forma calculada levam aos objetivos finalísticos da rentabilidade econômica ou da acumulação de bens. As técnicas e as práticas agrícolas constituem, por excelência, instrumentos estratégicos de busca de rentabilidade. Inspirado nessa perspectiva, o agricultor não estaria apenas substituindo suas práticas de produção agrícola convencionais, ou de base industrial, mas, motivado por interesses vinculados a outras racionalidades ou subjetividades, realizando um projeto de vida de múltiplos interesses (BRANDENBURG, 2011, p. 132 e 133).

Diante da complexidade dos fatores imbricados na relação entre os agricultores e o ambiente, que envolve além do processo produtivo, o próprio modo de vida da agricultura familiar, busca-se promover a melhoria dos sistemas como um todo. Para viabilizar ambientes mais equilibrados, que mantenham a produtividade e conservem a qualidade do ambiente voltado aos fins agrícolas, articulam-se as dimensões ecológica, econômica e sociocultural (GUZMÁN, 2001). Como consequência do conjunto de ações interligadas nessa articulação, que caminham no sentido de redefinir a ligação com o espaço no qual se vive, transformando-o e reconstruindo simbolicamente a natureza, ganha espaço o diálogo de saberes ambientais (LEFF, 2002). Conforme Leff (2007, p.19):

O saber ambiental se faz assim solidário de uma política do ser, da diversidade e da diferença. Tal política se funda no direito de ser diferente, no direito por autonomia, em sua defesa frente a ordem econômico-ecológica globalizada, sua unidade dominadora e sua igualdade inequitativa. É o direito a um ser próprio, que reconhece seu passado e projeta seu futuro; que restabelece seu território e reapropria sua natureza; que recupera o saber e a fala a fim de atribuir-se um lugar no mundo e dizer uma palavra nova, desde suas autonomias e diferenças, no discurso e nas estratégias da sustentabilidade.

Estes saberes ambientais engendram o saber adquirido na prática da agricultura e circulam entre os agricultores familiares por meio da constante troca de experiências estimulada, de forma especial, pelos agentes externos. Dentro deste contexto, o estímulo dos agentes externos visa à participação ativa das agricultoras e agricultores, para que se sintam cada vez mais competentes e importantes nos processos de transição agroecológica. Para, ao passo em que se apropriem dos processos, passem ver mais oportunidades para agir no sentido de fomentar as capacidades organizacionais e transformar as realidades nas quais estão inseridos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Entretanto, a prática agrícola envolve fatores dinâmicos, sendo que nem todos eles podem ser controlados pelos agricultores. Neste sentido, as práticas desenvolvidas pelos agricultores são continuamente renovadas e reafirmam a emergência de um movimento de reapropriação dos recursos naturais (BRANDENBURG, 2011; VAN DER PLOEG, 2009). O que, concomitantemente, implica em um processo constante de troca de experiências e de aprendizagem permanente.

Assim, a interação com a natureza, desencadeada ou ressignificada nos processos de transição do modelo convencional de produção para a agroecologia, reaviva antigos e fomenta novos saberes e conhecimentos empíricos sobre o uso racional dos recursos locais disponíveis. Geralmente, estes saberes são carregados de sabedoria ancestral, transmitidos por gerações, e fortalecem o papel de protagonistas das populações rurais como experimentadoras e criadoras do fazer agroecológico. Neste aspecto, a transmissão de conhecimentos pela via agricultor-agricultor tem se mostrado como aspecto bastante significativo no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho e do

saber fazer das mulheres agricultoras (PACHECO, 2009; ROCES *et al.*, 2010).

Como a agroecologia transcende a noção utilitarista dos recursos naturais, é preciso levar em conta que estabelece, progressivamente, um ambiente favorável à coprodução do ser humano com a natureza. Assim, estimula a criação de arranjos entre meios e insumos, parte integrante do estoque de capital ecológico, que são os valores de uso, por meio dos quais se logra reproduzir ou ampliar o próprio capital ecológico como, por exemplo, a terra bem fertilizada, para produzir excedentes comercializáveis (VAN DER PLOEG, 2009). Desta forma e visando mudanças socioculturais mais amplas, além da valorização da produção para autoconsumo, objetiva-se estabelecer uma recaracterização dos costumes locais de alimentação, anteriores à Revolução Verde e ao processo de homogeneização da alimentação (PACHECO, 1997).

A produção para o autoconsumo, prática relativamente usual na agricultura familiar, possui significados simbólicos para além da funcionalidade nutricional, que envolvem a sociabilidade e a identidade cultural, ligada à família camponesa (ROCES; MONTIEL, 2010). Em parte, as estratégias de produção econômica e de reprodução socioambiental, como são as de produção para o autoconsumo, resultam da capacidade das populações rurais de ajustar seus meios de vida aos ecossistemas que habitam (PETERSEN, 2009). Conforme ressaltado no desenvolvimento deste trabalho, esta contribuição normalmente concerne às mulheres, de modo que, também nesta esfera, constitui-se uma possibilidade de visibilidade e de reconhecimento da contribuição das agricultoras para a reprodução social da agricultura familiar.

Ademais da destinação da produção agroecológica para o autoconsumo familiar, tem-se verificado nos últimos anos, a formação de um mercado crescente de consumidores que estão dispostos a consumir os alimentos produzidos de forma agroecológica por, dentre seus diferenciais, serem alimentos livres de agrotóxicos. Com a oferta destes produtos em mercados institucionais, por meio de políticas públicas, em feiras livres ou, em menor proporção, de mercados particulares, pode-se afirmar que estes agricultores têm contribuído para a Segurança Alimentar e Nutricional de pequenos grupos da sociedade próximos às suas comunidades, pois possibilitam aos consumidores acessarem alimentos de maior qualidade (DAROLT, 2003).

O conjunto de melhorias sociais e culturais, pretendido no entrelaçamento das dimensões agroecológicas, tem sido fortemente reivindicado pelos movimentos sociais de mulheres do campo.

Principalmente, devido à radicalidade do discurso agroecológico sobre a autonomia e a participação ativa, que pressupõem um maior envolvimento social e, conseqüentemente, o reconhecimento da contribuição das mulheres. Conforme afirma Siliprandi (2009a, p. 147), as características da agroecologia que contribuem para a melhoria da condição social das mulheres são:

a) O enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar.

b) A transição agroecológica muitas vezes é vivida pelos agricultores e agricultoras como uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos. Além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o cuidado), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias.

c) A forma como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, uma vez que esse processo exige a integração do conjunto das atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem.

d) No período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (Estado, ONGs financiadoras de projetos, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas, tais como cursos e seminários.

e) A participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à

propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima.

f) O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia.

Além destes aspectos, presentes em diversas pesquisas relacionadas ao tema (BIASE, 2010; BURG, 2005; PACHECO, 2009), também aparecem como favoráveis, do ponto de vista de gênero, as noções acerca da relação mulheres e natureza, presentes em determinadas linhas ecofeministas. Para aquelas nas quais há uma ligação entre o feminino e o endógeno, a proximidade se dá pela dedicação ao cuidado e à concepção da vida (SHIVA, 1988). Nestas perspectivas, a cosmovisão feminina, por ser não linear, tem a capacidade de compreender a complexidade e as inter-relações dos fenômenos, naturais e sociais, presentes nos agroecossistemas. Tal capacidade de percepção condiz diretamente com os princípios teóricos da agroecologia. Por outro lado, há uma ressalva de que esta proximidade, construída na divisão sexual do trabalho, gera preocupações quanto ao provimento da alimentação e da manutenção do bem-estar familiar, que impelem as mulheres a buscarem meios de garantir o cumprimento destas demandas (AGARWAL, 1992) e que justificam a marcante presença das mulheres no desenvolvimento da agroecologia.

CAPÍTULO 2

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Neste capítulo, faz-se a análise dos dados e das informações coletadas em nível de campo, especificamente no que se refere às características das agricultoras entrevistadas. Adicionalmente, no intuito de verificar se há indicativos de uma mudança de postura quanto à inclusão das mulheres no processo sucessório, procede-se a identificação e análise de casos de preparação e de inclusão das jovens, filhas das agricultoras entrevistadas, nos processos sucessórios.

Visando discutir os objetivos específicos desta dissertação, elaborou-se inicialmente, um quadro com as algumas características das 18 mulheres entrevistadas. Posteriormente, realizou-se uma análise sobre a percepção das agricultoras familiares entrevistadas frente às possibilidades de permanência das filhas na agricultura e no meio rural. Esta análise é parcial, pois está baseada somente nos relatos das mães sobre o que tem sido feito nas famílias para incentivar a permanência das jovens nas unidades produtivas.

O Quadro 2 a seguir apresenta algumas características das agricultoras entrevistadas.

Quadro 2 – Perfil das agricultoras familiares entrevistadas.

Entrevistada.	Idade	Escolaridade	Documentação	Atividades anteriores	Adesão da família ao empreendimento agroecológico
1	49	2º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Paralela à convencional de grãos. Processo inicial de transição.	Sim
2	46	2º grau completo	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos e integração vertical.	Sim
3	46	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos e integração vertical.	Sim
4	62	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Convencional de fumo e grãos.	Não
5	51	3º grau completo	RG, CPF, DAP, CNH.	Sem outro tipo de produção na unidade produtiva atual.	Sim

6	56	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Paralela à produção convencional de grãos.	Não
7	37	3º grau completo	RG, CPF, DAP, CNH.	Sem outro produção na unidade produtiva atual.	Sim
8	64	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP, CNH.	Sem outro tipo de produção na unidade produtiva atual.	Sim
9	53	1º grau completo	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos.	Sim
10	50	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos e integração vertical.	Sim
11	55	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos, fumo e integração vertical.	Sim
12	56	2º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Convencional de grãos.	Sim
13	37	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Convencional de grãos.	Não
14	46	3º grau em curso	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos e integração vertical.	Sim

15	52	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Convencional de grãos.	Sim
16	57	2º grau incompleto	RG, CPF, DAP, CNH.	Convencional de grãos, eucalipto e integração vertical.	Sim
17	60	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Convencional de grãos e integração vertical.	Não
18	64	1º grau incompleto	RG, CPF, DAP.	Convencional de grãos e integração vertical.	Não

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados empíricos coletados.

Conforme é possível verificar na tabela, as entrevistadas têm idade entre 37 e 64 anos, sendo que a maioria tem entre 50 e 60 anos. Seis delas são aposentadas. Todas as entrevistadas possuem trajetórias de vida tradicionalmente ligadas à prática da agricultura. Verificou-se que, em relação à prática da agroecologia, apenas uma das agricultoras, que realiza este tipo de manejo há mais de 14 anos, tem menos de 50 anos de idade. Assim, foi mais comum que as mulheres com mais idade produzissem em base agroecológica há mais tempo.

No desenvolvimento desta investigação, também foi verificada a baixa presença de mulheres jovens, fator que vem sendo apontado como uma problemática importante no que diz respeito à sucessão geracional e profissional da agricultura familiar. Neste aspecto, tendo em vista as profundas raízes sociais deste problema e considerando que as ações afirmativas voltadas à mitigação deste problema ainda são recentes, é possível que ainda não tenham modificado a condição de permanência para as jovens. Desta forma, este permanece como tópico preocupante do ponto de vista do desenvolvimento agrícola e rural, sendo que pode indicar uma dificuldade futura na manutenção dos tecidos socioculturais do meio rural, bem como da própria biodiversidade.

Quanto à escolaridade, nove das entrevistadas possuem o 1º grau incompleto, sendo que cursaram até a quarta série. Duas das agricultoras entrevistadas possuem o 3º grau completo e uma está

cursando a graduação. Conforme o Censo Agropecuário (2006), aproximadamente 45% dos agricultores familiares do país possuía o ensino fundamental incompleto e menos de 5% possuía ensino superior, sendo que pouco mais de 45% das mulheres rurais eram analfabetas. De maneira geral, verifica-se que uma significativa desigualdade de oportunidades educacionais afeta os habitantes do meio rural. Deste ponto de vista, a ausência, parcial ou total, de infraestrutura adequada e dos meios de acesso à educação no meio rural é um fator limitante das possibilidades de desenvolvimento destas populações. Também se avalia que isto impacta negativamente na manutenção e na reprodução da agricultura familiar. Especialmente, considera-se que este fator atue como um impulsor do deslocamento das/dos jovens do rural em direção ao urbano, comprometendo a continuidade das unidades produtivas, além de dificultar o desenvolvimento dos debates sobre as desigualdades de gênero.

Todas as entrevistadas possuem documentos básicos como o Registro Geral (RG), o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o bloco de notas e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Isto possibilita que acessem as políticas públicas e a aposentadoria, o que significa, por exemplo, que podem tentar aceder aos recursos creditícios para viabilizar seu empreendimento agrícola e que podem ter acesso aos direitos previdenciários. Além disto, dez das mulheres possuem carteira de motorista, o que facilita o deslocamento para frequentar determinados cursos ou realizar as atividades do interesse delas, não necessariamente relacionadas ao trabalho. Assim, ter acesso ao carro da família e a possibilidade de deslocar-se de forma independente foi um aspecto considerado importante por elas.

Apenas duas das agricultoras entrevistadas não possuem conta em banco, fator considerado bastante limitante, deste ponto de vista, principalmente, no âmbito do acesso às políticas públicas de aquisição de alimentos por mercados institucionais. É provável que a proeminência de agricultoras com contas individuais em banco esteja justamente relacionada ao acesso às políticas públicas de apoio à comercialização, voltadas preferencialmente à aquisição dos produtos produzidos em base agroecológica. No caso desta pesquisa, a abertura de conta individual em banco também foi associada ao recebimento dos direitos previdenciários, como a aposentadoria.

No geral, as agricultoras integram famílias que são pequenas, fator que pode significar implicações em termos de mão de obra e que podem impactar, por exemplo, em limitações para a ampliação das atividades agropecuárias que poderiam aumentar a renda financeira e

viabilizar a permanência de sucessores nos estabelecimentos. Para suprir a demanda relativa à mão de obra, algumas entrevistadas têm optado por manejar agroecossistemas menos exigentes do ponto de vista do manejo, conforme apresentado no Capítulo 5.

Somente a família formada pela entrevistada número 13 é monoparental. Uma das entrevistadas não tem filhos, uma está grávida e apenas duas têm filhas de menor idade. Ao todo são 47 filhos e filhas, dos quais pouco mais da metade possui o terceiro grau completo ou em curso. A maioria dos descendentes com graduação concluída dedica-se a outras atividades profissionais fora da agricultura. Entretanto, foi constatado que alguns jovens têm buscado formação profissional específica para o trabalho na agricultura de base agroecológica.

Atualmente, somente 28 filhos e filhas residem nos estabelecimentos, sendo que 13 são rapazes e 13 são moças e apenas duas são crianças. Dentre estes, cinco rapazes e quatro moças exercem atividades remuneradas fora das unidades produtivas. Suas idades variam entre 19 e 33 anos.

Os filhos e as filhas que não residem nos estabelecimentos são dez moças e nove rapazes. Como motivações para a saída dos estabelecimentos, as mães informaram que o intuito principal foi o de dar continuidade aos estudos. Apenas três dos rapazes saíram para constituir novos núcleos familiares. As filhas migrantes são mais velhas, na faixa etária atual entre 35 e 44 anos, e deixaram as propriedades com idades entre 17 e 24 anos. Autoras como Castro (2005), Brumer (2008) e Spanevelo (2011) verificaram outros fatores motivadores para a saída dos jovens do meio rural como, por exemplo, a ampliação do contato com o meio urbano, as dificuldades de instalação em outra área de terra, a rigidez no controle da circulação, a pouca liberdade para execução de projetos individuais, a possibilidade de obtenção de renda fixa e mensal a partir de um trabalho que exija menos esforço físico, as poucas opções de lazer, dentre outras.

A área das unidades produtivas é de no máximo 22 hectares, sendo que a maior parte possui área inferior ou igual a dez hectares. Dentre os estabelecimentos que não foram adquiridos por compra, encontram-se uma ocupação por posse²⁹ e um arrendamento, além de

29 Conforme Motta (2008 *apud* MELO, 2015), o termo é carregado pelo caráter histórico de conflitos agrários no Brasil e, atualmente, faz referência aos agentes de ocupação de terras devolutas e a uma gama expressiva de agentes sociais que ocupam terras, muitas delas apropriadas por proprietários que não cumprem a função social. Nesse sentido, o termo traz consigo a questão de posse, do cultivo,

três unidades produtivas que são fruto de herança, sendo que apenas uma corresponde à herança recebida pela agricultora entrevistada.

A unidade produtiva que é arrendada corresponde a uma área do pai da agricultora entrevistada. Esta agricultora possui dez irmãos e os pais já estão afastados das atividades agrícolas. Um dos irmãos também arrenda a terra dos pais, porém para a produção convencional. Esta agricultora havia saído do estabelecimento aos 12 anos de idade para estudar e retornou para o campo após concluir uma graduação em administração, com o intuito de produzir de forma agroecológica. Neste caso, embora os pais tenham idade bastante avançada, a questão da herança não está definida. A agricultora entrevistada acredita que há possibilidades de conflitos com os irmãos, que podem ocorrer devido à preferência dos irmãos pela produção convencional. Segundo a entrevistada, este mesmo conflito foi enfrentado por ela quando tomou a iniciativa do arrendamento da terra. Conforme seu relato, ela conseguiu iniciar o arrendamento a partir do argumento de possuir os mesmos direitos do irmão que já arrendava parte da terra dos pais. Entretanto, ela não faz qualquer correlação de gênero e atribui as dificuldades iniciais ao fato de ser um arrendamento destinado à produção de base agroecológica. Mesmo que ela cogite a possibilidade de voltar a sofrer pressões futuras para anexar a área de seis hectares à produção convencional, não considera que haja qualquer possibilidade de ser excluída da herança da terra. Neste caso, considera-se que o acesso à formação educacional melhorou a posição da agricultora e forneceu respaldo na negociação com a família, garantindo que a entrevistada alcançasse seu objetivo de realizar o arrendamento para a produção de base agroecológica.

Tendo em vista as dificuldades que se apresentam para as mulheres quanto ao acesso a terra (PAULILO, 2003; DEERE, 2002) e considerando o nível educacional das agricultoras familiares em geral, reafirma-se a importância da promoção de políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos das mulheres, principalmente, quanto ao acesso a bens, como a terra. Vale mencionar os avanços conquistados, através das lutas dos movimentos sociais de mulheres rurais, na efetivação de determinados pontos da legislação e no reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos e beneficiárias das políticas públicas. Considera-se que o fortalecimento e a ampliação de ações promovidas nesta direção,

tendem a assegurar melhoria na qualidade de vida e podem incentivar casos de retorno ao campo por parte das mulheres rurais migrantes.

Somente uma agricultora dentre as entrevistadas foi sucessora da propriedade dos pais. Neste caso, não houve interesse por parte dos irmãos que já haviam estabelecido novos núcleos familiares. Assim, ela assumiu sozinha a gestão e as atividades do estabelecimento quando os pais ficaram idosos, casando-se com um agricultor três anos depois.

As formas de acesso à terra verificadas nesta pesquisa corroboram com as constatações de que as mulheres geralmente são preteridas nos processos sucessórios e são até mesmo excluídas da herança da terra. Conforme Paulilo (2003), as filhas somente são admitidas como herdeiras da terra nos casos de ausência ou de desinteresse por partes dos irmãos. Em que pese o processo de socialização, as mulheres também são preteridas nos processos sucessórios (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

Anteriormente ao processo de transição para a agroecologia, oito das entrevistadas estiveram inseridas em estabelecimentos familiares que trabalhavam com integração vertical, três das entrevistadas sempre produziram em base agroecológica em seus estabelecimentos atuais e as demais estavam inseridas em estabelecimentos dedicados à produção agrícola convencional. As reflexões mais detalhadas sobre os processos de transição serão apresentadas no capítulo 3.

As mulheres entrevistadas estão em diferentes gradientes do processo de transição, em iniciativas que variam entre três e 26 anos de atividade, porém, não há regularidade entre o início do processo e a mudança para base da agroecologia na área total das unidades familiares. Apenas quatro dos estabelecimentos seguem paralelamente com a produção convencional de grãos, sendo que um encontra-se em estágio inicial de transição e nos outros três as mulheres trabalham sozinhas. Outras duas agricultoras entrevistadas trabalham sozinhas por constituírem família monoparental ou porque o esposo exerce outra atividade profissional. Desta maneira, cinco das mulheres entrevistadas realizam todas as etapas da produção agroecológica sem o apoio da mão de obra familiar em processos recentes ou consolidados de transição para a agroecologia, que serão abordados no Capítulo 3. Nestes casos, as áreas produtivas destinadas ao empreendimento agroecológico possuem em média dois hectares.

Atualmente, as entrevistadas dedicam-se ao manejo de cultivos variados, cujo detalhamento é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Características da produção agroecológica.

Entre- vistada	Área total da unidade produtiva (ha)	Área da produção agroecoló- gica (ha)	Tempo de transição (anos)	Tipos de produtos produzidos em base agroecológica
1	16	2	03	Milho, ameixa, mandioca, mel, galinhas, ovos, queijo, leite e hortaliças.
2	21	Total	18	Alface, tomate, pêssego, laranja, bergamota, uva, morango e hortaliças. Agroindústria de semiprocessados.
3	7	Total	07	Repolho, cenoura, cebolinha, morango, pepino, banana, poejo, erva-cidreira, melissa, leite e derivados. Hortaliças e medicinais em geral.
4	5	2	04	Batata, laranja, alface, couve, brócolis, pepino, hortaliças, frutas e medicinais.
5	6	Total	08	Morango, amora, pêssego, mel, linhaça, mandioca, batata-doce, feijão e hortaliças em geral. Agroindústria de doces.
6	6	1	05	Mandioca, feijão, laranja, tomate, pepino, amendoim, abóbora, melancia, moranga, melão, batata-doce, ervilha, cebola. Hortaliças.
7	6	Total	06	Hortaliças, leite e derivados.
8	12,5	Total	15	Abóbora, pera, uva, figo,

				pêssego, nozes, pera, caqui, laranja, montenegrina, kiwi, hortaliças. Graspa ³⁰ . Galinhas, ovos, cabras, ovelhas e peixes. Agroindústria de vinho e geleias.
9	27	Não informou	15	Hortaliças. Agroindústria de semiprocessados e massas.
10	3	Total	08	Hortaliças. Suínos, leite, derivados, galinhas e ovos.
11	12	7	14	Laranja, bergamota, batata-doce, espinafre, alface, cenoura, feijão-de-vagem, ervilha, couve. Leite, derivados, galinhas, ovos e peixes.
12	4	Total	25	Uva, cana-de-açúcar, feijão, caqui, milho, laranja, bergamota, pêssego. Leite, terneiro, galinha, ovos. Hortaliças.
13	2	1	03	Hortaliças. Galinhas e ovos.
14	10	5	12	Feijão, milho, mandioca, trigo, cana-de-açúcar. Suínos, leite, derivados, galinhas, ovos e peixes.
15	1,5	Total	20	Amora, morango, pêssego e hortaliças. Leite, derivados, galinhas, ovos e peixes. Agroindústria de

30 Conforme informado pelas entrevistadas, trata-se de uma aguardente feita a partir dos resíduos das uvas espremidas.

				conservas.
16	22	5	06	Chuchu, acelga, morango, alface, tomate, repolho, melancia. Agroindústria de panificados e massas.
17	10	4	21	Milho, batata-doce, laranja, beterraba, mostarda, couve, cebolinha, feijão-de-vagem, flores, medicinais e hortaliças em geral. Leite, derivados, galinhas, ovos e peixes.
18	8	Total	26	Mandioca, feijão, batata, arroz, cana-de-açúcar, pepino, abóbora, flores e medicinais. Schmier ³¹ e massa de tomate. Leite, derivados, galinhas, ovos e peixes.

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados empíricos coletados.

Os produtos da tabela acima e suas variedades compõem a alimentação das famílias e geram a principal fonte de renda de quinze das entrevistadas. Dentre estas, três agricultoras dedicam-se ao artesanato, à costura e à produção de pães como complemento da renda. As outras três agricultoras, cuja principal fonte de renda é a aposentadoria, continuam exercendo a atividade agrícola como fonte secundária de recursos. Nestes casos, a produção agroecológica tem como destinação principal o autoconsumo das famílias, mas também gera renda por meio de vendas informais, principalmente, nas suas comunidades. Do total de agricultoras entrevistadas, doze participam de processos de certificação que são proeminentemente realizados através da Rede Ecovida de Agroecologia.

As principais vias de comercialização e a vinculação à certificação de conformidade orgânica são apresentadas no Quadro 4.

31 Conforme informado pelas entrevistadas, é um doce de frutas ou geleia bastante consistente, feito a base de açúcar. De influência da culinária alemã.

Quadro 4: Destinação da produção agroecológica e certificação da produção de base agroecológica.

Entrevistada	Destinação da produção agroecológica	Certificação de conformidade orgânica
1	Feiras e autoconsumo.	Sim.
2	Feiras, mercados institucionais e autoconsumo.	Sim.
3	Mercados privados, institucionais, e autoconsumo.	Não.
4	Direto aos consumidores (cestas, porta em porta, direto na unidade produtiva) e autoconsumo.	Não.
5	Feiras, mercados institucionais e autoconsumo.	Sim.
6	Feiras, mercados privados, institucionais e autoconsumo.	Sim.
7	Direto aos consumidores (cestas, porta em porta, direto na unidade produtiva) e autoconsumo.	Não.
8	Feiras, mercados privados, institucionais e autoconsumo.	Sim.
9	Feiras, mercados institucionais e autoconsumo.	Sim.
10	Feiras, mercados privados e autoconsumo.	Sim.
11	Feiras, mercados privados e autoconsumo.	Sim.
12	Feiras, mercados privados e autoconsumo.	Sim.
13	Autoconsumo.	Não.
14	Mercado privado, direto aos consumidores (cestas, porta em porta, direto na unidade produtiva) e autoconsumo.	Sim.

15	Feiras, mercados privados e institucionais e autoconsumo.	Sim.
16	Mercados privados e institucionais e autoconsumo.	Sim.
17	Direto aos consumidores (cestas, porta em porta, direto na unidade produtiva) e autoconsumo.	Não.
18	Direto aos consumidores (cestas, porta em porta, direto na unidade produtiva) e autoconsumo.	Não.

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados empíricos coletados.

As agricultoras protagonizam todo o processo produtivo e de comercialização da produção agroecológica. Na maior parte dos casos, a comercialização é realizada em feiras, mercados privados e institucionais, que garantem o acesso das agricultoras à renda própria. A participação das agricultoras nos espaços das feiras é respaldada por formas de organização social que priorizam e incentivam o envolvimento das mulheres nestes espaços. Neste campo, atuam, principalmente, a Rede Ecovida de Agroecologia e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) ofertada pela Epagri.

As percepções das agricultoras sobre as relações externas, que envolvem o contato com a Rede Ecovida de Agroecologia e a Ater pública, serão analisadas no subitem 3.4 do capítulo 3.

2.1 QUESTÕES RELATIVAS À VIABILIDADE DA PERMANÊNCIA DAS FILHAS DAS AGRICULTORAS

A agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações que a distingue das demais categorias sociais, uma delas diz respeito aos processos de sucessão. O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a) (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 2001; STROPASOLAS, 2011).

As formas de transmissão da gestão e do patrimônio são múltiplas e variam conforme os contextos histórico e econômico de cada família. Todavia, apesar de assumirem diferentes formas, tendem a ser

excludentes para as mulheres (PAULILO, 2003). Geralmente, o pai é quem determina a forma da partilha. A ele cabe a escolha do sucessor e a determinação sobre as compensações para os outros filhos e filhas. Estas negociações, usualmente, podem ser pagamento dos estudos ou mesmo enxovais e bens para a casa, no caso das filhas que constituírem família com um agricultor. Tratar deste tema pode ser delicado e, por vezes, gerar ressentimentos e conflitos internos (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 2001; PAULILO; SCHMIDT, 2003).

As questões envolvidas no processo sucessório abrangem a socialização para o trabalho e, ainda, o modo de vida no meio rural. Mesmo que a formação da nova geração de agricultores aconteça no interior das famílias, também envolve as interações externas, que permitem dar continuidade à atividade como, por exemplo, o acesso ao crédito, o contato com as agências de extensão rural, as cooperativas e as demais entidades relacionadas, bem como o acesso as tecnologias agrícolas e outros meios facilitadores do trabalho (CARNEIRO, 2001).

Contudo, há outras questões que agem sobre a continuidade do estabelecimento familiar e, portanto, interferem na reprodução social da agricultura familiar. Para viabilizar a continuidade das unidades é necessário que haja renda, agrícola e não agrícola, para viabilizar a permanência de ao menos um(a) sucessor(a). Incidem também outros aspectos, que interagem entre si, como a quantidade de descendentes, seu interesse potencial na sucessão e a tolerância dos pais para viabilizar que as/os jovens interessados, possam assumir e desenvolver projetos próprios (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Mesmo expressando o desejo de que os filhos e as filhas permanecessem na atividade agrícola, as mães entrevistadas tenderam a demonstrar satisfação pelas outras opções profissionais escolhidas pelos filhos/as. Houve dois casos nos quais foi possível constatar que mesmo com a preparação para o trabalho agrícola no estabelecimento, a inviabilidade de manutenção das famílias apenas com a renda agrícola ocasionou a busca por outras profissões. Vejamos:

Ela fez técnico agrícola, era pra trabalhar em casa, mas não tem condição. Agora ela está fazendo matemática. A gente ajuda, mas é meio sofrido, porque [ela] tem que trabalhar. O filho agora trabalha de madrugada, mas o salário é muito melhor do que quando estava aqui. Só podíamos dar um pouco e ele não vencia cuidar das meninas (três filhas). Foi e foi, fazem falta em casa e também porque ajudavam, pegavam o trator e faziam as coisas (P., 46).

Diversos autores constataram que muitas famílias da região encontram certa dificuldade em garantir a própria subsistência, buscando alternativas de renda em trabalhos sazonais ou como empregados de empresas prestadoras de serviços agropecuários terceirizados (TECCHIO, 2012).

Adicionalmente, praticamente todas as entrevistadas afirmaram que, mesmo não tendo decidido o assunto, possivelmente, a propriedade seria dividida entre todos os filhos. Porém, verificou-se que em quatro das propriedades entrevistadas, os filhos já trabalham de forma independente, enquanto os irmãos residem e trabalham na cidade.

As transformações do meio rural e a proximidade com o meio urbano, ocorridas ao longo dos últimos anos, também se fizeram presentes nos depoimentos das mulheres quanto às expectativas de futuro sobre os filhos/as. Para elas, a proximidade com a cidade é um fator que além de valorizar as terras, caso seus descendentes optem por vendê-las, ainda facilita a manutenção da propriedade como residência para aqueles que já trabalham, ou que pretendem trabalhar nas cidades próximas. Outras duas entrevistadas afirmaram que, quando não puderem mais trabalhar, pretendem vender as terras e residir junto aos filhos/as na cidade.

Nos estabelecimentos familiares em que há moças residindo atualmente, a faixa etária delas variou entre 19 e 33 anos. Constatou-se que o grau de instrução formal variou bastante em comparação às gerações anteriores. Das oito moças que residem e trabalham nas unidades familiares, uma é deficiente visual e, segundo a mãe, exerce apenas tarefas básicas na esfera doméstica. Outras duas têm formação de técnico agrícola, uma é agrônoma, uma possui terceiro grau em artes cênicas e uma possui pós-graduação em pedagogia. As demais possuem o segundo grau completo.

Quanto à preparação das filhas no que tange à sucessão dos estabelecimentos, foram verificadas apenas quatro iniciativas concretas. Dentre estas, constatou-se que há um retorno para o campo realizado, especificamente, com a finalidade de preparação para a sucessão na atividade de base agroecológica.

No caso da agrônoma, são mais duas irmãs na família e ambas possuem o terceiro grau completo. Conforme a mãe, não há pretensão de retorno por parte delas. A jovem que é agrônoma atua no estabelecimento desde a conclusão da graduação, realizada com a intenção de fortalecer a experiência dos pais e de assumir a gestão do estabelecimento. Esta propriedade realizou transição há 16 anos.

Todas as outras jovens possuem irmãos. No caso da moça que retornou com a intenção de ser a sucessora, não há interesse por parte do irmão em permanecer no estabelecimento. Esta unidade produtiva é voltada à agroecologia há quinze anos. Embora a moça já esteja trabalhando na unidade produtiva, ela segue exercendo outra atividade externa remunerada.

Sobre as outras moças que trabalham nas unidades e possuem irmãos também residentes, as mães relataram que há pagamento de remuneração para as atividades desempenhadas pelas filhas e filhos. Uma delas já possui casa em construção na unidade, assim como seu irmão, fator que reforça a intenção dos pais na divisão da propriedade por igual. Uma das mães relata:

A gente quer fazer tudo pra que eles trabalhem tempo integral, porque agora eles só trabalham fim de semana. Nas horas que ela trabalha, aqui ou na horta, é pago por hora. Por que ela quer ficar aqui trabalhando com a gente. Por exemplo, não é justo um trabalhar tempo integral e na hora de fazer o acerto os dois ganharem a mesma quantia. Isso é bem controlado. Assim fica justo pra todos (Z., 57).

Estas quatro iniciativas representam uma mudança de postura quanto à inclusão das mulheres no processo sucessório. Embora seja um número baixo, considerando o total de 47 filhos e filhas, essas experiências são significativas porque representam a inclusão de metade das filhas atualmente residentes nos estabelecimentos. Assim, estas jovens estão sendo preparadas para assumir os aspectos produtivos e a gestão dos estabelecimentos familiares. Em comum, estas experiências possuem o maior grau de escolaridade das moças e o tempo de produção agroecológica, que nestes casos, é superior a sete anos. O diferencial dos estabelecimentos, nos quais, mesmo com a preparação profissional, as moças tiveram que buscar trabalhos externos é, principalmente, o tamanho reduzido das propriedades e a recente realização da transição para a agroecologia. Nestes casos, conforme as entrevistadas, não havia meios para viabilizar a permanência das filhas e dos filhos (CARNEIRO, 2001).

Reitera-se a importância da criação de oportunidades de autonomia e de protagonismo para as jovens rurais, o que além de possibilitar a melhoria da qualidade de vida das jovens, pode influenciar positivamente nos processos sucessórios. E, conseqüentemente, garantir a continuidade da iniciativa das agricultoras entrevistadas, bem como

assegurar o fornecimento de alimentos que reconhecidamente possuem qualidade nutricional superior (CARNEIRO *et. al.*, 2015; DAROLT, 2003). Além de fortalecer a reprodução da própria agricultura familiar de base agroecológica.

CAPÍTULO 3

3. OS PAPÉIS SOCIAIS DAS PROTAGONISTAS DAS AÇÕES DE AGROECOLOGIA

O objetivo deste capítulo é analisar e discutir em que medida a participação em ações relacionadas à agroecologia têm propiciado a valorização do trabalho executado pelas agricultoras familiares entrevistadas. Para tanto, foram analisadas as alterações em curso e a forma como estas especificidades têm incidido sobre a organização familiar. Inicialmente, realiza-se a identificação das motivações que as impeliram a optar pela agroecologia para, em seguida, apresentar suas percepções acerca da sua inserção social e das representações sociais de ser mulher e agricultora no contexto agroecológico.

3.1 AS DIFICULDADES INICIAIS DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO

A partir da década de 1970 a agroindustrialização vertical se consolidou no Meio Oeste de Santa Catarina. Para além dos incentivos estatais, a habitual prática de criação de suínos, conjugada à produção de milho para sua alimentação, se mostrou incentivadora para a integração dos agricultores familiares às agroindústrias. Dessa forma, as agricultoras familiares que estavam em estabelecimentos que haviam adotado as tecnologias da Revolução Verde, passaram a trabalhar também neste modelo produtivo. Assim, do total de entrevistadas, oito estiveram diretamente relacionadas a essas atividades. Outras sete trabalharam por longo período de tempo em estabelecimentos que se dedicavam integralmente à produção convencional de grãos e em menor proporção, à plantação de fumo. A inserção nestes contextos marcou sobremaneira a vida das agricultoras entrevistadas, como é possível verificar em suas falas:

Era um pesadelo, quase nem gosto de lembrar. Porque você trabalhava e não sabia nada. Eles compravam, mandavam os pintinhos, depois tu tinhas acesso ao preço, mas não podia ver [a pesagem]. Eles levavam para a empresa, depois

mandavam a nota dizendo: pesou tanto. Tinha que aceitar o que viesse. Nós já estávamos numa estrada sem rumo (I., 50).

Nós trabalhamos com aviário por 30 e poucos anos, fizemos um giro bom em seis ou sete e depois, quando eles começaram a querer modificar, ampliar, fizemos contas e contas. Chegava fim do mês, não sabia de onde tirar dinheiro para pagar a luz. Nós ainda estamos terminando de pagar [os financiamentos] já faz seis anos (Z., 57).

Além dos frequentes relatos sobre os endividamentos, as agricultoras também relataram a discriminação no tratamento que recebiam das empresas com as quais tinham contrato de integração, conforme evidenciado neste depoimento:

Para eles o que importava era a participação do homem, que eles negociavam e conversavam com ele parece que era mais tranquilo do que ter nossa opinião. Agora que eles gostavam que nós cuidássemos isso sim. Falavam que quando a mulher cuida, sempre fica melhor, mais caprichado, mais isso, mais aquilo. Para trabalhar a mulher era mais importante, para negociar, para fazer o planejamento eles só chamavam o homem (R., 64).

Mesmo que as empresas reconhecessem o trabalho das mulheres, o faziam com base nas predeterminações de gênero, considerando o cuidado como uma característica natural das mulheres. Também usavam esta base para deslegitimar o discurso das agricultoras enquanto seres de comportamento demasiado emocional. Para eles, apenas o homem era sensato o suficiente para concretizar as negociações e, portanto, reportavam-se a ele como os chefes da família, invisibilizando a participação da mulher. Sobre o tratamento que recebiam outra agricultora referenda:

O contrato era feito em parceria e os dois tinham que assinar, mas sempre quem mandava era o homem. Eles diziam que era o chefe e quando começou a poder ir nosso nome no bloco de notas, foi a maior briga. Para mim foi uma coisa muito marcada. Eu ia junto na hora de acertar, porque eu queria saber como tinha que fazer no bloco de notas em conjunto, e isso eles não aceitavam (C., 60).

Conforme Paulilo e Boni (2009), a inclusão do nome da mulher no bloco do produtor rural começou a ser efetivada a partir de 1992, para garantir a concessão dos direitos previdenciários às mulheres rurais. Progressivamente, as agricultoras foram incluindo seus nomes ao bloco do esposo ou adquiriram um para si. Embora a agricultora tenha relatado a resistência da empresa em efetivar o direito da mulher, tal inclusão não gerou conflitos internos à família, possivelmente porque foi incorporada como um adicional de renda futuro.

A adequação das famílias a estes modelos de produção, em geral, deslocou as mulheres das suas atividades na lavoura, na horta e no quintal para as posições de trabalhadoras nos aviários. Conforme o relato das agricultoras, elas passaram a se dedicar aos aviários, pois os maridos trabalhavam nas lavouras. No geral, as representações quanto a este período são negativas, principalmente, àquelas associadas às possibilidades restritas de participação na organização dos estabelecimentos e ao excesso de trabalho no trato dos animais. As agricultoras entrevistadas não demonstraram ter qualquer afinidade com este tipo de trabalho e expressaram rejeição ao modo de vida experienciado por elas nestes modelos produtivos.

Desta maneira, para as agricultoras inseridas no contexto da integração, não houve um fator motivador específico para a transição para a agroecologia. Houve uma interligação de fatores, dentre os quais as mulheres enfatizaram desde os endividamentos frequentes, devido aos investimentos em infraestrutura ou insumos, até os problemas de saúde, causados pelo desgaste físico ou pela inalação da poeira dos galpões de criação dos animais, que são um padrão na integração. Conforme os seus depoimentos, a adesão das famílias aos projetos de transição foi ocorrendo gradualmente.

Por outro lado, para as sete agricultoras não vinculadas à integração e que apenas produziam no modelo convencional, o processo de transição para a agroecologia foi relacionado à possibilidade de obtenção de renda diferenciada a partir das atividades que elas já exerciam nas hortas e quintais. E, ainda, à percepção adquirida ao longo do tempo de que o uso de agrotóxicos poderia acarretar em problemas de saúde para a família. No desenvolvimento desta dissertação foi possível verificar que, além das experiências vividas pelas próprias agricultoras, outros fatores influenciaram para esta percepção como, por exemplo, a ação de atores sociais externos como, por exemplo, a REA e o MMC, que é abordada no item 3.4 do capítulo 3.

Dentre os casos das agricultoras que produziam em modelos convencionais, apenas dois foram protagonizados desde o início pelo

conjunto das famílias que, gradualmente, em um curto período de tempo passaram a utilizar apenas as tecnologias ecológicas no manejo da produção dos estabelecimentos. Dos outros cinco casos, quatro ainda mantêm paralelamente as produções convencionais de grãos. Um em razão de se encontrar na fase inicial da transição, iniciada há cerca de três anos, e os outros por não haver interesse por parte das famílias. Desta maneira, em quatro destes casos, a produção agroecológica figura como projeto individual das mulheres e é realizada apenas nos espaços produtivos de horta e de quintal. O depoimento que segue é de uma agricultora que realizou a transição há mais de vinte anos

Eu consegui essa transição no meu quintal. Nos arredores da casa. Na roça, não. Até hoje eu ainda não consegui e agora é o meu filho quem produz na lavoura. E eu penso que é isso, ele não quer, por que acha mais fácil comprar a semente, comprar o veneno e produzir na lavoura dele assim (C., 60).

Estes casos exemplificam os limites do espaço feminino na unidade produtiva, que não chega a interferir nas atividades econômicas vinculadas ao mercado agroindustrial. Apesar de certa flexibilidade para que a mulher exerça uma atividade de seu próprio interesse como um projeto individual, fica evidente que as relações de poder são desiguais no interior das famílias. E, geralmente, mostram-se desfavoráveis para as mulheres já que utilizam, para a realização dos seus cultivos, as áreas menores ou que são inviáveis para o uso de maquinários de médio e grande porte.

As outras três agricultoras possuem uma trajetória diferenciada das demais, tendo em vista que sempre produziram com base em manejo agroecológico em suas unidades produtivas. Porém, conforme dito anteriormente, tiveram contato com o cotidiano da produção convencional nos estabelecimentos dos pais. Considera-se que a proeminência de mulheres à frente das iniciativas de transição, que foram verificadas nesta pesquisa, tenha relação direta com as suas atribuições diante da responsabilidade pelo bem-estar familiar (ARGAWAL, 1992).

Mesmo que a maior parte das entrevistadas já conservasse a produção para o autoconsumo sem fazer uso da aplicação de agrotóxicos, as mulheres passaram a pleitear junto às suas famílias a necessidade da mudança das bases tecnológicas, como uma forma de viabilizar as suas permanências no rural. Justamente essa necessidade de mudanças de bases tecnológicas, enfatizada por essas mulheres, é o que

confere à agroecologia os diferenciais que não se restringem à área produtiva. Neste sentido, a agroecologia pode ser um meio de consolidação de segurança alimentar, ecológica, econômica, cultural e política (GUZMAN, 2001; BURG, 2007).

As agricultoras que foram entrevistadas conheceram a agroecologia por intermédio de amigas, de movimentos sociais ou por facilitação da Epagri, da Rede Ecovida de Agroecologia ou de associações, como a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco). Mais especificamente, foram seis mulheres que iniciaram seus trabalhos com agroecologia por intermédio do convite de amigas; seis através dos movimentos sociais como MMC ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); três por meio de extensionistas da Epagri, e três pelo contato com a Rede Ecovida de Agroecologia ou associações. Verificou-se que os processos de transição que foram intermediados por amigas ou pelo contato com os movimentos sociais, são aqueles que foram iniciados há mais de nove anos.

As agricultoras assumiram a iniciativa do projeto agroecológico mesmo com as inseguranças que acompanham novos projetos. Assim, a transição foi encarada como um processo de superação, de crescimento pessoal e de autoafirmação destas mulheres enquanto agricultoras. Alguns dos relatos demonstram os desafios pessoais enfrentados no rompimento dos padrões socioculturais construídos em torno dos papéis femininos, principalmente, de docilidade, de resignação e de silenciamento. Os depoimentos a seguir ilustram algumas das dificuldades enfrentadas por elas na esfera familiar:

Foi bem demorado, bem criticada e eu sei que nessa parte eu fui muito dura. Até com os meus filhos. Eles se preocupavam e diziam, mas nós vamos parar e depois, mais tarde? Não vai fazer falta? (...) Eu fui muito, muito firme nisso, eu não queria mais de jeito nenhum [trabalhar com aviários] e insisti vamos mudar e vamos conseguir voltar pro nosso jeito de produzir e fui muito em cima de fazer a cabeça deles, que eu não queria mais (R., 64).

Meu marido não cede para fazer as coisas (...) ele é bastante ignorante. Quando eu comecei a plantar ele falava: precisava fazer essas coisas? Pra que tem que inventar? Implicou bastante. Ele não gosta, mas sempre plantei sem por veneno. Não

tem nem comparação. É muito bom e eu lutei, mas valeu a pena. Se eu venho na reunião, meu marido me critica por isso, diz que não vai mudar nada. Eu venho porque sei que já aproveitei muita oportunidade e sei que depois, meus netos vão ter uma vida melhor (T., 56).

A mudança de comportamento da mulher, a partir da sua convicção e determinação em seguir com um projeto próprio, rompendo em parte, a forma de organização familiar tradicional, desencadeou distintas reações de caráter punitivo. Em seus depoimentos, no relato dos processos articulados a essas mudanças, elas evidenciaram os desconfortos que tiveram por causa das posturas frente às suas opiniões, que não eram consideradas relevantes. Também foi avaliado que, ao mesmo tempo em que queriam garantir a transição, as agricultoras guardavam preocupações quanto a não causar situações incômodas nas famílias, pois não queriam ser inconvenientes ou mal compreendidas. Neste sentido, as falas estavam sempre associadas a momentos de tristeza e estresse, sendo que uma das entrevistadas relatou:

Até para falar, às vezes, [eu] ficava tremendo assim (C., 60).

Por vezes, as situações ultrapassaram a violência psicológica, não menos grave, para inferir diretamente na autonomia financeira das entrevistadas. Conforme este relato, por exemplo:

O meu marido vendeu para fora o meu feijão. Eu não queria, mas ele vendeu (T., 56).

Desta maneira, o início dos processos foi permeado por conflitos internos que estiveram relacionados, principalmente, à resistência às propostas das agricultoras e suas implicações nas esferas política, na tomada de decisão, e na econômica, de obtenção de renda direta a partir da produção agroecológica.

As dificuldades que se deram no âmbito externo foram relacionadas às adaptações das agricultoras ao aumento da escala de produção e ao mercado consumidor. Conforme Burg (2007), estas dificuldades podem ocorrer pela ausência de um apoio externo que auxilie no planejamento, bem como pela demanda do mercado, que geralmente difere do que habitualmente é produzido pelas agricultoras para o autoconsumo das famílias. A homogeneização da alimentação faz com que o mercado consumidor demande determinados tipos de produtos, como alface, beterraba, cenoura, brócolis e tomate, que acabam onerando a produção pelo valor das sementes (BURG, 2005). Neste sentido, há necessidade de conscientização dos consumidores quanto às espécies híbridas e a importância da aceitação de espécies

locais, o que demanda tempo e proximidade ao consumidor. Estas dificuldades também podem estar relacionadas a pouca experiência das mulheres nos quesitos que envolvem a comercialização (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Em contraste, nas unidades que aderiram integralmente a agroecologia ou que sempre praticaram a produção orgânica, as mulheres relataram processos transitórios menos tensos. O fato das iniciativas das agricultoras terem se tornado projetos coletivos e de que toda a família compreendeu a relevância da proposta agroecológica isentou as agricultoras do trabalho de conscientização e convencimento, esfera na qual costumam ocorrer discordâncias e, conseqüentemente, os conflitos. Observou-se que estes casos tiveram motivações financeiras pautadas na possibilidade de obtenção da renda diferenciada e relativas à saúde, principalmente, do casal em relação aos filhos ou após a manifestação de doenças em membros da família ou em pessoas próximas ao círculo social. Conforme esta agricultora apresenta:

A gente plantava grãos então trabalhava com adubo químico, com agrotóxicos. Tivemos integração com suínos e aves, mas passou a dar problema de saúde. De trabalhar fechado, com aqueles produtos, começou a dar problema de pulmão e a gente tinha os filhos menores que ajudavam e com esses problemas, a gente decidiu que não era isso que a gente queria (J., 46).

De maneira geral, os processos menos tensos foram aqueles que envolveram as famílias que anteriormente trabalhavam no sistema de integração, à exceção de um caso. Para Siliprandi (2009), as famílias vivem a transição para a agroecologia de maneiras muito distintas, sendo que algumas pessoas a incorporam com uma mudança radical de posturas, que acabam expandindo para as outras esferas da vida social. A mudança de postura posterior à adoção dos princípios agroecológicos é abordada no item 4.4, no qual é apresentada a percepção das agricultoras entrevistadas sobre a agroecologia. Neste momento, ressalta-se apenas que esta mudança envolve, além da incorporação do cuidado, a reestruturação e a redistribuição das responsabilidades sobre o conjunto das atividades realizadas no estabelecimento. Necessariamente, esta redistribuição de tarefas passa pelo diálogo e possibilita que as pessoas assumam as tarefas com as quais têm maiores afinidades. Para além de proporcionar satisfação profissional e pessoal pela realização de uma atividade cara à pessoa, este fator viabiliza a produção

agroecológica em maiores escalas em nível de estabelecimento, já que, inicialmente, há uma demanda mais complexa de mão de obra.

3.1.1 O questionamento do controle social imposto às mulheres agricultoras

Conforme as experiências de transição foram sendo consolidadas pelas mulheres, ocorreram alterações nas relações familiares e sociais. Estas modificações não foram apenas porque as experiências passaram a ter validação econômica na esfera produtiva, mas também pela persistência e convicção das mulheres em relação à concretização dos projetos. Parte do que se pode chamar de empoderamento destas mulheres, envolveu a desconstrução ou a amenização das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher, dentre as quais, aquelas que conformam as noções de gênero (SCOTT, 1995). Conquanto, a melhoria da qualidade de vida destas mulheres rurais, passou pelo acesso ao poder nas esferas decisórias que, de modo geral, é garantido pela renda econômica (DEERE, 2002).

Algumas das agricultoras entrevistadas, mas principalmente, as idosas, demonstraram ter clareza de que as dificuldades de expressão, enfrentadas na vida cotidiana, estão relacionadas à educação que receberam. A socialização foi marcada pela noção de que não devem se expressar abertamente e de forma igualitária aos homens. Vejamos na fala a seguir:

Eu fui criada assim e demora para a gente, meu deus! Se a mulher falar! Se tiver alguém conversando ali e a mulher entrar com a opinião fica feio, porque eu aprendi lá de berço que mulher não pode se manifestar. E eu tinha receio, mas agora eu fico um pouco mais tranquila. Acho que a experiência vai fazendo a gente mudar no jeito de fazer as ações (C., 60).

Conforme Paulilo (1987; 2003) mesmo que as atribuições de feminino e masculino sejam diferentes, conforme as regiões e as culturas locais há um entendimento velado, que se estende por toda a agricultura familiar, sobre a autoridade da figura masculina como o chefe de família. As características que conformam a ideia hegemônica de feminilidade determinam, de forma sutil e eficaz, o comportamento adequado da mulher (BOURDIEU, 1989). Tal ideia hegemônica é ainda composta por imperativos identitários vinculados ao poder, à significação social e ao temperamento emocional. Por serem enraizados

na cultura, os processos de desconstrução destes estereótipos são contínuos e quase sempre, longos.

No caso desta pesquisa, quando as agricultoras passaram a atuar com maior frequência nas esferas públicas e a reivindicar a participação na gestão dos estabelecimentos, vivenciaram diversas tentativas de invalidação dos seus discursos. Nesta etapa, também vivenciaram o controle social por parte das suas comunidades, pois mesmo que de forma implícita ou não intencional, passaram a questionar a autoridade masculina. Os tratamentos que receberam foram carregados de pejorativos sobre o comportamento das mulheres e através dos depoimentos das entrevistadas foram registrados os seguintes termos: zuretada, encrenqueira, briguenta, cricri, teimosa, baderneira, preguiçosa, burra, relaxada, maluca, mentirosa, dentre outros. A prática de abuso psicológico que expõe ao ridículo e coloca em dúvida a sanidade, distorcendo, inventando ou omitindo fatos, tem sido chamada de *gaslighting*³². Sobre a postura da família e o controle social comunitário, uma agricultora desabafa:

Teve uma época que eu passei, pensei 'na minha ideia', muitas vezes eu pensava que não devia de ter me enfiado nisso [na agroecologia], porque as pessoas elas eram tão ruins, sabe? E tem muitas coisas pequenas que parece que não dá repercussão, que não é nada. Mas quando vai ver sempre os homens estão por cima. [Eles] Fazem as ideias dele e vão embora (L., 37).

Apenas uma das agricultoras relatou ainda estar enfrentando problemas deste tipo. Ela gestiona uma produção agroecológica há cerca de quatro anos, em uma área de um hectare, em um estabelecimento no qual o esposo mantém paralelamente a produção convencional em cerca de cinco hectares.

Desta forma, constatou-se que, além das dificuldades práticas do trabalho cotidiano e do aprendizado inicial da transição para a agroecologia, estas mulheres enfrentaram uma série de violências

32 O termo é inspirado na peça teatral, da década de 1940, intitulada “Gaslight” de Patrick Hamilton, na qual o enredo envolve a manipulação psicológica sistemática da personagem por parte do esposo (S/R). A partir da década de 1960, o termo passou a ser utilizado, inclusive por psicólogos, para descrever a prática de desconstrução do senso de realidade da vítima e, até mesmo, das pessoas do seu convívio social. Conforme Gas e Nichols (1998), esta prática se baseia na tentativa de justificação da atitude errônea do agressor, com base em discursos que culpabilizam a vítima da ação.

simbólicas em suas casas e comunidades. O fato destas mulheres terem optado por garantir por conta própria seus projetos de emancipação não significa dizer que eles sejam bem tolerados, isto é devido, em parte, ao peso das mentalidades tradicionais no âmbito rural (STROPASOLAS, 2006). Conflitos podem emergir nesse processo, na medida em que a realização desses projetos individuais coloca em questão a dedicação total das mulheres àquilo que seriam as suas obrigações nos cumprimentos dos papéis sociais habituais de mãe, esposa e ajudante.

3.2 A DIVISÃO DO TRABALHO NA FAMÍLIA

Neste tópico é apresentado, inicialmente, o Quadro 5 com as atividades realizadas pelas agricultoras nos períodos em relação à transição para a agroecologia. A tabela é apenas ilustrativa, pois se considera a possibilidade de que as agricultoras não tenham relatado algumas das atividades que realizam, por esquecimento puro e simples, ou por não considerarem como atividades que sejam relevantes. Além do que foi reconhecido anteriormente, no que diz respeito à sobrecarga de trabalho que marca a vida das mulheres rurais, destacam-se, neste momento, algumas particularidades, dentre as quais a inserção da mulher na gestão de atividade agroecológica e a atuação das agricultoras como educadoras.

Quadro 5: Descrição parcial das atividades realizadas pelas agricultoras

Período em relação à transição	Frequência de realização	
	Constantes	Esporádicas
Anterior	Preparo da alimentação; limpeza e manutenção da casa; serviços necessários nas lavouras de grãos e na produção para autoconsumo; manejo e ordenha das vacas; limpeza das ordenhadeiras e da estrebaria, manejo e alimentação dos animais.	Verificação da qualidade do leite e observação dos animais em geral; recebimento da ração; venda da produção beneficiada por elas (diretamente aos consumidores); confecção de artesanatos; atividades específicas das agroindústrias e preparação dos panificados e dos queijos.
	Preparo da alimentação; limpeza e manutenção da casa;	Atividades específicas das agroindústrias, como, por exemplo, a preparação

Posterior	manejo, ordenha das vacas, limpeza da ordenhadeiras e da estrebaria (quando é o caso, pois nem todas as unidades possuem estes animais); manejo e alimentação dos outros animais: galinhas, suínos, ovelhas, peixes; observação e ao manejo da produção agroecológica.	dos alimentos para o beneficiamento; confecção de artesanatos; preparo de massas e queijos; preparo das feiras ou das cestas de produtos; preparo dos adubos e caldas; compras de materiais necessários para viabilização das atividades (embalagens, sacolas para as feiras, etc.); negociação e entrega de produtos em mercados particulares ou institucionais; participação em reuniões, cursos e eventos.
-----------	--	---

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados empíricos coletados.

Com exceção de um caso, foi verificado que, no período anterior à transição, os esposos foram indicados como responsáveis pela gestão das atividades produtivas comerciais e pelas demais etapas correlatas. Nesta fase, as agricultoras relataram que eram consultadas, mas de forma esporádica e não tinham a palavra final. Posteriormente, as entrevistadas relataram maior participação na esfera da gestão das atividades produtivas. Para algumas, cinco das entrevistadas, mais especificamente, isso ocorreu como consequência do fato de que trabalham sozinhas na produção agroecológica. Nestes casos, o poder de decisão da mulher na esfera produtiva fica restrito aos seus espaços de produção. Por outro lado, para as outras agricultoras, as trajetórias de inserção nesta esfera foram graduais e bastante distintas entre si.

Os depoimentos a seguir são de agricultoras que trabalham em base agroecológica há oito e há dezoito anos, respectivamente, e ilustram a participação na gestão das atividades do estabelecimento:

A gente começou a trabalhar com vaca de leite e eu não tinha muita afinidade com esse projeto. Então falei pra ele [esposo] olha, vamos largar porque não quero isso pra mim e então a gente vendeu as vacas. Quero trabalhar com frutas (...) e agora a gente tá fazendo esse pomar (V., 45).

A gente faz as anotações, tem noção assim: é tanto das verduras, tanto da saída, tanto da entrada. Então se precisamos comprar uma coisa, vamos lá e pegamos, mas se esse mês não dá, então a gente espera. O investimento, por exemplo, quando é uma coisa nova, a gente sempre conversa antes pra ver se vamos fazer ou não vamos. Sempre conversamos e decidimos juntos, se dá certo dá. Se não dá, erramos tudo junto. Sempre tem [para resolver] a questão de valor, de plantio. Mas não é só meu marido que tem essa palavra (B., 41).

Para elas, o principal diferencial para que não haja o afastamento da gestão é a afinidade com a agroecologia e a identificação desta como algo provedor de vida, encantador e dignificante, o que é corroborado pela declaração de uma entrevistada:

Acho que está melhor agora do que antes porque na verdade quando tu estás bem engrenado naquilo que tu faz, tu tens um poder de decisão também, tu não deixa que os outros decidam por você. Antes quando a gente plantava milho e fumo, eu não tinha o que opinar lá. Era tudo eles, o meu marido que decidia o que ia fazer, onde ia plantar e acabou-se (G., 55).

Este "nada que opinar lá", no qual o lá é a produção convencional, faz uma referência direta à contribuição que elas podem dar para a transição agroecológica a partir dos conhecimentos adquiridos pela prática do trabalho cotidiano nos policultivos que, usualmente, manejam para o autoconsumo (PACHECO, 1997).

Em suas múltiplas dimensões, a agroecologia preza pela diversidade biológica e sociocultural. Partindo desta premissa, valoriza os saberes relacionados e incentiva o protagonismo das mulheres, não de um ponto de vista instrumental, mas na direção do reconhecimento de que as contribuições que elas oferecem são muito relevantes na construção do saber fazer agroecológico (ROCES; MONTIEL, 2010). Neste sentido, a transição para a agroecologia propicia a materialização de espaços nos quais as pessoas estão dispostas a aprender com as agricultoras. Deste modo, passam a receber em seus espaços produtivos outras pessoas interessadas em realizar a transição para a agroecologia. De acordo com as entrevistadas:

Têm turmas vindo para conhecer, professores com alunos mais jovens e uns dizem que [eles] não deviam de tá começando, mas eu digo que é possível produzir sem veneno e quem quiser vir

ver que venha, porque na minha casa a gente mostra que é possível produzir sem o pacote [convencional]. Eu gosto de tá multiplicando o que a gente está fazendo, porque eu quero que mais gente faça isso (J., 46).

No mês passado formaram [na comunidade] um grupo para discutir sobre o que a gente está se alimentando, foi bem legal. Foi uma coisa grande que o pessoal buscou e a própria paróquia se envolveu, para falar sobre fazer coisas mais saudáveis e vieram ali em casa (...). Aqui vem muita excursão visitar o nosso pomar. Aí a gente faz almoço, de tarde eles ficam pedindo como a gente trabalha, são agricultores que querem começar com agroecologia e os técnicos trazem, ou as prefeituras. A última turma era de Lages, umas 50 pessoas e todas estão começando (O., 64).

É um grupo de quinze mulheres e essa família que já tem estufa está nos ajudando [também produzem agroecológico]. Nós produzimos as mudinhas lá na estufa e depois dividimos entre nós. Então essas quinze mulheres, todas elas já estão produzindo produtos orgânicos, que a gente faz juntas (S., 52).

Estas experiências também têm proporcionado além do aumento da autoestima, um incremento de renda. Foi verificado que sete das entrevistadas já possuem nas propriedades alguma estrutura para receber as/os visitantes e que outras três pretendem investir em infraestrutura para viabilizar este tipo de atividade. Neste aspecto, o apoio externo tem sido bastante relevante, como foi possível observar nas falas acima, as agricultoras têm sido solicitadas por parte de prefeituras, ONGs, associações, igrejas, Epagri e por escolas, principalmente, de nível fundamental. Estes contatos são realizados com a finalidade de promover espaços de promoção da agroecologia, nos quais as mulheres fazem um trabalho de sensibilização a partir das suas experiências pessoais. Sobre o que muitas consideram como um trabalho “de formiguinha”, uma agricultora pondera:

Teve um período ali que eu não notava muito a diferença, mas agora com o grupo na comunidade que a gente vai à reunião e fala sobre isso, a gente mostra a importância e parece que começou a

repercutir mais essa questão. Se eles falam se alguma coisa é boa ou ruim e [eles] não sabem, então eles falam, pergunta para a I., que ela sabe (I., 50).

Tal reconhecimento é significativo porque ajuda a manter a mulher fora do isolamento da esfera doméstica e reconhece a atividade da mulher como trabalho. Cabe ressaltar que nos casos em que as agricultoras trabalham sozinhas, as atividades correlatas à troca de experiências têm ocorrido de forma diferenciada, sendo que geralmente, sucedem fora da propriedade, nos espaços de feiras ou durante a realização de cursos.

Neste aspecto, nem mesmo a visibilidade dada ao trabalho da mulher pelos agentes sociais externos, ligados à agricultura familiar agroecológica, tem modificado a não adesão à proposta agroecológica por parte das famílias, que têm preferido seguir praticando o modelo convencional de produção agrícola.

Contudo, a proximidade entre o trabalho realizado na agroecologia e o trabalho reprodutivo que garante o autoconsumo das famílias, tem possibilitado questionamentos, por parte das mulheres e fornecido meios para garantir o acesso aos recursos produtivos na esfera familiar, sobretudo, em relação ao uso da terra.

Mesmo que as mulheres venham amortizando as demarcações das funções legitimadas como femininas, de maneira geral, estas modificações não têm alterado a divisão do trabalho na esfera reprodutiva. No Quadro 6, é apresentada uma síntese da participação dos homens nesta esfera. Durante a realização das entrevistas, as mulheres foram questionadas sobre a participação dos esposos e filhos residentes em tarefas relacionadas ao cuidado com a educação, a saúde, a alimentação e a limpeza da casa e da agroindústria, quando foi o caso. As respostas foram compiladas e trazidas ao Quadro 6, subdivididas entre participações que são frequentes, esporádicas e inexistentes. Compreende-se por participação frequente aquela em que a participação do homem nas atividades é diária. Por participação esporádica, compreende-se aquela que somente é realizada na ausência das mulheres. Por participação inexistente compreende-se aquela em que o homem é totalmente ausente dos serviços relacionados ao cuidado, a saúde, a alimentação e a limpeza da casa e da agroindústria.

Quadro 6: Descrição da participação masculina na divisão do trabalho reprodutivo por famílias das agricultoras entrevistadas.

Atividades relacionadas à	Frequência		
	Inexistente	Esporádica	Frequente
Saúde	16	00	02
Alimentação	00	12	06
Limpeza	04	08	06
Educação	16	00	02

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados empíricos coletados.

As participações relacionadas à saúde correspondem a duas famílias, sendo que em uma, a agricultora possui problemas na coluna cervical e o esposo assume cuidados diários no sentido de evitar excesso de esforço físico por parte dela, a outra corresponde aos cuidados com o bem-estar da filha, que é deficiente visual. Apenas duas famílias possuem crianças pequenas e foram relatados cuidados referentes à educação, como a supervisão e a permanência com a criança para que a mãe dispusesse de tempo para realizar outras atividades.

Quanto às atividades referentes à limpeza e à alimentação, as agricultoras entrevistadas relataram que delegam aos filhos tarefas como a arrumação dos próprios quartos e a lavagem das roupas, que é facilitada pelo uso de eletrodomésticos destinados a tal finalidade. Também relataram que esposos e filhos realizam atividades ligadas ao preparo da alimentação, como buscar lenha, ovos, galinhas ou ordenhar as vacas para adiantar o preparo do queijo, mas que no geral a preparação final do alimento é de responsabilidade delas. No geral, a participação dos filhos ocorre principalmente em famílias nas quais não há moças, sendo que, comparativamente, todas as jovens residentes nos estabelecimentos familiares assumem tarefas diárias.

Há uma cobrança das mulheres para que os companheiros assumam algumas tarefas na esfera doméstica, mas nem sempre elas obtêm êxito. A ausência masculina nestas tarefas é uma situação que é incômoda para algumas das entrevistadas, entretanto a maioria das mulheres justificou a ausência dos esposos pelo acúmulo de outros afazeres. Os contra pontos são ilustrados nestes depoimentos:

Nada, eles que descansam mais. Não adianta [falar], porque ele não vai. Já cansei de falar. O piá me ajuda bastante, mas ele [esposo] não (E., 56).

No dia a dia, dentro de casa as tarefas a gente procura dividir (...) mas pelo fato de ele estar mais fora do que eu, ele fica com a parte maior da roça e o serviço de casa é mais para mim. Mas consigo fazer alguma coisa na roça ainda (L., 37).

A relativização do problema que aparece no depoimento de L. 37 foi uma constante quanto a este tema específico, tendo aparecido em dez entrevistas. Possivelmente, as justificativas para a ausência masculina no trabalho reprodutivo por parte das agricultoras esteja vinculada à forte naturalização dos papéis sociais de gênero. Bem como pela identificação com a noção de que são elas as responsáveis pela manutenção de um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao bem-estar da família, mesmo que isso signifique uma sobrecarga de trabalho.

Há diversas pesquisas como, por exemplo, as pesquisas do âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que corroboram estatisticamente o fato de que as mulheres trabalham mais na esfera doméstica do que os homens. Geralmente, esta diferença também se aplica às filhas, que ocupam mais tempo e exercem as atividades em maior proporção em comparação ao público jovem masculino. A desigualdade na divisão do trabalho, especialmente na distribuição das tarefas domésticas, também foi verificada por Lusa (2008) e Herrera (2015).

As entrevistadas demonstraram certa aversão aos trabalhos internos a casa, relatando, principalmente, que as tarefas de limpeza são cansativas, menos prazerosas em comparação às atividades realizadas no quintal ou nas agroindústrias. Também afirmaram que ficam desconfortáveis com a sensação de permanecer por muito tempo dentro de casa. Foi verificado que as agricultoras que têm viabilidade financeira, têm optado por transferir esta tarefa a terceiras, sendo que a contratação semanal de diaristas para a realização das atividades domésticas tem sido praticada por seis das agricultoras entrevistadas. As mulheres que se utilizam desta alternativa para amenizar suas cargas de trabalho são aquelas que iniciaram o trabalho com a agroecologia há mais de dez anos. Dentre estas, apenas uma é aposentada e não está incluída no grupo daquelas que trabalham em estabelecimentos que tem dedicação exclusiva à produção agroecológica. Este comportamento pode ser uma particularidade das entrevistadas, pois possuem trajetórias de acesso à renda e de inserção nas esferas públicas bastante significativas, que não costumam ser comuns para as mulheres da agricultura familiar em geral.

Apesar do acúmulo de trabalho, as agricultoras demonstraram satisfação com a vida que possuem. Seja porque elas interiorizam a divisão sexual do trabalho e ainda não pautaram o assunto na família ou porque, mesmo reconhecendo a abstenção dos companheiros nesta esfera, não estão dispostas a abdicarem de seus projetos de agroecologia. Tal abdicção implicaria, possivelmente, em perda da renda financeira e manteria o excesso de trabalho, já que elas não eram ausentes desta esfera no período anterior à transição para a agroecologia.

3.3 PERCEPÇÕES DAS MULHERES AGRICULTORAS SOBRE A AGROECOLOGIA

No geral, as entrevistadas consideraram o trabalho na agroecologia como uma opção de vida. As mulheres que estão em projetos iniciais, principalmente, aquelas que trabalham sem a adesão das famílias, têm vivenciado a agroecologia como uma espécie de rota de fuga. Assim, o apoio externo que encontram nos grupos e nas outras mulheres, através das ações correlatas à agroecologia, tem configurado um aporte emocional no enfrentamento às duras realidades que experienciam cotidianamente por serem mulheres no rural, como é salientado nas falas seguintes:

Eu vou para a horta, planto, mexo com a terra, me faz sair tudo aquele peso, é uma coisa assim, lidar com a terra é a coisa melhor que tem. Toda vez que dá eu largo tudo e vou para minha horta, aí fico mexendo nela, é tão bom. Eu plantei cebola, alface, cebolinha. Plantei sozinha 300 pés de cebola. Agora elas tão crescendo, quando eu vou lá, volto para casa bem melhor, mais tranquila (F., 37).

Eu acho ótimo esse negócio dos agroecológicos, para mim mudou muita coisa. Se não era assim, o que eu ia fazer? Eu amo plantar, ver aquilo crescer e colher. Pra mim é tudo de bom. Me fascina e me ajuda até a viver. Se eu plantar um pé de abobora é com carinho, porque eu adoro fazer aquilo. E eu nem sabia se ia entrar nisso aqui [grupo da REA], justo por ele [esposo] ser do jeito que é (T., 56).

Entretanto, as agricultoras que atuam há mais tempo em ações relacionadas à agroecologia, têm expressado correlações que, além do que consideram atos de dedicação e cuidado, envolvem a consciência

política e ambiental. Nestes casos, aparece com frequência o cuidado com o outro para além da família expresso, normalmente, na noção de que “se não quero para mim, não quero para os outros”. A partir desta percepção, elas assumem como responsabilidade a garantia da alimentação saudável e a conservação da biodiversidade por meio de sua prática enquanto mulheres agricultoras. Assim, estas agricultoras, que realizaram a transição há mais de sete anos, expressaram:

A agroecologia tu tem que ter amor, se você não tem amor não faz. E eu faço por amor, por clareza do que estou fazendo (L.,37).

Agroecologia é vida em cima de vida. Tem vida na natureza, tem em tudo. A terra, a água, os animais, as pessoas e tudo tem mais vida. Essa cultura de produtos químicos e transgênicos é uma morte, principalmente para o solo, pra terra e o tanto de microrganismo que tem ali, a quantidade de vida que a gente nem imagina que tem. Tudo isso pra mim, é símbolo de morte, enquanto que a agroecologia é um sistema de vida. De deixar um futuro melhor pra quem há de vir. Porque vai saber quanto de geração que vem depois de nós e tem que chegar aqui, achar uma terra boa, para poder plantar o alimento para eles. É nesse sentido que eu acho que a agroecologia é fundamental (C., 60).

A mudança de percepção sobre a agroecologia pode estar relacionada à participação nos espaços de formação agroecológica. A degradação ambiental e as externalidades negativas do modelo de produção convencional são temas bastante dialogados nos espaços relacionados à agroecologia, especialmente, por sua dimensão política (GUZMAN, 2001). Estas preocupações são pautadas sobre o que Agarwal (1992) considera como o reconhecimento da necessidade da conservação dos recursos naturais para a sobrevivência das populações. Neste sentido, a atuação das agricultoras possui correlação direta com a necessidade de garantia de alimentação das famílias e de meios para a permanência no rural, viabilizando, inclusive, a reprodução social da agricultura familiar.

A frequente menção feita pelas agricultoras entrevistadas, quanto ao carinho e amor empenhados na produção agroecológica, também é um aspecto interessante. Em seus depoimentos, é possível

identificar a consciência e a intencionalidade do processo de cuidado com a terra, como acontece neste caso, por exemplo:

Sempre conto que quando nós fizemos os primeiros canteiros da horta, ele fez pra mim, porque eu estava com as crianças pequenas e estava grávida. Então ele ia para afogar a terra, fazer os canteiros, às vezes tinha que usar picão ou com a enxada e eu não dava conta. E ele ficou com aquilo na cabeça, que tinha que afogar a terra para me ajudar a plantar e já tinha tempo que estava com aquela cobertura³³ [nos canteiros] e aí ele chegou e deu uma enxadada assim com muita força, como se a terra tivesse dura. E estava uma fofura e falou, mas tem um ninheiro de formiga? E eu disse essa é a minha terra, eu preparei para ela ficar assim. Porque eu sei que se a gente não mexe na terra, só vai colocando a cobertura, a terra fica uma fofura, que aí a bicharada vai fazendo o trabalho e vai ficando assim, não precisa a gente por força (D., 62).

A relação destas mulheres frente à natureza, principalmente, nas práticas de cultivo e de manejo, revela a preocupação e o cuidado não apenas com a produção dos alimentos, mas com a manutenção do equilíbrio da biodiversidade e da qualidade da terra. Este tipo de noção apareceu em todas as entrevistas e respalda algumas correntes teóricas ecofeministas, sendo que foi mais comum que as agricultoras fizessem a associação destas posturas às características consideradas como naturais às mulheres.

3.4 PERCEPÇÕES DAS AGRICULTORAS QUANTO ÀS PRINCIPAIS RELAÇÕES EXTERNAS VINCULADAS ÀS AÇÕES DE AGROECOLOGIA

33 A cobertura de solo tem por finalidade a proteção do solo contra o impacto das águas da chuva, diminuindo o risco de erosão e deixando o ambiente mais favorável para que haja a ciclagem dos nutrientes, geralmente esta prática é feita com o plantio de leguminosas ou gramíneas. Neste caso, a agricultora refere-se à prática da cobertura com matéria orgânica morta ou cobertura morta orgânica, é uma prática na qual é utilizada uma variedade de produtos normalmente de origem vegetal que, por exemplo, podem advir de restos de podas (SOUZA, RESENDE, 2005). Esta técnica contribui para a manutenção e melhoria dos atributos físicos, químicos e biológicos do solo.

As agricultoras reconhecem a importância das relações externas e os benefícios inerentes a elas. As mulheres têm firmado distintos contatos com a finalidade de viabilizar a produção, facilitar a comercialização, acessar políticas públicas, realizar cursos de formação técnica e outras.

Estas relações se dão em distintas proporções entre as mulheres, porém no que diz respeito ao recebimento de assistência técnica, averiguou-se que para a maior parte das agricultoras, a ação da Epagri é inexistente. A falta de recursos humanos e a ausência de uma política institucional, voltada à promoção da agroecologia, foram evidenciadas nestes depoimentos:

No início não tinha nada, depois o S. veio para a Epagri. E quem começou foi ele faz uns três anos. Nós só começamos a produzir depois que o S. entrou na região, porque antes vinham uns [extensionistas] que diziam assim que não ponha nada, mas não é assim. Principalmente no começo até recuperar o solo (I., 50).

Uma vez não tinha técnico, aí eu liguei pra gerência [da Epagri] e disse: preciso fazer um Pronaf e disseram: “ah, mas o técnico tá de férias” eu disse olha, não me interessa, eu quero fazer um Pronaf, você manda um técnico. É assim, não é dizer amém pra tudo e tem que tá buscando porque se eu não vou lá, ele também não vai saber da minha necessidade (V., 45).

Entretanto, conforme afirmado no desenvolvimento deste trabalho, as agricultoras se beneficiam da relação com a Epagri, por meio de cursos ou da facilitação do acesso à informação, realizada pelos extensionistas. Também foi constatada a forte atuação dos extensionistas sociais no atendimento e prestação de assistência às mulheres, fortalecendo a participação das agricultoras em ações de natureza ampla ligadas, principalmente, ao acesso às políticas públicas e à comercialização, por meio do acesso ao PAA e ao PNAE, além do acompanhamento nas feiras de produtos orgânicos.

Do total de agricultoras entrevistadas, 12 fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia, que é composta por agricultores familiares ecologistas, técnicos e consumidores organizados em associações, cooperativas, grupos informais, pequenas agroindústrias e outras

pessoas comprometidas com a Agroecologia (ROVER, 2011). Assim, configura um conjunto bastante amplo de relações profissionais, que em muitos casos, estendem-se para o âmbito pessoal, como aparece na fala da entrevistada:

Acredito que eles têm muita consideração por mim, de me verem com bons olhos. Assim, que eu estou ali como parceira, como uma pessoa que está colaborando e eu também penso que eu esteja. E eu também ‘vejo eles’ como amigos. Tem a questão da distância, mas não que nos separa. Eu sempre estou ligando [...] e do grupo aqui em si, a gente se encontra na feira, uma vez por semana e discutimos os assuntos meio seguidos. Nós temos problemas como todo mundo tem, tem vezes que alguém não entendeu bem a filosofia como é. Então a gente chama todo mundo e conversa, mas eu acho que minha relação é boa com o pessoal da Rede (G., 55).

No geral, a visão das agricultoras sobre as relações relativas à Rede Ecovida Agroecologia foram bastante positivas, sendo que até as agricultoras que não integram os grupos da Rede analisam o papel desta como central na sustentação das experiências de base agroecológica. As agricultoras que não possuem certificação são aquelas que produzem majoritariamente para o autoconsumo ou que tem relações muito consistentes com os clientes, que devido à relação de confiança com as agricultoras, não fazem questão do selo de certificação. O desinteresse no selo de certificação também foi verificado por Zoldan e Mior (2012), porém a justificativa principal foi a pouca popularidade das certificadoras na época da realização da pesquisa. Neste caso, além das justificativas de direcionamento da produção para o autoconsumo e da boa relação com os consumidores, três das agricultoras transpareceram que a não participação nas atividades da Rede Ecovida de Agroecologia tem relação com o excesso de responsabilidades que possuem. Nestes casos, o excesso de trabalho que marca a vida das agricultoras familiares, aparece como um fator limitante das oportunidades de adesão aos relacionamentos efetivos que poderiam propiciar a melhoria da sua posição social.

Apesar de somente duas das entrevistadas serem integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) há certa influência do MMC sobre as agricultoras entrevistadas. O MMC tem contribuído significativamente para a compreensão da condição social das mulheres rurais e na importância da transição para a agroecologia, como meio para garantir a autonomia dos agricultores familiares no exercício do trabalho. Boa parte das agricultoras entrevistadas tem contato esporádico com agricultoras que são integrantes do MMC. A interação ocorre porque as entrevistadas conhecem pessoalmente agricultoras que são integrantes do movimento e que, inclusive, são referência na região quanto às práticas agroecológicas de manejo; por trocarem sementes crioulas entre si ou por terem realizado cursos ministrados pelas mulheres que são integrantes do MMC.

A influência do MMC na noção que as entrevistadas constroem sobre a agroecologia transpareceu no uso de termos que são frequentes no discurso das camponesas, como por exemplo, o uso de leitos ao invés de covas para a plantação de sementes. Estes termos ressignificam simbolicamente a relação das agricultoras com o espaço produtivo, valorizando e exaltando o trabalho realizado pelas agricultoras. Constatou-se também que a influência do MMC soma-se à de outros atores sociais comprometidos com a agroecologia no que diz respeito à defesa da agroecologia como meio de contraposição às externalidades negativas do modelo convencional de produção. De modo geral, a atuação do MMC quanto às ações de agroecologia são consideradas pelas agricultoras familiares entrevistadas como positivas e até mesmo como facilitadoras do processo de transição para a agroecologia³⁴.

³⁴ Para maiores esclarecimentos sobre a relação entre as mulheres integrantes do MMC e a agroecologia, consultar outras pesquisadoras como Paulilo (2003), Boni (2009) e Lisboa e Lusa (2010).

CAPÍTULO 4

4. OS POSSÍVEIS APORTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÕES DE AGROECOLOGIA

Neste capítulo busca-se analisar em que medida as políticas públicas voltadas para as atividades rurais, especialmente agroecológicas, têm sido acessadas pelas agricultoras familiares entrevistadas. Verifica-se também se este acesso interfere na opção das mulheres pelo modelo de produção que executam em seus estabelecimentos agropecuários. Para tanto, foi realizada a identificação e a caracterização das políticas mais acessadas pelas agricultoras, com base nas entrevistas. Além de proceder tal caracterização, efetua-se uma ponderação sobre os desdobramentos que o acesso a estas políticas públicas pode acarretar para as realidades socioeconômicas das mulheres rurais em questão.

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELAS AGRICULTORAS FAMILIARES ENTREVISTADAS

Na literatura especializada, é possível verificar que os movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando o apoio por meio de políticas públicas específicas, com perspectiva de gênero, para estimular a participação das agricultoras nas esferas da produção e da comercialização. As ações destes grupos de mulheres visam à mudança da realidade desigual das agricultoras e consistem em proposições com objetivo de assegurar às mulheres o acesso aos bens materiais e simbólicos que possam aumentar seus status dentro e fora do âmbito familiar.

No intuito do atendimento destas demandas e para reverter este quadro, constituiu-se o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), no âmbito do MDA. O PPIGRE ficou responsável por um conjunto de iniciativas visando ampliar os serviços de Ater para as mulheres e incentivar a incorporação do enfoque de gênero nos projetos apoiados pelo MDA (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011). Posteriormente, este programa foi consolidado na Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), vinculada à Secretaria Executiva do MDA (LEITE, 2014 in SPM, 2014).

A partir do reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos e beneficiárias das políticas foram promovidas ações diversificadas nos eixos de promoção do acesso à cidadania, a terra, ao desenvolvimento

na reforma agrária, à produção, ao crédito produtivo e de apoio à comercialização (Ibidem). Dentre este conjunto de ações, destaca-se aquelas voltadas às mulheres vinculadas às ações de agroecologia.

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) foi iniciado em 2008 objetivando fortalecer a organização produtiva; promover a agroecologia e a produção de base ecológica; ampliar o acesso às políticas públicas; e apoiar a articulação em rede. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garantem cotas mínimas de participação das mulheres, que tem preferência no preenchimento de, no mínimo, 30% dos contratos. Estes programas também garantem oferta adicional de 30% a mais no valor para os produtos orgânicos e agroecológicos. Para além destas políticas públicas, o Pronaf, mais especificamente, nas linhas Mulher e Agroecologia, é voltado à criação de possibilidades especiais de acesso das mulheres ao crédito produtivo. No que se refere ao respaldo das atividades, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Mulheres, atende à demanda das mulheres quanto à possibilidade de inserção econômica e altera a postura das ações voltadas ao público feminino, que anteriormente, eram direcionadas à assistência social ou à economia doméstica e reforçavam os papéis sociais de gênero (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Destaca-se também a progressiva incorporação da matriz tecnológica e metodológica da agroecologia, apontada como favorável às mulheres rurais (Ibidem). Em decorrência das baixas oportunidades de acesso à formação profissional, do excesso de trabalho e da situação social das mulheres rurais, em geral, os grupos de trabalho que elas desenvolvem relacionam-se às atividades que anteriormente eram realizadas individualmente por elas e de maneira informal. No caso das políticas voltadas ao apoio produtivo, foi verificado que sete das agricultoras entrevistadas tiveram participação em oficinas promovidas no âmbito do POPMR. Estas oficinas foram voltadas para a facilitação da formação de grupos produtivos a partir de ações ligadas à agroecologia. Conforme os relatos, nestas oficinas foram abordados temas que abrangeram desde os aspectos relevantes na escolha do tipo de produto que elas poderiam trabalhar nestes grupos, bem como questões de ordem burocrática, como a qual órgão deveriam se reportar para garantir as formalidades necessárias, etc. Porém, apesar de demonstrarem certo interesse a maioria destas mulheres não estava inserida em grupos produtivos. Quando questionadas acerca do motivo, elas não souberam indicar a razão.

Atualmente, duas das entrevistadas pertencem a um grupo formado há menos de cinco anos que vem se consolidando com base em atividades de processamento e comercialização dos produtos originados em seus quintais. Este grupo é formado exclusivamente por agricultoras agroecologistas e foi beneficiado recentemente com a aprovação de um projeto para implantação de uma agroindústria familiar através do Programa Economia Verde e Solidária³⁵, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, do Governo do Estado de Santa Catarina. Esta formalização permite que as mulheres estruturem sua produção sobre serviços específicos, como a produção de doces e compotas e pode viabilizar maiores ganhos econômicos para assegurar o exercício da atividade durante todo o ano, garantindo renda constante para as agricultoras. Conforme Paulilo (2003), o acesso à renda aumenta as chances de inserção da mulher nas esferas decisórias da vida familiar e fornece subsídios para que ela possa determinar a própria vida.

No período em que foi procedida a realização das entrevistas, esta agroindústria estava em fase final de implantação e de estruturação e as agricultoras seguiam realizando a venda dos seus produtos na feira, por encomenda e de "porta em porta". A proximidade da concretização das expectativas profissionais, no que diz respeito à agroindústria familiar, conforme foi relatado, deixava estas mulheres muito satisfeitas. Outro fator bastante valorizado por elas foi a capacidade de aprender a trabalhar com novas tecnologias e a possibilidade de participar ativamente da construção da marca dos produtos (rótulos, embalagens, folders, etc.). Desta maneira, foi constatado que do acesso a essa política pública, decorreram aspectos favoráveis do ponto de vista econômico e social, que tiveram reflexos, inclusive, no aumento da autoestima.

No geral, o Pronaf foi o programa que mais se destacou dentre as políticas acessadas pelas famílias das entrevistadas. Neste programa, as linhas atuais de atendimento para o crédito são de custeio e investimento na safra ou atividade da agroindústria e de financiamento

35 O programa Economia Verde e Solidária apoia projetos de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos por associação e cooperativas de baixa renda. Os projetos selecionados recebem até R\$ 300 mil a fundo perdido, além de participações em feiras e rodadas de negócios, consultorias e capacitações com valor estimado de R\$ 300 mil por meio de uma parceria com o Sistema de Apoio à Micro e Pequena Empresa de Santa Catarina (Sebrae/SC). Disponível em <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/economia-verde-e-solidaria>. Acesso em 27 de março de 2016.

de infraestrutura e de maquinários com a mesma finalidade. Estes serviços foram acessados em algum momento por todas as famílias, mas não foram relatados casos de acesso à linha Pronaf-Mulher. Apenas duas entrevistadas relataram tentativas de acesso, sem lograr a obtenção do recurso. Conforme uma entrevistada enfatiza:

Duas ou três vezes que queria o recurso, mas não foi aprovado. Naquela época, ainda estava no começo e eles [órgãos responsáveis] tinham bastante dificuldade de aprovação. No começo do Pronaf-Mulher, diziam que tinha vindo mais liberado para as mulheres, mas eu nunca consegui fazer (R., 64).

A assimetria verificada na participação de mulheres nos programas de incentivo à agricultura pode ter um viés interno, de restrição imposta pelo domínio do homem nos processos decisórios familiares e/ou externo, pelas instituições financeiras que dificultam ou inviabilizam a possibilidade de acesso ao recurso (ZORZI, 2008). A própria formulação e o caráter da política pública são problemáticos, da perspectiva de gênero, quanto ao modo de estruturação da concessão do crédito, pois o crédito é atrelado à capacidade de pagamento da família. Isto significa, mais especificamente, que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres podem envolver disputas e negociações internas ao âmbito familiar, no sentido de assegurar que haja disponibilidade de recurso para a viabilização das suas atividades. Portanto, este acesso também fica vinculado à posição social da mulher na família, que conforme o contexto pode inviabilizar as ações no sentido de atender suas necessidades de ordem estratégica (LEÓN, 2001).

Embora todas as mulheres tenham afirmado possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), somente dois dos contratos realizados no ano de 2015 foram formalizados em nome da agricultora. Estes contratos são da linha Mais Alimentos, que tem como finalidade realizar financiamento para a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura da produção e dos serviços agropecuários ou não agropecuários. Nestes casos, os recursos foram destinados à troca do veículo utilizado pela agricultora para deslocar-se até o local da feira e à construção de uma estufa. Para Brumer e Spanevelo (2013), a obtenção do crédito por parte da mulher é mais tolerada pelos companheiros quando as atividades propostas não desvirtuam a mulher do seu papel social tradicional na família.

Historicamente, o crédito foi percebido como um componente viabilizador do trabalho produtivo, ligado aos contatos com bancos e aos

agentes da esfera pública, foi considerado como um recurso exclusivamente masculino. Isso pode explicar, inclusive, o fato de a agência bancária afirmar a não existência de operadores de crédito com experiência na realização de contratos vinculados a linha Pronaf Mulher. A facilidade de operacionalizar todos os financiamentos como custeio ou investimento (sem distinções mais detalhadas) é na verdade argumentada por esses agentes como falta de pessoal especializado.

Por outro lado, além da possibilidade de que as mulheres também interiorizem as noções construídas em torno do acesso ao crédito, há também a possibilidade de que elas sequer realizem as tentativas de obter o recurso, por terem consciência das dificuldades, decorrentes dos preconceitos de gênero, que enfrentam nestes campos.

Constatou-se ainda que a maioria das mulheres expressou em algum momento da entrevista certa aversão à ideia da realização de empréstimos. As respostas obtidas em justificativa a estes posicionamentos envolviam experiências muito particulares para as agricultoras. Tais repostas estavam especialmente relacionadas às situações muito severas, vivenciadas pelas famílias, devido aos endividamentos adquiridos nas atividades produtivas realizadas anteriormente pelas famílias. Assim, elas afirmaram que preferem evitar qualquer possibilidade de estar novamente sujeitas às situações como as que vivenciaram. Vejamos o caso desta agricultora:

Minha preocupação é de não fazer dívida. Porque assim a gente produz o que dá conta. A partir do momento que você tem uma dívida, você se obriga a ter aquela quantidade para pagar. É bem mais preocupante. Se eu não tenho dívida sou mais autônoma, faço o que eu quero. Se esse mês só deu pra comer, estamos bem do mesmo jeito. Prefiro não ter aquela preocupação de ter aquele tanto para pagar lá (J., 46).

Elas também avaliam que a manutenção da produção agroecológica não exige altos investimentos e, portanto, não veem a necessidade de realização de empréstimos. Afirmaram ainda que apenas optariam por esta prática caso não tivessem outro meio para viabilizar a renovação das infraestruturas.

Este posicionamento frente aos empréstimos também foi constatado por Mattei (2009). Analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006, o autor pode verificar que apenas 37% dos estabelecimentos da agricultura familiar haviam obtido financiamento para viabilizar a produção, sendo que dentre os motivos apresentados

como razão para a não obtenção do financiamento, 76% alegaram não necessitar de apoio creditício e outros 10%, não o fizeram por medo de contrair dívidas (MATTEI, 2009).

No caso das políticas de apoio à comercialização, mais especificamente, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram verificados um total de onze contratos, todos realizados em nome das agricultoras e facilitados pela Rede Ecovida de Agroecologia e pela Epagri. Conforme Siliprandi e Cintrão (2011), estas vias institucionais têm valorizado o trabalho feminino, possibilitando que as mulheres participem diretamente da comercialização e tenham acesso a uma renda constante. Para as agricultoras entrevistadas, estes programas têm funcionado como um canal alternativo de comercialização, que sozinhos são insuficientes para garantir a autonomia econômica destas mulheres e, por isso, devem ser complementados pela venda de produtos nas feiras e em mercados particulares. Assim, tais políticas têm cumprido seus objetivos de serem uma alternativa de comercialização e uma ponte para a inserção no mercado.

No caso desta pesquisa, as políticas públicas mais acessadas pelas entrevistadas são aquelas cuja finalidade está relacionada à formação técnica e à educação básica e profissional. Principalmente, as capacitações ofertadas pela Epagri e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Pronatec é um programa do Governo Federal, criado em 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica³⁶. Os cursos são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica dentre as quais se encontram as instituições do Sistema S, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Os cursos ofertados por estes programas foram acessados mais de uma vez por diversas das entrevistadas e compreenderam objetivos variados. Neste aspecto, a proximidade entre as unidades produtivas e os espaços de formação, além do acesso ao veículo e a facilidade de acesso a outros meios de transporte, foram bastante relevantes. Dentre os cursos realizados, foram citados, por exemplo, cursos de boas práticas na produção animal, de confecção de embutidos, de fruticultura, de administração rural, de preparo de homeopáticas e de beneficiamento de

36 Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>. Acesso em 08 de fevereiro de 2015.

frutas para produção de sucos e conservas. Geralmente, os cursos são realizados junto à outra agricultora agroecologista ou à vizinhas e amigas que elas estimulam para que também realizem a transição para a agroecologia, como evidenciam os depoimentos a seguir:

Particularmente estou sempre buscando outras pessoas para tentar entrar ou pra pelo menos, conversar, pra que elas conheçam como é trabalhar sem agrotóxico e que conheçam um pouco mais, sabe, então eu tento me aproximar de certas pessoas que eu acho que possam ter um certo perfil assim pra tá trabalhando para esse lado (V, 45).

Neste sentido, a ação das agricultoras, além de lhes propiciar maior autonomia, também evidencia a dedicação empenhada em buscar melhorar a vida das pessoas que fazem parte dos seus círculos sociais por meio da agroecologia. Corroborando tal fato, destaca-se, especialmente, este depoimento:

Eu sempre convido as mulheres daqui, elas vão duas, três vezes. Depois desistem, porque tem que passar aquele dia lá e elas não podem (D., 62).

Assim, é possível levantar a hipótese de que a indisponibilidade de tempo esteja inviabilizando a participação de outras agricultoras nas políticas públicas voltadas à capacitação formal para o trabalho na agroecologia. Neste caso, o tempo dedicado ao estudo não chega a compreender um tempo livre, porque não é ausente da relação com o trabalho e nem está desligado dele. Portanto, a utilização do tempo precisa poder ser determinada pela mulher, no sentido de que, havendo a oportunidade, ela possa acessá-la. Quando a mulher dispõe de tempo e deseja dedicá-lo ao estudo, precisa enfrentar a sobrecarga dos trabalhos produtivo e reprodutivo, que aliados à forte coerção social das comunidades rurais, podem ser fatores demasiado restritivos do aumento das capacidades, porque restringem as oportunidades de alcançar uma posição mais elevada na família e na comunidade (PAULILO, 2004; AGUIAR, STROPASOLAS, 2010). Dessa forma, estes assuntos precisam ser considerados na elaboração das políticas públicas cujo público alvo são as mulheres rurais.

Outras iniciativas recentes do Estado que priorizam as mulheres e caminham no sentido de amenizar as desigualdades de gênero no campo são a Portaria Nº 981/2003 e a Instrução Normativa Nº38/2007, do INCRA, que designam os procedimentos para a inclusão e efetivação do direito das mulheres a propriedade da terra (MDA, 2008). A Portaria Nº 981/2003, garante a titulação conjunta da propriedade nos casos de

reforma agrária e beneficia duas das agricultoras familiares entrevistadas que são as únicas assentadas do grupo das entrevistadas. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que possibilita que as mulheres acessem gratuitamente documentos civis, trabalhistas e de acesso à previdência social, teve apenas um acesso registrado entre as entrevistadas. Apesar dos poucos casos encontrados nesta pesquisa, em razão da posição social das agricultoras entrevistadas, estas políticas têm importância significativa, visto que configuram caminhos para a garantia da cidadania das mulheres rurais.

Em menor proporção, houve participações em Comitês Territoriais de Mulheres, relacionados aos Territórios da Cidadania, nos quais são desenvolvidas ações para o fortalecimento da participação das mulheres na gestão do território e na agenda de desenvolvimento rural, buscando ampliar o acesso às políticas públicas de ordem socioeconômica (BUTTO *et al.*, 2014). As ações acompanhadas pelas entrevistadas são principalmente de capacitação para elaboração de projetos e de apoio à realização de feiras. Constatou-se também que uma entrevistada é beneficiária do programa de transferência de renda, Bolsa Família (PBF)³⁷ vinculado em nível federal ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Dentre as problemáticas levantadas pelas agricultoras familiares entrevistadas, que poderiam ser amenizadas através da elaboração de políticas públicas mais adequadas às realidades da agricultura familiar, apareceram temas referentes, principalmente, à legislação sanitária. Tais problemáticas são constantes para as agricultoras que trabalham com vendas de produtos de origem animal, como leite e queijos, ou com o beneficiamento de frutas para doces, sucos, vinhos ou geleias. Os entraves englobam questões de nível prático, como locais de instalação adequada de uma pia ou porta, como armazenar corretamente os produtos em estoque, dentre outros. Além disso, dificuldades para a compreensão das normas como, por exemplo, à qual órgão deve ser reportado o registro de cada tipo de produto, são corriqueiras, como revelam as entrevistadas:

37 Programa criado em 2003, para contribuir no combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Desde 2011, integra o Plano Brasil Sem Miséria, que reúne iniciativas para possibilitar que as famílias saiam da extrema pobreza, e tenham acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 24 de março de 2016.

A vigilância, que vem cada pouco pediu pra gente separar a geleia do vinho, mesmo estando tudo embalado, mas a gente fez. Aí abrimos uma porta, quando a mulher [agente de fiscalização] veio, ela disse que não era aqui, que tinha que ser aberto lá. Eu disse que não ia mais mexer nem que ganhasse multa. Eles exigem e a gente faz tudo que eles pedem se não, não trabalha. Mas dessa vez não vou mais quebrar e gastar de novo para fazer (R., 64).

O que a gente faz para vender não é em grande quantidade, e não dá para legalizar, custa muito e se fizer, tem que estar sempre produzindo para manter. Hoje pra vender você tem que saber para quem vende (C., 60).

Os frequentes desencontros de informações quase sempre geram ônus financeiros para as famílias, além dos desgastes psicológicos que desestimulam, de maneira geral, a continuidade das atividades. A agricultura familiar, no geral, padece dessas dificuldades e obstáculos que a legislação apresenta no que se refere a agroindústrias familiares, entretanto, vale mencionar também os avanços conquistados, pelas lutas dos agricultores, na reformulação de alguns pontos dessa legislação. No Rio Grande do Sul, por exemplo, há um programa estadual³⁸ de agroindústrias familiares que propicia fóruns de discussão para que tais aperfeiçoamentos aconteçam. Iniciativas como esta podem estimular a adesão das mulheres agricultoras e facilitar a regularização do seu trabalho, por estarem fortemente presentes nesta atividade.

CAPÍTULO 5

5. A AUTONOMIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES

Neste capítulo, são analisados os aspectos que vêm emergindo no que diz respeito à construção e a garantia de autonomia das mulheres nos sistemas agroecológicos em relação à área profissional, técnica, de

38 A criação do Programa de Agroindústria Familiar (PEAF) do Estado do Rio Grande do Sul, também conhecido como “Sabor Gaúcho”, objetiva reconhecer as dinâmicas de desenvolvimento local, estas ações demonstram respeito aos valores de uma agricultura voltada à diversificação dos sistemas produtivos e do meio ambiente, com seu foco na agroecologia. Disponível em: http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=529&cod_menu=9. Acesso em 14 de março de 2016.

conhecimento e financeira. Apresenta-se um panorama geral da situação das entrevistadas para posteriormente realizar uma reflexão sobre como este conjunto influencia na posição das mulheres nos âmbitos social e familiar.

5.1 A AUTONOMIA PROFISSIONAL, TÉCNICA E DE CONHECIMENTO

Todas as 18 agricultoras entrevistadas participam de organizações sociais referentes às questões da agricultura familiar e, particularmente, da agricultura familiar de base agroecológica. No geral, são grupos de certificação participativa de agroecologia, cooperativas de crédito, sindicatos, movimentos sociais como o MST e o MMC, dentre outros.

Os encontros e as reuniões são periódicos, sendo que os mais recorrentes são os promovidos em parceria com as paróquias e os clubes de idosos. Os outros grupos realizam reuniões esporádicas, em média a cada três meses, como aqueles com finalidade de certificação participativa, ligados à Rede Ecovida. Entretanto, os integrantes destes grupos de agroecologia encontram-se semanalmente por ocasião das feiras.

As atividades realizadas por elas nos grupos são variadas e envolvem desde cursos sobre a preparação e o uso de plantas medicinais, matinhês aos finais de semana, jogos e esportes de equipe, a confecção de produtos artesanais para a venda nas feiras e também abrangem as formações sobre a organização produtiva. Mesmo os grupos que tem objetivo de promover ações para geração de renda envolvem atividades voltadas à saúde, ao bem estar e ao lazer. Assim, nestes espaços há uma permeabilidade das dimensões da vida social das agricultoras. Sobre o grupo de agricultoras da comunidade, uma entrevistada afirma:

A gente se reúne a cada quinze dias pra tratar os assuntos do grupo, ver se vai sair pra passear, se vai promover alguma coisa e trabalhar também. Uma troca experiência, uma ensina pra outra. É bom pra sair de casa também (G., 55).

Nesta pesquisa, analisou-se que as entrevistadas possuem acesso regular a informações, pois participam de cursos e de eventos relacionados à agroecologia com frequência. Fora as duas agricultoras que são integrantes do MMC, as outras mulheres não informaram fazer parte de grupos que discutam especificamente a condição das mulheres

rurais. No entanto, como aparece a seguir no depoimento da agricultora, nos espaços dos cursos têm-se proposto uma reflexão sobre a condição da mulher agricultora. Conforme uma entrevistada:

Acho que a agroecologia e, principalmente, a formação que existe hoje é de potencializar a mulher para ela não ficar mais isolada. A partir da formação, tirar a mulher de lá [da casa], ‘fazer ela’ sair. Deixar os afazeres da roça, da casa, vir para uma formação de agroecologia eu percebo que tem ajudado muito a fortalecer o trabalho lá. A [mulher] que sai que vai buscar o conhecimento, ela consegue ter uma vida mais liberta porque tem decisão própria (L., 37).

A promoção destas iniciativas contempla os princípios articulados nas dimensões sociocultural, econômica e política da agroecologia. Nas quais se objetivam municiar os sujeitos, por meio da participação ativa, com elementos para que construam novas relações e posições na sociedade. Neste caso, especificamente, para que as mulheres questionem junto às famílias e à comunidade que seja dado o devido reconhecimento e visibilidade às suas contribuições no estabelecimento familiar.

Algumas entrevistadas frisaram que esta participação frequente nos cursos e espaços vinculados à agroecologia decorre da necessidade de aprender novas técnicas para viabilizar a transição. Isto se apresentou, principalmente, na fala das agricultoras cujos processos foram realizados há mais tempo, quando a deficiência de assistência técnica específica era ainda mais proeminente. Neste ponto, verifica-se a importância da agroecologia como um processo coletivo de aprendizagem (GUZMAN, 2001; LEFF, 2002). Assim como demonstrado na fala a seguir:

Você encontra as pessoas tipo na festa da semente crioula, na festa da melancia, que eram momentos de formação, de troca de experiências, de encontros, que o pessoal vai conversar e ver. Foi nesses espaços que a gente foi buscando força. Na prática, quando a gente tinha uma dúvida com um bichinho alguma coisa na lavoura, a gente não tinha onde buscar, alguém que dissesse o que era para você fazer. Se trouxesse um agrônomo, um técnico, a formação dele não dava, a recomendação deles ia ser com agrotóxico (J., 46).

Desse modo, a transição para a agroecologia requereu a participação constante em espaços de troca de experiências por parte das

agricultoras, especialmente, daquelas que realizaram a transição há mais tempo. Para que atualmente elas pudessem assegurar o funcionamento dos agroecossistemas que manejam, houve necessidade de muito estudo, conforme esta agricultora expõe:

Eu tenho lido bastante, porque uma vez não tinha nada sobre agroecologia. Quando, na época que eu comecei, não tinha muita coisa, lá nos anos 1990, tinha um tal de livro verde. Nós estudamos só naquele, porque não tinha quase material. Agora tem muito material, muita gente vai fazendo e contando a experiência. Receita de calda e tal. Quando dá um ataque lá que a gente fica meio em dúvida, então a gente vai ler, vai pesquisar, até mesmo no computador. Não se aperta mais. E antigamente outra coisa é que as hortas eram bem limpinhas, até varrer tinha. Rastelava tudo, deixava bem limpinha e na agroecologia a gente viu que isso não precisa, não pode ser feito. Que tem que deixar a cobertura, que quanto mais, melhor. O solo vai ficar mais úmido, que ele vai dar resposta melhor para a planta. De calcário a gente não precisa, coloca pó de pedra, é melhor, é mais natural. E é assim por diante, a gente mesmo vai adquirindo, buscando essas coisas. E aí a troca de experiência é fundamental, às vezes minha vizinha percebe uma coisa que eu não vi e aí a gente vai se ajudando (C., 60).

As dificuldades iniciais provocaram o que muitas agricultoras relataram como “pagar para aprender”, no sentido de que perderam muitos produtos por não saberem como resolver os problemas específicos nos cultivos. Assim, a retomada do domínio dos conhecimentos associados do qual, de maneira geral, os agricultores familiares foram afastados em decorrência da introdução das técnicas industriais na agricultura, trata-se também de uma retomada de poder. Isto porque na medida em que retomam os mecanismos que constituem o saber-fazer das suas comunidades e constroem hibridações por meio das constantes trocas de experiências, mobilizam suas capacidades autônomas de inovação e de autodeterminação (PETERSEN, 2007). Estas movimentações dinamizam a produção de conhecimentos agroecológicos. Neste sentido, a atuação das agricultoras como experimentadoras lhes garantiu uma possibilidade de criar maiores graus de liberdade nas estratégias socioeconômicas e técnico-produtivas a

partir da percepção das singularidades locais (GÚZMAN, 2001; PETERSEN, 2007).

Ao mesmo tempo em que é possível verificar no depoimento da agricultora a importância da troca de experiências, verifica-se também a ampliação e, de certo modo, a facilitação do acesso ao saber-fazer agroecológico. Neste aspecto é que aparece a percepção do conhecimento agroecológico como um aprendizado constante, algo em permanente construção (LEFF, 2002). “Eu tenho lido (...) a gente vai ler, vai pesquisar, até mesmo no computador (C., 60)” são buscas pessoais que apareceram com bastante recorrência nesta pesquisa e que também se tratam de uma superação pessoal bastante significativa, considerando o grau de escolaridade da maioria das agricultoras entrevistadas. A partir deste ponto de vista, é na convivência com as limitações diárias e anteriores ao “a gente não se aperta mais (C., 60)”, que as agricultoras convertem suas habilidades práticas cotidianas, adquiridas pela proximidade com a produção para o autoconsumo, naquilo que tem sido reconhecido como os novos paradigmas produtivos da agroecologia.

A capacidade que elas têm conquistado por meio dos espaços de formação, da experimentação e da troca de experiências têm viabilizado a manutenção de espaços produtivos em diferentes escalas. O cultivo agroalimentar mais recorrente foi o policultivo, que é uma prática comum nas hortas e quintais e correspondem às áreas nas quais são cultivadas múltiplas espécies vegetais. Apenas duas agricultoras manejam agroflorestas, que são sistemas diferenciados porque contam com a presença de componentes arbóreos ou lenhosos. De acordo com Reijntjes *et al* (1992) o desenho de agroecossistemas mais sustentáveis está baseado nos seguintes princípios ecológicos: aumento da reciclagem da biomassa; manejo da matéria orgânica, para assegurar condições de solo favoráveis para o crescimento das plantas; uso dos fluxos de radiação solar, de ar e de água, mediante o manejo do microclima; armazenamento de água e o manejo do solo através do aumento da cobertura vegetal; diversificação específica e genética do agroecossistema no tempo e no espaço.

A adequação temporal e funcional dos sistemas agroalimentares proporciona maior segurança para as famílias quanto ao acesso aos alimentos, porque diminui os riscos de perdas por desequilíbrios ecológicos e aumenta a diversidade de componentes na alimentação, o que proporciona certa liberdade para tolerar perdas pequenas de determinados produtos.

No caso desta pesquisa, todas as entrevistadas reportaram a utilização de defensivos naturais. No geral, elas relataram que o fazem

apenas quando consideram necessário, porque buscam manter o equilíbrio por meio da observação e da utilização de outras plantas para atrair ou repelir os insetos. Como práticas usuais, elas informaram a não utilização de agrotóxicos nos cultivos para o autoconsumo e para a produção agroecológica (nos casos ainda em transição), a multiplicação, a troca e a preservação de sementes, a produção de mudas, de compostos, de adubos e caldas, a utilização de armadilhas para captura de insetos, os cultivos de plantas medicinais, o não revolvimento e a cobertura de solos. Assim, têm conseguido por meio destes mecanismos, manter o acesso permanente das suas famílias aos alimentos e o acesso à renda por meio da venda dos produtos nas feiras e em mercados institucionais ou particulares.

Outro aspecto considerado relevante no desenvolvimento do trabalho e para manter o conforto físico cotidiano, amenizando o desgaste provocado pela atividade no decorrer do tempo, foi o uso de maquinário por parte das entrevistadas. Assim, foi verificado que as agricultoras entrevistadas fazem uso constante de micro tratores, ordenhadeiras, trituradores de silagem na execução do trabalho. Além disso, fazem uso de máquinas específicas, como despolpadeiras, nos casos em que há agroindústrias.

Os fatores que elas consideram que poderiam ser limitantes quanto à sua autonomia no processo produtivo são, para as agricultoras que manejam áreas junto com suas famílias, apenas a falta de mão de obra. Enquanto para a agricultora, que é posseira, a limitação poderia ser a restrição do acesso a terra, e para as outras quatro mulheres que trabalham sozinhas, os fatores poderiam ser a limitação do espaço ou mesmo a restrição do acesso a terra, já que manejam áreas em estabelecimentos nos quais as famílias conduzem, paralelamente, a produção convencional de grãos.

5.2 A AUTONOMIA FINANCEIRA

Não é novidade que os homens sejam considerados chefes de família, até porque o cerne da dominação masculina compreende o controle parcial ou total dos recursos financeiros pelo homem, mesmo quando são obtidos com a participação direta das mulheres, filhos e filhas, que participam como mão de obra. Especialmente na agricultura familiar, pelas razões anteriormente apresentadas no referencial teórico desta dissertação (PAULILO; 2004; BRUMER, 2004; SILIPRANDI, 2009), esta situação se amplia e agrava a situação de subordinação da mulher.

Para a FAO (2014), do ponto de vista da autonomia, a pior situação é a das trabalhadoras rurais não remuneradas, porque conformam um grupo que, no geral, é desconhecido e não tem apoio direto. É muito difícil que a mulher possa conquistar autonomia se a sua condição econômica na família permanece desigual. A possibilidade de acesso à renda transcende o nível puramente monetário, convertendo-se em recursos para expressão e direito à voz na sociedade, bem como para assegurar a cidadania das mulheres.

Dentre as mulheres que foram ouvidas nesta pesquisa, nove possuem renda própria, oito afirmaram ter acesso ao dinheiro, mas que “fica tudo junto” e uma possui apenas rendimentos agrícolas e é beneficiária do PBF. Das mulheres que possuem renda própria, seis são aposentadas e recebem o equivalente a um salário mínimo, atualmente, cotado em oitocentos e oitenta reais. O acesso à aposentadoria pode ser um fator de segurança para as mulheres iniciarem a transição para a agroecologia, mas no caso desta pesquisa, as agricultoras iniciaram os processos de transição de modelos convencionais de produção para a agroecologia antes de atingirem a idade mínima para acessarem a aposentadoria. Entretanto, foi constatado que a renda decorrente deste direito trabalhista, tem desvinculado três das agricultoras da necessidade de venda da produção para a obtenção de renda.

As agricultoras familiares entrevistadas, que não são aposentadas, informaram que têm uma renda mensal que varia de oitocentos a mil reais, sendo que a maior renda informada por uma entrevistada foi a de mil e quinhentos reais mensais. Tal autonomia pode ser evidenciada na fala das entrevistadas:

Não é tudo ele. Tem muitas mulheres que não tem acesso ao dinheiro, mas a gente graças a deus tem. E eu pego o carro também se eu quero. (P., 46).

Eu pego a minha parte, aqui a gente não tem esse problema (G., 55).

Estas mulheres relataram que anteriormente tinham renda decorrente das comercializações diretas da pequena produção de suas hortas, que eram realizadas nas próprias comunidades ou nas feiras. Este acesso à renda era pontual e não possibilitava suprir suas demandas. Atualmente, essa situação foi contornada e suas rendas são compostas por recursos vindos da produção agroecológica e seus derivados.

As oito agricultoras que informaram que a renda do casal é conjunta não informaram a média do valor mensal que acessam. Embora tenham alegado possuir facilidade de acesso ao dinheiro, analisou-se

que há três casos em que a divisão das despesas comuns pesa negativamente para as mulheres, como fica subentendido neste depoimento:

Na verdade não sobra nada pra mim. Tem luz, tem luz do poço artesiano, aí tem os empréstimos. Precisou comprar bateria, eu que estou pagando. Já paguei a faculdade das meninas, já paguei a lotação, no caso, o passe para elas. Investi bastante nelas. Se precisar comprar uma roupa, eu dou o dinheiro para elas. Se tivesse mais, eu queria bancar mais (S., 52).

Em contraponto, em cinco dos casos, dentre aqueles em que agricultoras informaram a renda conjunta, foi verificada uma divisão de despesas mais igualitária quanto à manutenção do estabelecimento. Vejamos:

Eu tenho o meu dinheiro da feira. Se precisar fazer um mercado ou pagar um telefone, nesse tipo essas coisas, a gente usa junto. Então eu acho que tenho minha renda própria. E não preciso pedir pro meu marido (A., 49).

Desta maneira, dentre as 18 agricultoras entrevistadas, oito expressam modificações das situações de acesso à renda, que também têm sido verificadas em outras experiências de base agroecológica. Neste aspecto, especificamente, a situação das aposentadas foi considerada de forma diferenciada, pois recebem o benefício em conta individual e segundo informaram, administram o dinheiro sozinhas. Ao incluí-las, o total de mulheres com renda própria seria de 14. Para as agricultoras entrevistadas a estabilidade financeira alcançada através da agroecologia é exaltada como uma conquista. Os depoimentos que seguem são de agricultoras cuja renda familiar decorre exclusivamente do trabalho na agroecologia:

Financeiramente também está melhor. A gente com uma pequena área de terra tem dois filhos com ensino superior e outro estudando. E a nossa renda é só daquela área de terra. A gente tem carro novo, tem casa, conseguiu a partir da parte financeira que os outros podem ver que é bom, e ver nossa saúde, nosso bem viver, para nós é isso que soma (J., 46).

Mantemos a família, pagamos faculdade da mais nova, já fez até pós, fez tudo. Antes a gente nem

sonhava com isso! Os mais velhos, a gente não conseguiu pagar uma faculdade para eles (Z., 57).

Assim, apesar da provável distribuição desigual de renda no interior das famílias, em específico no caso de três mulheres, a prática da agroecologia tem se mostrado positiva do ponto de vista do acesso à renda financeira.

Quanto ao uso do dinheiro foi analisado que, além do investimento em bens comuns, o dinheiro das mulheres tem sido investido por elas em bens pessoais e em deslocamento para a participação em cursos, visita aos familiares e outras atividades de seu interesse. Isto corrobora a ideia de que o empoderamento econômico das mulheres melhora o bem-estar da família de maneira geral, mas também revela que elas têm guardado preocupação com a própria condição pessoal. Ou seja, o acesso à renda proveniente das atividades produtivas de base agroecológica tem propiciado o atendimento das demandas de ordem prática e de ordem estratégica (CAIXETA; BARBATO, 2004; LEÓN, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar em que medida a participação das agricultoras familiares em atividades orientadas por princípios agroecológicos redefine as relações entre os gêneros, ressignificando os papéis sociais destas mulheres. Para tanto, procurou-se entender as alterações em curso no que tange ao aumento de oportunidades de autonomia e aos questionamentos sobre as desigualdades de gênero, devido à inserção das mulheres no contexto da agroecologia. Partindo desse objetivo central, foi possível perceber que o envolvimento das agricultoras com as ações de agroecologia tem propiciado a criação de um ambiente potencialmente favorável para gerar modificações dos papéis sociais de gênero.

No contexto desta pesquisa, os efeitos diretamente percebidos da participação das mulheres em projetos de transição de modelos convencionais de produção para a agroecologia foram, principalmente, a afirmação das suas identidades e a articulação de ações estratégicas para a melhoria das suas condições de vida e de seus familiares. As iniciativas conduzidas por estas agricultoras promoveram a saída progressiva da invisibilidade na esfera do trabalho para a posição de chefes de empreendimento. Nos casos em que as agricultoras entrevistadas trabalham sem o apoio da mão de obra da família, esta chefia ficou restrita ao empreendimento agroecológico.

Os caminhos que levaram à visibilidade e ao reconhecimento do trabalho das agricultoras envolveram questionamentos sobre os papéis sociais predeterminados pelo gênero. Isto ocorreu, em parte, pela desconstrução do homem como chefe de família que, no caso da agricultura familiar, tendo em vista que o grupo familiar corresponde ao conjunto dos trabalhadores, também significa ser chefe dos trabalhadores. Neste sentido, também houve um deslocamento do homem como única figura representativa da família no âmbito público e uma valorização da mulher por parte da sociedade, principalmente, dos atores sociais vinculados à agricultura familiar de base agroecológica.

O processo de empoderamento por parte das mulheres, na maior parte dos casos, foi permeado por conflitos familiares e coerção social nas suas comunidades. Neste aspecto, verificou-se que as mulheres passaram a sofrer com os mecanismos de coerção quando sua participação tomou contornos mais expressivos no trabalho fora da unidade produtiva, enquanto que, os conflitos familiares, iniciaram-se desde a decisão das agricultoras de realizarem a transição para a agroecologia.

Nos casos analisados nesta investigação, verificou-se que as mulheres buscaram um meio termo entre o que é considerado masculino e feminino. Isto porque a forma de poder que as mulheres geralmente possuem no âmbito familiar, baseada no controle pessoal e emocional, não garante espaço no âmbito público. Assim, para fortalecer suas capacidades de ação no âmbito externo à unidade produtiva, estas agricultoras têm se dedicado de forma permanente à sua formação profissional. Este fortalecimento garantiu uma posição estratégica menos subordinada e enfraqueceu os discursos que salientavam a incompetência destas mulheres.

Entretanto, na maioria dos casos analisados, a superação da histórica falta de reconhecimento acerca da contribuição das agricultoras não tem sido suficiente para causar modificações quanto aos trabalhos realizados no âmbito doméstico. Neste aspecto, há uma série de padrões sobre os papéis sociais de gênero que têm sido encaradas, inclusive pelas próprias entrevistadas, como normais ou aceitáveis. Tendo em vista a interiorização da divisão sexual do trabalho, mesmo com o desejo das próprias mulheres por novas posições, valorizadas e reconhecidas, permanece presente o discurso da imagem e identidade feminina como fortemente ligadas à realização de sacrifícios para garantir a manutenção do bem-estar familiar. No caso desta pesquisa, considera-se que a coexistência do discurso conflitante na fala das entrevistadas, seja parte do processo de ampliação da consciência sobre

sua posição social, bem como da construção de uma nova identidade, baseada nas identificações construídas a partir da interação com outras agentes do fazer agroecológico.

Portanto, considera-se que a atuação em ações vinculadas à agroecologia tem respaldado a criação de ambientes nos quais têm sido possível compartilhar as expectativas e os anseios de ser mulher e agricultora, viabilizando meios para a compreensão da raiz social dos problemas enfrentados por elas. De certo modo, estes ambientes favoráveis amenizaram o impacto do sentimento de culpa pessoal que as mulheres carregaram em decorrência dos conflitos familiares ocasionados pelo início do projeto de transição para a agroecologia, quando foi o caso. Considera-se ainda que, nestes espaços, têm sido constantemente amadurecidas as concepções acerca das contribuições para a melhoria das suas qualidades de vida, bem como sustentada uma visão pessoal, de autoreconhecimento como agentes de transformação. A participação nestes espaços também tem fortalecido a prática da agroecologia como posicionamento político demarcado, de oposição ao modelo convencional de produção agrícola, baseado nas tecnologias da Revolução Verde. Esta contraposição tem como eixo central a noção de cuidado para com o outro e com a natureza. Interessante também observar que a noção das agricultoras entrevistadas, predominante nas falas sobre a relação com o trabalho realizado na agroecologia, condiz com conceituações ecofeministas, principalmente, nas linhas essencialistas.

De maneira geral, considera-se que ocorreu uma modificação positiva dos papéis sociais desempenhados pelas agricultoras familiares. Em todos os casos analisados, elas deixaram a posição caracterizada como ajuda, para assumirem o papel de protagonistas no desenvolvimento da atividade de base agroecológica que elas exercem. Também foi constatado que, a atuação no contexto da produção agroecológica, propiciou a inserção das agricultoras na esfera da comercialização, garantindo a detenção de recursos financeiros por parte das mulheres, bem como assegurou sua inserção nas esferas decisórias e na gestão dos estabelecimentos.

Concisamente, apresentamos a seguir os principais resultados obtidos nesta pesquisa, sem intencionalidade de atribuição de ordem de importância:

a) mudança de significado e de destinação dos produtos do trabalho anteriormente realizado, majoritariamente, para o autoconsumo familiar; b) facilitação da adesão aos princípios agroecológicos e da transição para a agroecologia a partir das atividades e das práticas de

manejo que já eram realizadas pelas agricultoras; c) a ausência da necessidade de realização de grandes investimentos financeiros iniciais, como um aspecto favorável à realização da transição, em que pese o histórico distanciamento das mulheres do acesso ao crédito; d) o apoio externo bastante consistente, no qual atuam atores sociais vinculados à agricultura familiar e os próprios grupos de agricultoras familiares pré-existentes em suas comunidades; e) a inclusão das jovens na preparação para a sucessão dos estabelecimentos familiares, o que pode significar uma mudança de postura das famílias, bem como a ampliação de oportunidades de permanência no campo para as jovens rurais; f) a existência de mercados diferenciados, institucionais e particulares, receptivos aos produtos produzidos em base agroecológica, que asseguram a obtenção de renda financeira por parte das agricultoras familiares; g) a atuação das agricultoras como educadoras e difusoras do conhecimento agroecológico; h) a contribuição das agricultoras para a transmissão de saberes sobre as sementes e sobre as práticas agrícolas, que vem sendo usualmente reproduzidas pelas mulheres há gerações; i) a contribuição significativa das agricultoras para a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias, para a manutenção da biodiversidade e para a reprodução social da agricultura familiar; j) a articulação das necessidades de ordem prática e de ordem estratégica, como meio para assegurar uma melhor posição social, vide a participação das agricultoras em espaços de formação profissional, que propiciam o contato com os saberes técnicos que auxiliam no processo produtivo da produção para o autoconsumo das famílias, além de propiciar acesso à renda, pela venda de excedentes e à autoafirmação identitária e profissional; k) o empoderamento das agricultoras como um processo individual e coletivo, assegurado na identificação com outras agricultoras agroecológicas e reafirmado nos espaços de troca de experiências e na formação agricultora-agricultora.

Contudo, mesmo que transformações significativas tenham sido constatadas no bojo desta investigação, é preciso não superestimar o caráter e a profundidade de algumas mudanças no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres. Apesar das conquistas que estas agricultoras vêm efetivando nos espaços públicos, através do reconhecimento do seu trabalho, a predominância dos homens no acesso ao crédito e a sua ausência no trabalho da esfera doméstica permanecem como desafios a serem superados.

Conforme verificado nesta pesquisa, os homens permaneceram como os maiores beneficiários das modalidades de crédito produtivo acessadas pelas famílias. Mesmo que as entrevistadas tenham relatado

obterem benefícios diretos destes recursos, tal disparidade é problemática, pois a prioridade de concessão de crédito ao homem sustenta a ordem social na qual predominam a dominação masculina e a submissão feminina. Partindo desta constatação, como uma das recomendações desta pesquisa, sugere-se a reavaliação e o aprimoramento, por parte dos órgãos competentes, quanto às delimitações normativas para que as agricultoras familiares tenham acesso ao crédito. Somando-se a outros esforços realizados neste sentido, sugere-se a desvinculação da capacidade de pagamento da mulher da capacidade de pagamento da família. Pondera-se que tal alteração no caráter de concessão do crédito é essencial para a valorização do trabalho da mulher, de maneira independente e desvinculada do trabalho realizado pelo homem, bem como é essencial para viabilizar a autonomia das agricultoras familiares, principalmente, nos casos em que as mulheres executam o empreendimento agroecológico sem o apoio da mão de obra familiar.

Sugere-se ainda aos planejadores e operacionalizadores de programas de fomento ao desenvolvimento rural, que promovam espaços, facilitados por agentes externos, para efetuar o encaminhamento de debates acerca da divisão sexual do trabalho. Considera-se que desta forma seja viável iniciar uma sensibilização ao tema para trazer ao debate as questões relativas aos papéis sociais de gênero.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância do incentivo às iniciativas de adesão aos princípios da agroecologia como espaços que oportunizam a manutenção das famílias no meio rural e são propícios à construção de igualdade de oportunidades entre os gêneros. De forma especial, sugere-se a criação de ações conjuntas de planejadores e operacionalizadores de programas de fomento ao desenvolvimento rural, para identificar o que já vem sendo realizado pelas agricultoras familiares quanto à transmissão do saber agroecológico em nível local, para, posteriormente, avaliar o público potencial destas ações e potencializar a atuação das mulheres. Sugere-se ainda que, as organizações diretamente ligadas à agricultura familiar, valorizem a atuação destas agricultoras no campo agroecológico como estratégicas para a manutenção e a reprodução social das famílias agricultoras no meio rural. Na mesma direção, pondera-se a importância de reconhecer a capacidade das agricultoras de minimizar as dificuldades iniciais dos processos de transição para a agroecologia por meio do compartilhamento dos saberes empíricos adquiridos na prática cotidiana do trabalho.

Aos agentes externos diretamente vinculados à agricultura familiar de base agroecológica, expõe-se a necessidade de reflexão diária sobre o tipo de tratamento e de inserção que tem sido dado/opportunizado às agricultoras no campo agroecológico. O afastamento da noção da agroecologia, como uma concepção ética e justa, reproduz os padrões hegemônicos que vêm sendo propagados como desenvolvimento e contra os quais os atores sociais do movimento agroecológico têm realizado o esforço permanente de contraposição. Neste sentido, faz-se um apelo que incita ao reconhecimento, à valorização e à priorização das mulheres na criação de oportunidades, na ocupação de espaços públicos e na circulação de informações. Principalmente, àquelas que viabilizam a autonomia das mulheres rurais, para que elas estejam efetivamente incluídas nos processos de desenvolvimento rural.

Referências Bibliográficas

ADÃO, N. M. L.; STROPASOLAS, V. L.; HÖTZEL, M. J. Movimento de mulheres camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense DOI:10.5007/1807-1384. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 8, n. 2, p. 160–198, dez. 2011.

AGARWAL, Bina. The gender and environment debate: lessons from India. **Feminist studies**, v. 18, n. 1, p. 119-158, 1992.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: **Gênero e geração em contextos rurais**/ Orgs: Parry Scott Rosineide Cordeiro Marilda Menezes, Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, p. 157-182, 2010.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.

BRANDENBURG, Alfio. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, p. 126-148, 2011.

DE BIASE, Laura. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 7, p. 4-36, 2007. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/128>>. Acesso em 18 de out, 2014.

BITTENCOURT, N. **O banheiro feminino no Senado**. Disponível em: <https://issuu.com/sismuc синдicato/docs/agora3_site/c/sph9pcc>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. **O poder simbólico**, v. 2, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p. Tradução Maria Helena Kuhner.

BRASIL. Secretaria De Políticas Para As Mulheres. **Capacitação para os mecanismos de gênero no governo federal**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 144. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/spm_livro_web_mecanismo-de-genero_09-02.pdf> Acesso em 06 de jan, 2016.

BRASIL. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 08 de set, 2014.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205–227, 2004.

_____ ; SPANEVELLO, Rosani Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, 2013.

BURG, I. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras do sudoeste Paranaense**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

_____ ; LOVATO, Paulo Emilio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: **Autêntica**, 1999.

BUTTO, Andréia. *et al.* **Mulheres rurais e Autonomia Formação e Articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina - um conceito complexo. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 211–220, 2004.

CALLOU, Angelo Bras Fernandes. **Extensão rural: polissemia e resistência**. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, julho, 23p. 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. MDA: SAF: DATERRICA, 2004.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo**. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

_____ ; DE CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 2007.

CAROLA, Carlos Renato. Nature admired, nature devastated: History and Historiography of the colonization of Santa Catarina. **Varia História**, v. 26, n. 44, p. 547-572, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

CAZELLA, ADEMIR ANTONIO *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **ASRDLE**, v. 52, p. 24, 2015.

DAROLT, Moacir Roberto. Comparação da qualidade do alimento orgânico com o convencional. **Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação**. Viçosa: UFV, p. 289-312, 2003.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**; trad. Leticia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi, Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DI SABBATO, Alberto. *et al.* **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. MDA ed. [s.l.] BRASIL, MDA., 2009.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Curso a distância sobre a Agricultura Familiar, módulo sobre **Segurança alimentar**, 2014. Disponível em . Acesso em 20 de Novembro de 2014.

FRISON, Edilza. **Certificação orgânica da produção de leite em unidades de produção familiar associadas à Ascooper-SC**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

GASS, Gertrude Zemon; NICHOLS, William C. Gaslighting: A marital syndrome. **Contemporary Family Therapy**, v. 10, n. 1, p. 3-16, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002-2003**. Florianópolis: Sidaura

Lessa Graciosa; Zélia Alves Silvestrini (eds), 2005. 256 p. Disponível em:

<http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/lac_fev_2005.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 114, 1998.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: **Vozes**, p. 103-133, 2000.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. Ano 9, N. 8, p. 1-28, 2006.

HERRERA, Karolyna Marin. **DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA MULHER RURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2006. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12(1): 360, p. 303-320, 2004.

LAMARCHE, Hugues *et al.* A agricultura familiar. **Campinas: Editora da UNICAMP**, 1993.

_____.(COORD.) **A agricultura familiar: comparação internacional: Do mito à realidade.** Unicamp, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 3. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

_____. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo: para a construção de uma pedagogia ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 16, n. 16, p. 11-19, jul./dez. 2007.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La ventana**, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001.

LEVANTAMENTO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (LAC). **Estrutura fundiária 2003.** Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/Dados_do_LAC/tabelas/modulo1/Estrutura%20fundiaria%20EAP%20julho06.pdf. Acesso em 14 ago. 2015.

LISBOA, Teresa; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero-Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, 16(3): 336, p. 871-887, set/dez. 2010.

LOPEZ-CLAROS, A.; ZAHIDI, S. Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero. In: Fagundes JH, tradutor. Geneva: **World Economic Forum**. 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Trabalho no contexto rural:** quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MARCONDES, T.; MIOR, L. C. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa**

Catarina. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agregacao_v_alor.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MATTEI, Lauro. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. VIEIRA, Luiz Marcelino. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, v. 2010, p. 25-35, 2009.

MEDEIROS, Monique. **Diversidade de saberes em situações de interface: A emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do rio grande do sul**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MELO, Diogo Neves. **Regularização fundiária em zonas rurais: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina**. 205 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva* 17(3): 621-626, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*. Vol. 11, No. 2 (Summer, 1985), pp. 227-254. DOI: 10.2307/3177922. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3177922>>. Acesso em 04 set. de 2015.

_____. Gender and the silences of social capital: Lessons from Latin America. **Development and change**, v. 33, n. 2, p. 167-188, 2002.

MONTIEL, M. S.; NEIRA, D. P. Por una recampesinización ecofeminista: superando los tres sesgos de la mirada occidental. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, v. 121, p. 131-141, 2013.

NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: **As mulheres nas estatísticas agropecuárias. Experiências em**

países do sul/ Orgs: Andrea Butto; Isolda Dantas, Karla Hora. 1 Ed. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2012, 220p.

OLTRAMARIA, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo Ceser; ALTMANN, Rubens. **Agricultura Orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55p. Disponível em <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/organicos.pdf>. Acesso em 10 de ago, 2014.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. FASE, Desenvolvimento sustentável, **Revista proposta**, 1997.

_____. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 2009, 2009.

PAIM, Elison A. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina. **SACULUM -Revista de História**. João Pessoa, n. 14, p. 121-138, jan./jun, 2006.

PALMA, Daniele. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde–MT**. Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. 3ª Ed.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In. Paulilo e Schmidt (Org.). **Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PAULILO, M. I. S.; BONI, V. Agricultura e maricultura familiares: Um recorte de gênero. **I Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género 29 y 30 de Octubre de 2009 La Plata**,

Argentina. Teorías y Políticas: Desde El Segundo Sexo hasta los debates actuales Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales [UNLP-CONICET]. Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género, 2009. Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev3891>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____; SCHMIDT, Wilson. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 15-38, 2003.

_____. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, 2013.

PETERSEN, Paulo. **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Articulação Nacional em Agroecologia, 2007.

_____. *et al.* **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. ASPTA–Agricultura Familiar e Agroecologia, 2009.

_____. e ALMEIDA, Sílvio Gomes. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA**. Versão provisória [s/d].

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, n. 23, p. 149-188, 2014.

PULEO, Alicia H. Feminismo y ecología: un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo. **Ecologista, El**, n. 31, p. 36-39, 2002.

_____. Ecofeminismo para otro mundo posible. In: **Antología del pensamiento feminista español (1726-2011)**. Cátedra, p. 681-704. 2012.

QUADROS, Clarissa; STROPASOLAS, Valmir Luiz; REBOLLAR, Paola Beatriz May. A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório. **Revista Pedagógica**, v. 13, n. 26, p. 125-160, 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008. ISBN 978-97-2662-2758. 113.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; BAYER, A. W. **Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture**. 1992.

RESENDE, Francisco Vilela *et al.* Uso de cobertura morta vegetal no controle da umidade e temperatura do solo, na incidência de plantas invasoras e na produção da cenoura em cultivo de verão. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 29, n. 1, p. 100-105, 2005.

ROCES, Irene García; MONTIEL, Marta Soler. Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria en la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre. Brasil. **Investigaciones Feministas**, v. 1, p. 43-65, 2010.

ROVER, Oscar Jose; LANZARIN, Alison. O cooperativismo de leite do Oeste de Santa Catarina/Brasil e a inclusão sócio-econômica de agricultores familiares em condições vulneráveis. **Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo**, v. 5, 2008.

_____. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**, v. 30, n. 22, p. 101–117, 2009.

_____. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

RUETHER, Rosemary Radford. Ivone Gebara: Teóloga ecofeminista latino-americana. **Mandagora**, v. 20, n. 20, p. 175–185, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003.

SANTOS, João Armando Neves *et al.* A Experiência da Associação de Produtores Agroecológicos de Capinzal, Ouro, Lacerdópolis, Zortéa e Distrito de Barra do Leão (Campos Novos), SC. **Revista Brasileira De Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

SANTOS, José Ozildo dos *et al.* Os sistemas alternativos de produção

de base agroecológica. **Agropecuária Científica No Semiárido**, Campina Grande, v. 9, n. 1, p. 01-08, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99. 1995.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Números: Macrorregião Meio Oeste**. Florianópolis: Sebrae/sc, 2013a. 140 p. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebrae/Anexos/macro_meio_este.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Números: Santa Catarina**. Florianópolis: Sebrae/sc, 2013b. 151 p. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebrae/Anexos/RelatorioEstadual.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade/ Tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes**. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

SEPÚLVEDA, Gustavo Adolfo. **O Movimento Sem Terra e a educação: trajetória dos educadores no projeto político-pedagógico da Escola do Assentamento-Abelardo Luz/SC**. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. Zed Books, 1993.

_____. **Staying alive: Women, ecology and development**. Zed Books, 1988.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: (ORG), Paulo Petersen. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 139-154.

_____. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira De Agroecologia**, v. 4, n. 3, 2009b.

_____; CINTRÃO, Rosângela Pezza. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12–32, 2011.

_____; CINTRÃO, Rosângela Pezza. O progresso das mulheres rurais. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. Orgs:** Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, 436 p. 2011.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Florianópolis (Brasil). CPPP/Epagri Ministério de Desenvolvimento Agrário, Brasília (Brasil). NEAD/MDA, 2001.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2012.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. 288 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. Visões de mundo rural dos jovens: da invisibilidade social à busca de cidadania. **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, p. 153-170, 2004.

_____. O valor (do) casamento na Agricultura Familiar. **Estudos**

Feministas. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan.-abr. 2004.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista agrícolas: experiências em Agroecologia**, 2011.

TECCHIO, Andréia; CAZELLA, Ademir. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PLOEG, Jan Douwe van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: (ORG), Paulo Petersen. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 17-32.

VIDAL, Silvia Papuccio de. **Aportes, estrategia y demandas de las mujeres del campo al desarrollo rural y agropecuario en Argentina**. 2014. 240 f. Tese (Doutorado) - Ciências Sociais e Humanidades, Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, p. 29-49, 1998.

_____. A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 4, n. 1, 2010.

ZOLDAN, Paulo Ceser; MIOR, Luiz Carlos. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.

ZORZI, Analisa; BRUMER, Anita. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Nicole Fossile Alves e sou pós-graduanda em Agroecossistemas da UFSC interessada em estudar como ocorre a participação das mulheres na produção familiar agroecológica, ou seja, que se propõe a produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos. Pretendo pesquisar se as ações relacionadas à agroecologia têm proporcionado maior valorização do trabalho feminino nas propriedades agrícolas familiares da região Oeste de Santa Catarina. Pretendo verificar se as mulheres percebem maior reconhecimento do papel que elas exercem junto à família e a comunidade na qual residem e observar também se há apoio das políticas públicas para mulheres que trabalham com ações de agroecologia.

Esclareço que a pesquisa tem como título: Resignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica de Santa Catarina. Para realizar o estudo eu utilizarei um questionário com questões a serem respondidas pelas entrevistadas, as quais terão a garantia desta pesquisadora de que serão devidamente esclarecidas em relação aos métodos utilizados, bem como sobre os objetivos e finalidades do estudo. As mulheres participantes da pesquisa serão consultadas previamente e, através do seu consentimento, terão a plena liberdade de escolha e decisão, podendo participar ou não das atividades previstas na pesquisa. Nesse sentido, o estudo não trará nenhum risco as participantes, que poderão se recusar ou desistir da pesquisa a qualquer momento que julguem conveniente. Os dados coletados serão guardados e terão finalidade exclusivamente científica e educativa.

Os benefícios gerados pelos resultados da pesquisa referem-se à disponibilização de novos conhecimentos e oportunidades para a permanência no meio rural, em condições mais igualitárias de gênero e dinamizar o desenvolvimento sustentável das pequenas localidades. A pesquisadora responsável dará toda a assistência para que ocorra uma participação consentida das envolvidas no estudo, garantindo que suas dúvidas serão esclarecidas antes e durante a pesquisa. As participantes terão a liberdade de recusar ou retirar o consentimento, sem nenhuma penalização. Para isso, forneço abaixo os meus dados pessoais que poderão ser utilizados para comunicar a desistência, se porventura ela ocorrer. Finalmente, será garantido o sigilo e a privacidade da identidade das participantes da pesquisa.

Valmir Luiz Stropasolas
Professor CCA/UFSC - Responsável pela Pesquisa
Fone: (048) 3721.5363 e-mail:

Nicole Fossile Alves
Pós graduanda em Agroecossistemas - CCA/UFSC
Fone: (048) 3236-2754 e-mail: Nicole.fossile@gmail.com
Nome e assinatura da participante

ANEXO II

Roteiro para entrevista semiestruturada

Como era o sistema produtivo de vocês, dois ou três anos antes da transição, com o que vocês trabalhavam?

Como você participava, escolhia o que vocês iam plantar como seria e pra quem iam vender depois?

O que fazia e como você se percebia naquele espaço?

Depois quando vocês optaram por trabalhar com a agroecologia, quem intermediou essa aproximação, foi alguma ONG, a Epagri, Movimento social, algum amigo?

E dentro da família, quem teve mais vontade de começar essa mudança?

Como foi quando vocês começaram a fazer a transição?

O que você fazia especificamente?

Você escolheu quais cultivares iam plantar, e em qual lugar da propriedade ficaria, por exemplo, a composteira, a horta, os animais, enfim, como vocês iam organizar a propriedade?

A que você se dedica agora? Como vocês dividem o trabalho na roça? E na casa? Tem algum espaço que é só seu?

Como a senhora faz, o que tem nele? É para consumo de vocês ou para venda? Antes da transição também era desta forma? Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?

Como se sente em relação ao trabalho que você faz agora, comparado ao que fazia antes, te deixa mais satisfeita, mais cansada, com mais ou menos tempo livre?

Tem alguma coisa que você não se sente preparada para fazer?

E no teu espaço, você desenvolve algum tipo de experiência, por exemplo, para ver qual plantinha de adapta melhor ou esse tipo de coisas?

E com relação aos teus filhos e filhas, como eles participam na organização do trabalho? Vocês tem essa preocupação de que eles estejam preparados para assumir a propriedade? Como você passa o que sabe para eles, com relação ao espaço produtivo?

Fez algum curso, foi a palestras ou recebeu/recebe apoio dos agrônomos, veterinários e extensionistas para facilitar a transição para agroecologia? Caso sim, esses foram relacionados ao manejo e ao beneficiamento da produção orgânica? Que tipo de benefício essa formação trouxe para você? Algum destes cursos foi facilitador para acesso a políticas públicas de comercialização da produção?

Vocês acessam alguma política pública? Quais? Como isso influencia na família, interfere, por exemplo, na decisão de vocês sobre manter a produção orgânica?

Tem alguma política que você mulher gostaria de participar?

Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura orgânica? E para mulheres? Como é a dinâmica da família quando é preciso acessar alguma política de crédito? O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública? Muda tua participação na família, na comunidade? Como?

Pode descrever se há mudança nas relações da família depois da transição para a agroecologia? Você percebe que mudou alguma coisa sobre o tratamento que os outros direcionam a você, na tua família e na comunidade, por exemplo, os extensionistas ou na feira?

Como é tua participação no grupo de agroecologia? O que você acha que isso te traz de benefício? E na cooperativa, no sindicato, na sede da comunidade como é essa participação? Te traz algum benefício? Sempre foi assim?

Você tem renda própria? Se não tiver, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa? O que você costuma fazer com ele ou o que você faria: investiria na propriedade, em infraestrutura, em alguma coisa específica que você goste mais de fazer?

O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora para você agora, nesse ambiente de transição para a agroecologia? E o que significava antes?

ANEXO III

Questionário completar a entrevista semiestruturada

Entrevistada:

Idade:

Grau de instrução:

Tempo de produção agroecológica:

Comunidade:

Município:

1) Composição familiar:

Parentesco com a entrevistada	Idade	Grau de instrução	Reside no estabelecimento	Trabalha no estabelecimento

2) sobre os filhos que saíram:

Quem?	Idade	Motivo*. Era sucessor(a)?	Pretende voltar?

*verificar grau de importância (1º, 2º, 3º)

- () falta de lazer. Opções de lazer:
 () continuidade dos estudos
 () pais não estimulam filhos(as) a serem agricultores
 () busca por outra profissão
 () independência financeira
 () outro _____

Houve algum retorno devido à possibilidade de trabalhar na agroecologia?

3) sobre a propriedade:

Quem administra? M () - h () - os dois ()

Está em nome de quem? M () - h () - os dois ()

Como foi adquirida?

Quanto ha? _____

Quanto destinados à produção agroecológica?

4) Quais são as fontes de renda da propriedade, por ordem de importância (1º, 2º, 3º..)

Produção animal:

Produção vegetal convencional:

Produção Agroecológica:

Outras: Aposentadoria, agroindústria:

5) Quais documentos possui?

Documentos	Mulher	Homem
Certidão de nascimento		
CPF		
Certidão de casamento		
Título de eleitor		
RG		
DAP		
Carteira de trabalho		
Bloco do produtor		
Carteira de motorista		

6) Tem conta em banco? A) sim, individual. B) sim, conjunta. C) não, mas o marido tem. D) não, nem o marido.

7) quem administra a conta? M () - h () - os dois ()

8) sempre foi assim?

9) Participação em entidades associativas? A. Cooperativa () b. Associação () c. Condomínio () d. Sindicato de trabalhadores rurais e. Sindicato rural (patronal) () f. Movimento Social () g. Outro ()

10) Há quanto tempo? _____

11) Você tem acesso a crédito? () sim, fonte: _____
() não

12) Você acessam alguma política pública? Quais?

13) Tem alguma política que você gostaria de participar? Como você avalia teu conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura orgânica?

14) Recebe assistência técnica na atividade agroecológica?
Frequência:

() toda semana () de 15 em 15 dias () 1 vez por mês () a cada 3 meses () não recebe. De quem?

15) Como é tua rotina? (Principais atividades)

Manhã:

Tarde:

Noite:

16) Quanto do teu tempo você dedica:

Na gestão da propriedade -

No cultivo -

Na organização da casa -

17) Teu marido participa nos trabalhos da casa?

nunca b. às vezes c. com frequência

O que ele faz? Saúde / educação/ domestico/ alimentação

18) quando você vai pra roça, com quem ficam as crianças?

19) Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)

20) E as notas, ficam em nome de quem? M H Os dois

21) Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?

21) Você tem renda própria? Sim Não Caso não tenha: Como você tem acesso ao dinheiro quando precisa? O que você costuma fazer com ele ou o que você faria: investiria na propriedade, em infraestrutura, em alguma coisa específica que você goste mais de fazer?

22) Em relação à sucessão da propriedade e a transição da responsabilidade nas atividades:

a. o assunto ainda não foi tratado na família

b. o assunto está sendo tratado na família, mas ainda não houve decisão à respeito.

c. a propriedade deverá ser dividida entre os/as filhos/as. Provável sucessor(a)?

d. a propriedade não terá sucessor(a). Motivo?

e. outro